

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTU SENSO*
MESTRADO EM HISTÓRIA

TALES DE CASTRO CASSIANO

**PARQUE OESTE INDUSTRIAL EM GOIÂNIA (GO): UM LUGAR DE
MEMÓRIAS, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS (2004-2005)**

GOIÂNIA
2018

TALES DE CASTRO CASSIANO

**PARQUE OESTE INDUSTRIAL EM GOIÂNIA (GO): UM LUGAR DE
MEMÓRIAS, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS (2004-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Cultura e Poder

Linha de pesquisa: Poder e Representações

Orientação: Professora Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto.

GOIÂNIA

2018

C345

Cassiano, Tales de Castro

Parque Oeste Industrial em Goiânia (GO)[recurso eletrônico]:
um lugar de memórias, vivências e experiências (2004
- 2005)/ Tales de Castro cassiano.-- 2018.

108 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em História, Goiânia, 2018

Inclui referências f.99-108

1. História - Parque Oeste industrial - Goiânia (GO).
2. Civilização moderna. 3. Comunicação de massa. I.Ferreira
Neto, Maria Cristina Nunes. II.Pontifícia Universidade
Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 94(817.3)(043)

**PARQUE OESTE INDUSTRIAL DE GOIANIA (GO): UM LUGAR DE MEMÓRIAS,
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS (2004-2005)**

Dissertação aprovada em 28 de fevereiro de 2018, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

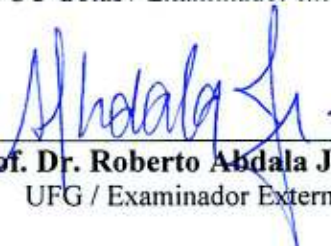
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. Eduardo Sugizaki
PUC Goiás / Examinador Interno



Prof. Dr. Roberto Abdala Júnior
UFG / Examinador Externo

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Suplente

Prof. Dr. Allysson Fernandes Garcia
UFG / Suplente

Dedico a presente dissertação a todas as famílias que direta ou indiretamente sofreram e ainda sofrem com as marcas deixadas pela desocupação violenta do Parque Oeste Industrial. Que todos que lutaram e ainda lutam por garantias de direitos ainda possam continuar com a esperança de que um mundo melhor é possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todos e todas que de alguma maneira compartilharam comigo esses momentos de perseverança, criatividade e ampliação do conhecimento, mas também de muita angústia, ansiedade e apreensão, em especial:

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás que abriu suas portas com seu excelente quadro de professores para que eu pudesse chegar até esse momento de conclusão do mestrado, permitindo que eu participasse do seu quadro de pesquisadores.

À FAPEG (Fundação de Apoio à Pesquisa de Goiás) que ajudou a financiar minha pesquisa, apoiando minha permanência no programa nesses dois anos de estudo.

O meu reconhecimento e admiração à minha orientadora professora Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, que com paciência e sabedoria soube me mostrar os melhores caminhos e leituras a percorrer durante a pesquisa. Nos momentos mais difíceis soube me motivar, contribuindo enormemente para que eu pudesse concluir o mestrado.

Aos professores e professoras do Programa de Mestrado em História da PUC Goiás, que abriram os horizontes e ampliaram meu modesto fazer histórico. Saio do curso de Mestrado em História admirando o quadro docente dessa Universidade e agradecendo a oportunidade de poder ter estudado com professores e professoras tão dedicadas e preparadas para este ofício.

Agradeço os meus colegas de turma, que em diversos momentos ajudaram a dar força e coragem para continuar o programa, pessoas do bem que deram mais alegria e sabedoria às nossas aulas semanais.

Aos amigos e amigas de trabalho, luta e militância, no Partido dos Trabalhadores e no mandato do deputado estadual Karlos Cabral, que estiveram comigo lado a lado durante todo o processo de pesquisa, e mais do que esse momento de participação no mestrado, foram fundamentais na formação política e na mediação dos valores humanos que eu apreendi.

Ao seu Cassiano e Dona Helena, meus principais exemplos de vida, honestidade e valorização do estudo e busca do conhecimento. Pai e Mãe, sem

vocês, não tenho dúvida alguma, eu não estaria aqui. Sou eternamente grato e feliz por ter a oportunidade de ser filho de pessoas tão especiais.

Ao meu irmão Péricles, que *underground* assim como eu, esteve mais próximo de mim e de minha família nesses últimos dois anos, motivo de alegria, além de exemplo de superação. Obrigado mano!

Por fim, quero agradecer às três pessoas que mais conviveram comigo nessa caminhada de pesquisa e estudos. As três pessoas que mais toleraram meu mau humor, minhas angústias e que em todo o momento foram pilares para que eu tivesse força e vontade de concluir com êxito minha participação no mestrado em História da PUC Goiás. Ana Paula, minha esposa, Ulisses e Benicio, meus filhos, estrelas guia da minha vida, meus mestres e aprendizes diários, os quais convivo com intensidade e amor.

Obrigado a todos e todas que durante esses dois anos souberam compreender o quanto a participação no Mestrado em História da PUC Goiás era importante para mim.

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.

A desmemoria-Eduardo Galeano (1989)

RESUMO

Esta dissertação busca analisar e compreender o episódio da ocupação/desocupação de uma área localizada no bairro Parque Oeste Industrial em Goiânia- GO, que teve início em Maio de 2004 e terminou, de forma violenta, em Fevereiro de 2005, com duas mortes e centenas de feridos. O conflito teve repercussão nacional e mobilizou diversos setores da sociedade como sindicatos, entidades patronais, imprensa, vereadores, deputados, movimentos sociais e populares, entre outros. A análise sobre o conflito se dá em diálogo com o discurso de modernidade que durante décadas apresentou Goiânia como exemplo de progresso e garantidora de boa qualidade de vida. No capítulo inicial optou-se em reconstruir o discurso fundante da cidade, avaliando como o conceito de modernidade esteve presente nas disputas de poder e embates eleitorais em diferentes momentos históricos. No segundo capítulo resgatou-se a história e memória do conflito do Parque Oeste Industrial e a partir das fontes pesquisadas apresenta-se a violência empreendida pela Política Militar e possíveis casos de violação de direitos humanos na desocupação do terreno. Outro aspecto analisado nesse capítulo aborda de que forma interesses públicos e privados disputam o modelo de cidade vigente na atualidade e se os direitos constitucionais estão sendo efetivados para a população. No terceiro e último capítulo faz-se uma breve análise do papel da imprensa na sociedade contemporânea, observando seus interesses e relações com grupos econômicos e de poder político. A partir dessa leitura busca-se entender de que forma o jornal *O Popular* representou o conflito e de que como essa representação pode ter influenciado na memória coletiva da sociedade goiana e goianiense. O trabalho mostra a perspectiva de aplicação de novas metodologias na história política e na análise crítica de notícias jornalísticas, contribuindo no resgate da História de Goiás e do Brasil.

Palavras chave: História de Goiás, modernidade, Parque Oeste Industrial, representação, mídia.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze and understand the episode of occupation / evacuation of an area located in the Parque Oeste Industrial neighborhood in Goiânia-GO, which began in May 2004 and ended violently in February 2005 with two deaths and hundreds of injured people. The conflict had a national repercussion and mobilized various sectors of society such as unions, employers, the press, councilors, deputies, social and popular movements, among others. The analysis of the conflict takes place in dialogue with the discourse of modernity that for decades presented Goiânia as an example of progress and a guarantee of a good quality of life. In the initial chapter we chose to reconstruct the founding discourse of the city, evaluating how the concept of modernity was present in power disputes and electoral battles at different historical moments. In the second chapter the history and memory of the West Industrial Park conflict was recovered and from the researched sources it is presented the violence undertaken by the Military Policy and possible cases of violation of human rights in the vacating of the land. Another aspect analyzed in this chapter addresses how public and private interests compete for the current city model and whether constitutional rights are being realized for the population. In the third and final chapter, a brief analysis is made of the role of the press in contemporary society, observing its interests and relations with economic groups and political power. From this reading it is sought to understand how the newspaper O Popular represented the conflict and that how this representation may have influenced the collective memory of the goiana and goianiense society. The work shows the perspective of applying new methodologies in political history and in the critical analysis of news stories, contributing to the rescue of the History of Goiás and Brazil

Keywords: History of Goiás, modernity, Parque Oeste Industrial, representation, mídia.

LISTAS DE SIGLAS

AGEHAB	Agência de Habitação do Estado de Goiás
AGETOP	Agência de Transportes e Obras do Estado de Goiás
CELG	Companhia de Energia Elétrica de Goiás
COMOB	Companhia Municipal de Obras
COMURG	Companhia Urbanização de Goiânia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
OJC	Organizações Jaime Câmara
SANEAGO	Companhia de Saneamento e Água de Goiás
SMT	Secretaria Municipal de Trânsito de Goiânia

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS-----	10
-----------------------------	----

CAPÍTULO 1

GOIÂNIA E O DISCURSO DO PROGRESSO: PASSADO E PRESENTE TECIDOS PELA MODERNIDADE-----	17
--	----

1.1 - AS EXPECTATIVAS GERADAS PELA CAPITAL DA MODERNIDADE-----	23
--	----

1.2 - A REINVENÇÃO PERMANENTE DA “MODERNIDADE” COMO ESTRATÉGIA DE PODER-----	36
---	----

CAPÍTULO 2

O CONFLITO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL-----	50
--	----

2.1 – O ROTEIRO TRÁGICO DA LUTA PELO DIREITO À MORADIA-----	53
---	----

2.2 – FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA E O CONFLITO ENTRE INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE PRIVADO-----	62
--	----

CAPÍTULO 3

IMPrensa E REPRESENTAÇÃO: MECANISMOS DE FORMAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA -----	71
---	----

3.1 - O PAPEL DA IMPrensa NA CONTEMPORANEIDADE -----	74
--	----

3.2 - NARRATIVA DO CONFLITO PELO JORNAL O POPULAR: REPRESENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO DA NOTÍCIA -----	87
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	96
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	99
---------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ocupação desorganizada de áreas urbanas por sem teto¹ é fato comum nas grandes metrópoles do país, e as desocupações desastrosas por forças policiais ocorrem reiteradamente. No início do século XXI Goiânia vivia um grande processo de urbanização e a ocupação de um terreno no bairro Parque Oeste Industrial foi iniciada por famílias de sem teto com o intuito de ali fixar moradia. Logo, candidatos às eleições que se aproximavam, passaram a realizar no local comícios e reuniões, prometendo dar apoio aos moradores para a obtenção dos lotes de forma regular. Tais promessas ocasionaram um aumento significativo e rápido no número de ocupantes da área.

A ocupação ocorreu em maio de 2004 e mobilizou uma ampla negociação, sem resultados, entre o Poder Público, setores da Secretaria de Segurança Pública e posseiros. A imprensa local, que denominava a ocupação de invasão, publicou ao longo dos meses a ocorrência de conflitos, inclusive os homicídios ocorridos durante o processo de desocupação em fevereiro de 2005. A área ocupada pelos sem teto fazia parte de um lote destinado à especulação imobiliária, segundo informação contida no Relatório do Ministério Público Federal².

Por sua vez o proprietário do imóvel entrou com uma ação de reintegração de posse que foi acatada e a Juíza responsável pelo caso, Grace Corrêa Pereira, expediu no dia 09 de setembro de 2004 uma medida para que o terreno fosse desocupado em 20 dias. No entanto a determinação não foi cumprida devido não ter havido acordo entre as partes. A partir deste momento se deu uma intensa disputa política e judicial.

¹ Entende-se por sem-teto pessoas que não tem abrigo cotidiano e até mesmo moradia fixa. No Brasil várias organizações populares buscam defender os direitos dos sem-teto, tendo como principal entidade o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Estima-se, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), que mais de 24 milhões de pessoas no Brasil podem ser consideradas sem-teto.

² MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República de Goiás. Caso Parque Oeste Industrial. Goiânia, 10 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.prgo.mpf.gov.br/imprensa/not345-1.pdf>. Acesso em 31/07/2016

O desenvolvimento desse conflito chamou a atenção da opinião pública local e nacional para o drama da falta de moradias e planejamento na cidade. A truculenta ação policial para a reintegração de posse, denominada Operação Triunfo resultou, segundo a Folha de São Paulo de 17 de Fevereiro de 2005, em 02 mortes, centenas de feridos e cerca de 800 prisões.

Este estudo tem o objetivo de examinar as representações que o Jornal *O Popular*³ apresentou em suas reportagens sobre a ocupação e a desocupação do Parque Oeste Industrial. Outras duas fontes igualmente contribuíram para analisar o conflito, sendo elas, o relatório do Ministério Público Federal (2006) e o relatório da Cerrado Advocacia Jurídica Popular (2006). São documentos que trazem detalhes do cotidiano da ocupação e a forma violenta de como se deu a desocupação do espaço em questão.

O estudo também procura discutir o modo como se deu a ocupação urbana no sentido do planejamento e da apropriação do território da capital goiana e quais as alternativas que surgem como modelo de cidade na contemporaneidade. O texto de Cardoso e Vainfas é um dos trabalhos que fornece mecanismos e orientações para a organização desta tarefa. Os autores afirmam que:

o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.337).

Os autores chamam a atenção para o fato que Capelato (1988), anos antes, havia mencionado em sua obra clássica *Imprensa e História do Brasil*, que, “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade” (CAPELATO, 1988, p.34). A autora aponta que os impressos são produtos manipulados em função de representações definidas da realidade, e que disseminam formas figuradas de luta pelo poder confirmando desta maneira a memória de um grupo social ou político.

³ O Jornal *O Popular* faz parte das Organizações Jaime Câmara e é o jornal escrito de maior circulação no Estado com cerca de 150 mil exemplares, segundo dados da própria empresa. Além disso foi o primeiro jornal da capital Goiânia datando sua primeira edição de 3 de abril de 1938.

Elmir (1995) faz uma observação que deve ser levada em consideração ao interpretar as notícias de um jornal anos depois da publicação, e nos chama atenção para o rigor e o cuidado em abordar a notícia considerando o contexto em que foi produzida. Neste sentido, a pesquisadora Luca (2005) menciona que deve ser levado em consideração as redações que são lugares que aglutinam formas de pensar estética e politicamente. Esta autora também nos lembra que é importante historicizar a fonte, o que necessita levar em conta as condições técnicas de produção no momento histórico contemporâneo dos fatos estudados.

É preciso sobretudo atentar para a observação de Barbosa (1998), de que um jornal, independentemente de sua linha de atuação, tem suas conveniências e luta pelos seus interesses. Segundo esta autora, o que o veículo informativo publica nem sempre é fiel aos fatos e em diversos momentos age em benefício de grupos econômicos e do poder político. Portanto, a autora pede cautela na metodologia de abordagem dos periódicos e cuidado com as análises dos editoriais para que se tenha um posicionamento concreto da publicação.

Jean-Noel Jeanneney (2003) afirma que o estudo da mídia é característica da Nova História Política, podendo relacioná-lo à cultura de determinada sociedade e aos interesses políticos vigentes. O historiador afirma que há muito a ser explorado em relação aos setores de comunicação em sua longa história de forte influência nas sociedades. Citando duas novas abordagens possíveis sobre o tema o autor afirma:

A primeira consiste em estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga. Todas as migalhas que pudermos arrancar do mistério das finanças da imprensa são preciosas [...] A segunda abordagem corresponde a uma visão mais fisiológica das coisas: consiste em ver, em casos precisos, como funcionam as influências – nascimento, vida e morte de programas, nomeação e afastamento dos diretores, e também incidentes diversos que fazem a máquina ranger e revelar a sua engrenagem (JEANNENEY, 2003, p. 219, 220).

Ao analisar as matérias produzidas pelo jornal *O Popular* durante o período do conflito no Parque Oeste Industrial, foi possível observar notícias cotidianas da cidade de Goiânia que contribuem na compreensão da cultura e da rotina da cidade, além das informações sobre o dia-a-dia da política do Estado. Observa-se que através do estudo das fontes jornalísticas podemos

ampliar nossa leitura sobre o desenvolvimento de Goiás, as práticas cotidianas, as relações sociais e de poder, costumes e formas de viver dos goianos. Como exemplo, ao pesquisar a edição do dia 20 de janeiro de 2005, no caderno Cidades do jornal *O Popular*, além das informações sobre clima, é possível perceber dois outros temas de destacada relevância que também impactaram Goiânia: a criação do transporte alternativo coletivo e os conflitos que surgiram desse processo intitulada *Caso CTC*, e o tráfico de mulheres intitulada *Exploração*, possibilitando perceber demais situações que constituíam o cotidiano da cidade naquele período.

20 de Janeiro de 2005 | GOIÂNIA, quinta-feira, 20 de Janeiro de 2005 | CIDADES | 7

TEMPO HOJE

26° - 20°

CASO CTC

Garçom temia ser eliminado

ACUSADO DE EXECUTAR PRESIDENTE DE COOPERATIVA DISSE A JUIZ ACREDITAR QUE SERIA ASSASSINADO APOS CRIME

Marcos Estevão

Um garçom que se tornou conhecido em Goiânia por ter executado o presidente de uma cooperativa de trabalho, afirmou ao juiz que acreditava que seria assassinado após o crime.

Em depoimento prestado ao juiz, Marcos Estevão afirmou que não sabia quem era o presidente da cooperativa, apenas que ele era um homem de nome desconhecido. Ele disse que foi abordado por um homem que lhe ofereceu um emprego e que ele aceitou. Ele disse que o homem lhe mostrou um documento que dizia que ele era o presidente da cooperativa e que ele deveria matá-lo. Ele disse que ele não sabia quem era o homem e que ele não sabia onde ele estava. Ele disse que ele não sabia quem era o homem e que ele não sabia onde ele estava.

MISTÉRIO

Mais 2 presos por seqüestro de jornalista

Dois homens foram presos em Goiânia por terem participado do seqüestro de um jornalista. Os dois homens foram presos em Goiânia por terem participado do seqüestro de um jornalista.

EXPLORAÇÃO

Acusada de tráfico humano chega a Goiânia

Uma mulher acusada de tráfico humano chegou a Goiânia. Ela foi acusada de tráfico humano e chegou a Goiânia.



Fonte: O Popular. Goiânia, Janeiro de 2005.

Outro eixo possível de ser abordado pela Nova História Política passa pelo estudo do desenvolvimento da cidades e como a atuação do poder político nos conflitos que emergem entre os diversos setores sociais, contribuem na configuração da cidade.

Analisar a cidade como bem público, como espaço de direitos, de trabalho, moradia, educação e lazer, em relação a um prioritário lugar de

produção e desenvolvimento do capitalismo, são possibilidades aventadas pela Nova História Política.

Grandes conflitos existem pela concepção de cidade que se quer construir. Em meio a uma “vida líquida”⁴ (BAUMAN, 2009), onde o consumismo desenfreado dita a percepção e ação das pessoas, é nas cidades que o capitalismo emerge nas suas mais diversas faces. Produção, marketing, consumo, dos mais variados produtos, desde a alimentação a ser seguida até mesmo o local onde “melhor” morar, tudo pode virar produto.

A disputa pela lógica de desenvolvimento das cidades se dá em diversos campos: político, econômico e cultural, num complexo processo de convencimento/manipulação da sociedade, por parte dos setores que querem formatar o desenvolvimento da cidade a partir de seus interesses, sobretudo econômicos.

Segurança, trabalho, controle dos problemas e das desigualdades. Segregação, prioridades de consumo, divisão territorial da população. Direitos, cidadania. A relação público *versus* privado. A quem serve o modelo de cidade que vivemos na atualidade? Quais os agentes sociais que disputam ou preservam esse modelo?

Diante dessas indagações, detém-se investigar um aspecto do episódio Parque Oeste Industrial que pode contribuir para reconstruir a narrativa histórica sobre a ocupação e desocupação deste terreno em diálogo com o desenvolvimento da cidade de Goiânia na atualidade: como a imprensa atuou nos acontecimentos, ou melhor, como a imprensa representou os acontecimentos, o conflito.

Sendo assim, para melhor desenvolver a narrativa sobre a pesquisa realizada, esta dissertação se estrutura em três capítulos, buscando sistematizar o estudo do tema, a análise das fontes e as respostas obtidas a partir das hipóteses levantadas, quais sejam, a contradição do discurso de modernidade em face ao conflito urbano do Parque Oeste Industrial; que o Jornal *O Popular* contribuiu para construir uma memória coletiva da cidade representando a

⁴ Vida líquida é a expressão utilizada por Zygmunt Bauman (1925-2017) para expressar a sociedade em sua atualidade, onde a individualidade e o consumo levam a uma fluidez dos valores, dos costumes e da própria organização social. Para Bauman, vivemos numa sociedade pós moderna, pois o indivíduo não mais representa fazer parte do coletivo, mas sim a vontade de viver de forma efêmera e imediata o que traz benefícios para si mesmo.

ocupação como negativa, pois era a desordem e o descumprimento da lei, e o processo de desocupação como positivo, pois foi a manutenção e garantia do cumprimento da lei; e que essa representação se deu em consonância com interesses do poder político e de setores produtivos que exercem forte influência no desenvolvimento da cidade.

O primeiro capítulo, *Goiânia e o Discurso do Progresso: passado e presente tecidos pela Modernidade*, retoma os valores fundantes da cidade de Goiânia enfatizando como esses valores eram signatários de uma disputa política nacional e local entre grupos políticos detentores do poder e grupos ligados a Getúlio Vargas e Pedro Ludovico⁵. Demonstra que desde a fundação da cidade, os discursos do progresso e da modernidade estiveram presentes para dar sentido a uma defesa de renovação política e mudança no controle do poder, e que esses mesmos discursos foram utilizados em diversos momentos da história contemporânea do Estado de Goiás sempre ligados aos embates políticos.

No segundo capítulo, *O conflito do Parque Oeste Industrial*, busca-se compreender se a permanência desses discursos tem sentido prático no dia a dia da cidade de Goiânia, a partir do estudo de caso da ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial. Apresenta uma análise do processo do conflito violento que ocorreu na cidade relacionando-o com as garantias de direitos que a população tem atualmente, principalmente no que tange ao direito à cidade, devidamente conceituado no capítulo em questão. Busca-se apresentar de que forma a expansão urbana do município de Goiânia levou a conflitos entre interesses públicos e privados, e como isso afetou diretamente na desconstrução do modelo de planejamento da cidade, claramente confrontando direitos definidos pela Constituição brasileira.

No último e terceiro capítulo, *Imprensa e Representação: mecanismos de formação da memória coletiva*, apresenta-se de que forma a imprensa goiana,

⁵ Pedro Ludovico Teixeira nasceu em 23 de outubro de 1891, na cidade de Goiás e faleceu em Goiânia no dia 16 de agosto de 1979. Foi um dos líderes do movimento de 1930 em Goiás e interventor federal no estado nomeado por Getúlio Vargas nos anos de 1930 a 1934 foi idealizador e responsável direto pela mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Eleito governador em 1935, foi nomeado interventor em 1937 após a instalação da ditadura liderada nacionalmente por Vargas, governando o estado até 1945. Foi eleito governador novamente em 1951, administrando o Estado até 1954. Foi senador eleito por duas vezes (1955-1962 e 1962-1970), tendo seus direitos políticos cassados no ano de 1968 com o Ato Institucional nº 5.

em particular o Jornal *O Popular*, noticiaram o conflito do Parque Oeste Industrial. Além de analisar os contornos da força cultural da mídia contemporânea, busca-se entender como esta representou, a partir do conceito de representação do historiador francês Roger Chartier, os acontecimentos do conflito objeto de estudo dessa pesquisa.

CAPÍTULO 1 - GOIÂNIA E O DISCURSO DO PROGRESSO: PASSADO E PRESENTE TECIDOS PELA MODERNIDADE

Em 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental de Goiânia. Em março de 1937 Goiânia passou a ser, oficialmente, a capital do Estado de Goiás.



Pedro Ludovico Teixeira, ao centro, assinando o decreto que determinava a criação da nova capital de Goiás. Autor desconhecido.

Meus senhores, afinal Goiânia nasceu e está crescendo. É muito jovem, é criança mesmo. Tem apenas 8 anos de idade, descontando o lapso de tempo destinado a estudos e instalações. Uma cidade, como sabeis, se constrói, se completa, com o perpassar dos séculos e das gerações. Goiânia apareceu com um objetivo de oxigenamento e progresso para Goiás. Surgiu como um farol para iluminar o estado. Esta terra precisava ser abalada por qualquer acontecimento que a fizesse lembrada e que a fizesse vibrar. Vivia sob tal modorra, sob tal apatia que dava a impressão que vivia de cócoras. Tudo pequenino, vazio, rotina, burocracia. Goiânia foi o estímulo, o excitante, o choque que obrigou o nababesco paquiderme a levantar-se. A cidade, no passado, era refúgio a que os homens se recolhiam quando a guerra explodia nas fronteiras. A cidade era fortaleza e abrigo. A cidade moderna é o repositório de todos os afetos do homem. Ali tem ele o seu lar, a sua família, os seus amigos, as reservas para a sua subsistência e os focos para a sua cultura. A cidade moderna educa e civiliza. É o fator mais valioso para reforçar a homogeneidade das pátrias. (Trecho do discurso de Pedro Ludovico no dia da fundação oficial de Goiânia. 24 de outubro de 1933. Informe Técnica do Instituto Mauro Borges. Edição 08/2013, outubro de 2013)

Neste capítulo apresenta-se como o discurso da modernidade foi construído como parte fundante da cidade de Goiânia. As lideranças políticas se apropriaram ao longo das décadas da força que esse discurso produz como

instrumento de disputa política e de convencimento da população. Busca-se analisar os impactos políticos que a defesa do progresso e da modernidade tiveram na disputa de poder local com a chegada de Getúlio Vargas⁶ à presidência da República em 1930 e como esse tema foi central para o respaldo da mudança da capital e fundação de Goiânia pelo então interventor e governador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira.

Outro aspecto abordado é como esse discurso da modernidade se torna recorrente nas disputas políticas no Estado de Goiás, sempre como tentativa de renovar as propostas frente a população, principalmente em momentos de embate eleitoral.

Modernidade, que segundo Habermas (1991), refere-se a algo mais amplo do que mudanças estruturais e artísticas, sendo um novo modo de pensar difundido pela humanidade. Ainda de acordo com este autor, não se pode falar em modernidade, mas em modernidades como sequências complexas que incorporam várias categorias de atuação e pensamentos humanos que passaram por interrupções e transformações.

Autores como Ianni (1971), Fonseca (2012), Pandolfi (1999), Reis (1988) concordam que, na época, a utilização dessa palavra não era somente no plano discursivo, mas que havia um significado político mais amplo, um projeto nacional que de fato enxergava na modernidade a possibilidade da formação de um novo Brasil.

O entendimento sobre modernidade pode também se dar na definição de costumes, práticas e na nova forma do homem se colocar no mundo a partir de uma temporalidade, mais especificamente entre o final do século XVII até meados do século XX. Essa compreensão está calcada na análise de que a modernidade é fruto do desenvolvimento capitalista e da difusão das ideias

⁶ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19/4/1882, na cidade de São Borja (RS) e faleceu em 24/8/1954, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Foi o presidente durante dois mandatos entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Entre 1937 e 1945 instalou a fase de ditadura, o chamado Estado Novo. Os governos de Vargas são reconhecidos por uma importante transição do capitalismo no Brasil, onde a industrialização se efetivou nos grandes centros urbanos. Os governos de Vargas também são lembrados pela ampliação dos direitos trabalhistas e ampliação dos direitos da mulher, como, por exemplo, o direito ao voto. Seu falecimento se deu num grave momento de crise política e econômico do país, onde pressionado por alguns setores da imprensa, das forças armadas e por importantes lideranças políticas oposicionistas a seu governo, se suicidou no Palácio do Catete, sede administrativa do governo federal à época.

iluministas⁷, que desencadearam novas formas de organização dos poderes políticos e formação de novas relações econômicas e de produção.

Giddens (1991), ao analisar a modernidade aponta,

Como uma primeira aproximação, digamos simplesmente o seguinte: "modernidade" refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial (GIDDENS, 1991, p. 8).

Giddens (1991) busca compreender a natureza da modernidade, estabelecendo distinções e proximidades de pensamento entre Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Para o autor a modernidade se torna algo mundial, sendo a globalização uma de suas principais características,

A modernidade é inerentemente globalizante — isto é evidente em algumas das mais básicas características das instituições modernas [...] A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa (GIDDENS, 1991, p. 60).

Marx (1996), em seu *Manifesto Comunista*, faz alusão às mudanças ocorridas com a modernidade, principalmente com o surgimento de novas classes sociais como os burgueses e o proletariado.

A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade [...] A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis, foram varridas, toda as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e o homem é, finalmente, compelido a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes (MARX, 1996, p. 14).

⁷ O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão e da ciência – luz - contra o antigo regime – trevas - e pregava maior liberdade econômica e política, além de uma separação do Estado com a Igreja. O Iluminismo foi propulsor da Revolução Francesa e teve como um dos seus principais expoentes Jean-Jacques Rousseau e Montesquieu. O iluminismo se tornou a principal referência do pensamento moderno do mundo, contribuindo para reformular as organizações políticas, educacionais e econômicas.

Nesta obra, Marx (1996) apresenta os conflitos oriundos da consolidação do capitalismo industrial e a consagração de uma nova ordem econômica com suas variadas consequências políticas e sociais.

Weber (1997) também se debruça em compreender a sociedade moderna e aponta que a racionalização e a burocracia são características centrais nesse novo período da humanidade.

Modernidade e progresso se tornam sinônimos, e não só sinônimos entre si, mas também sinônimos de novidade, de inovação, de sonho, esperança, sinônimo de futuro.

Walter Benjamin, na obra *O anjo da História* (2012), destoa desse entendimento ufanista da modernidade, e apresenta uma leitura crítica e melancólica sobre o que seria o progresso. Marcado pelas enormes tragédias das duas grandes guerras, em especial, pela perseguição sanguinária do nazismo, faz apontamentos pertinentes sobre quais caminhos a sociedade estava trilhando em nome do dito progresso e da modernidade. Apresenta o Anjo da História, assustado, incrédulo, impossibilitado de mudar o curso do que estava por vir. O quadro de Paul Klee sintetiza para Benjamin como a própria humanidade se colocou frente ao furacão chamado progresso.

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIM, 2012, p.14).

No estudo sobre a cidade de Goiânia, a referência à modernidade está fortemente presente. Referência que sempre buscou relacionar a capital ao processo de industrialização, urbanização e positivas consequências políticas, sociais, econômicas e culturais, advindas do progresso.

O desenvolvimento econômico como sentido principal da sociedade demonstra o quanto modernidade e capitalismo sempre andaram lado a lado, se entrelaçando e se justificando, como condição fundamental para a humanidade.

Karl Marx assim como Walter Benjamim, apontava o progresso e o discurso da modernidade como fenômenos do capitalismo. Percebiam o progresso como um processo de mudanças das relações econômicas na sociedade. Marx (1986), mais notadamente, defendia que o progresso e a modernidade vinham como novidade em substituição do velho, consolidando o triunfo da burguesia.

Para Blumenberg (1995), a modernidade pode ser analisada enquanto um processo de ruptura com o “velho”, criando-se novas referências, mas também continuando com as formas “velhas”, só que adaptadas ao “novo”. O filósofo alemão explicita os receios da humanidade frente o advento da modernidade, e utiliza a metáfora do naufrágio para avaliar que parte da sociedade observa de forma um tanto quanto inerte as transformações que ocorrem no mundo.

No Brasil esses conceitos tomam forma e significado a partir da década de 1930, a propagação do progresso e do moderno tornaram-se mecanismos de diferenciação daqueles que queriam se distanciar dos setores políticos hegemônicos, buscando apresentar um discurso de oposição.

Getúlio Vargas utiliza o discurso da modernidade com recorrência como uma estratégia de poder, que se torna hegemônico para uma população carente e distante do debate sobre as grandes questões nacionais. Ao exaltar a nova organização administrativa do país Vargas afirma:

[...] todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungam em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos. Após o momento de vitórias, foi preciso refletir maduramente sobre a obra de reconstrução. E para que não se fraude a expectativa do povo brasileiro, o trabalho de reconstrução não admite medidas contemporizadoras. Implicaria no reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. É preciso através de atos cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia (VARGAS apud VARGAS, 2007, p.57).

Portanto, pode-se apresentar o entendimento de modernidade como surgimento de algo novo e não exclusivamente como um período histórico. A ideia da modernidade como algo em construção, em evolução, a depender da nossa própria ação. Essa é a principal chave do entusiasmo e apoio conseguidos por Vargas e seus correligionários, pois o discurso do progresso e da modernidade coloca nas mãos das pessoas a possibilidade de mudança.

Entretanto, no estudo sobre cidades esses conceitos estão relacionados também com as consequências produzidas pelo avanço desenfreado do capitalismo, principalmente com o desenvolvimento das metrópoles e grandes centros urbanos a partir da segunda metade do século XX. Pois progresso e modernidade são as bases para o avanço da produção, da divisão social do trabalho, exploração da natureza, ampliação do comércio e dos negócios, é a justificativa para uma sociedade voltada para o consumo.

Bresciani (1992) aponta a importância do estudo das cidades como instrumento de análise histórica e sociológica, elencando elementos na configuração das cidades que contribuem para ampliação de conflitos e contradições. Em seu texto *História e Historiografia das cidades, um percurso*, destaca que o desenvolvimento das cidades cria vícios e virtudes, e os antagonismos se aprofundam como riqueza *versus* pobreza, intelectualidade *versus* ignorância.

A autora traz à tona essa contradição entre discurso e realidade que o progresso e modernidade produzem. Sua opinião é que esse processo é um “movimento criadoramente destrutivo”, em diálogo com o que nos apresenta Walter Benjamin em o Anjo da História.

Com a expansão urbana aparecem a pobreza, a favelização e as amplas dificuldades de a infraestrutura acompanhar a ampliação das cidades. O aprofundamento da desigualdade social e econômica também vai se tornando consequência da profusão da modernidade e progresso ao longo dos séculos XIX e XX.

Analisar como modernidade é elemento discursivo constituinte de Goiânia faz parte desse estudo, buscando olhar como ao longo dos anos esse conceito continua sendo trazido para retomar um sentido pacificador, acolhedor e desenvolvimentista para a cidade. Portanto, iremos observar nesse capítulo como a fundação da cidade esteve ligada a esse conceito em nível nacional, com o projeto de poder de Vargas, e como políticos goianos utilizaram-no como o discurso e instrumento de disputa política no Estado.

1.1 - AS EXPECTATIVAS GERADAS PELA CAPITAL DA MODERNIDADE

A cidade de Goiânia foi construída a partir de 1933 com a finalidade de abrigar a sede do governo estadual, localizada até esse período na colonial cidade de Goiás. Essa construção representou um marco do projeto nacional-desenvolvimentista empreendido pelo governo de Getúlio Vargas e foi propulsor para o desencadeamento, alguns anos depois, da Marcha para o Oeste⁸, como um ponto de partida para a penetração do interior do país.

A efetivação da mudança da capital para Goiânia se realizou a partir dos esforços dos grupos políticos opositores à oligarquia hegemônica da cidade de Goiás, e associavam a manutenção da capital neste município com o atraso e falta de desenvolvimento. A mudança, capitaneada pelo interventor Pedro Ludovico, poderia colocar o Estado em melhores condições comerciais em uma política de aproximação com os grandes centros industriais do país, dando maior visibilidade a um política de desenvolvimento de Goiás.

A construção da nova cidade significava, um salto para a modernidade e a inserção de Goiás nos quadros da integração nacional. O conceito de modernidade naquele momento estava relacionado com a inserção de Goiás nos meandros da economia do Sudeste. Em outro aspecto, a arquitetura de Goiânia foi projetada em um estilo cujos traços eram tidos como modernos naquela época⁹. Para o grupo político ligado a Vargas, a construção de Goiânia representava a possibilidade de criar uma “comunidade imaginada”¹⁰, um espaço seguro, longe da influência negativa do litoral.

⁸ Marcha para Oeste foi um projeto nacional idealizado no segundo período do governo Vargas, denominado Estado Novo (1937-1945). Tinha o intuito de interiorizar as políticas sociais e industriais, visando uma maior integração nacional e buscando desenvolver as outras regiões do país para além do sul e sudeste.

⁹ *Art Déco* é a expressão francesa referente à arte decorativa. Associa sua imagem a tudo que se define como moderno, industrial, cosmopolita. Foi um movimento artístico que surgiu na França e teve seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930. (BARRETO, Amanda. *Art Déco: depoimentos e imagens*. Goiânia: RF, 2007, p.)

¹⁰ Comunidade imaginada é um conceito formulado pelo historiador estadunidense Benedict Andersen (1936-2015). Para Andersen, a comunidade imaginada está ligada à formação das nações e do nacionalismo, e exprime o sentimento de unidade em torno de uma sociedade, onde mesmo as pessoas não se conhecendo, cada um imagina e compartilha ideais, fronteiras e formas de convívio social comuns.

Goiânia, a capital do Estado de Goiás, surgiu como produto de um novo pensamento nacional fomentado pela chamada Revolução de 1930¹¹. Esse período histórico ficou marcado por acontecimentos que se desdobraram em mudanças sociais, políticas e econômicas, advindas da tomada do poder por Getúlio Vargas e seu grupo político, a Aliança Liberal.

A Aliança Liberal surge com a dissidência dos presidentes dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que decidiram disputar a presidência da República em oposição ao grupo hegemônico liderado por políticos do Estado de São Paulo. Com a derrota, a Aliança Liberal, constituída por setores de oligarquias regionais e do exército, se insurgiu e através de incursões armadas tomou o poder elevando Getúlio Vargas ao cargo de presidente.¹²

Ali se iniciava as bases de uma República que tinha como projeto central a modernização do país. A construção de Goiânia contribuía para representar a possibilidade de concretude desse projeto, pois simbolizava o desenvolvimento no interior do Brasil.

Getúlio Vargas auxiliou concretamente a construção da nova capital cedendo um empréstimo em apólices do governo federal a partir dos Correios, órgão federal estatal. Chaul (1999) aponta os valores monetários destinados pelo governo federal:

5.663 contos em apólices do governo Federal em 1936, reforçando o interesse da esfera federal para a construção da nova capital. Assim a verba inicial para os primeiros investimentos foi obtida através de empréstimos federais, sendo o primeiro montante de 3.000 contos de réis, feito por Getúlio via Oswaldo Aranha, para Pedro Ludovico. O empréstimo federal concretizava o interesse de Vargas na edificação da nova capital e tratava-se de criar mecanismos para que a região servisse de retaguarda econômica, principalmente para a região centro-sul. A nova capital serviria como absorvedor de mercadorias das várias regiões do Estado, repassando-as e interligando-se economicamente com as regiões urbano-industriais do país (CHAUL, 1999, p. 99).

¹¹ Na historiografia brasileira esse acontecimento é entendido também como um golpe, já que a tomada do poder foi efetivada mediante participação de setores das forças armadas e pouca participação da sociedade civil ou por Movimento de 30, que mobilizou diversos setores da sociedade para tomada do poder, porém não transformou as estruturais sociais, culturais, políticas e econômicas.

¹² FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). tomo 3, vol.4. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995. (Col. História da Civilização Brasileira).

Foi com a construção de Goiânia que se sintetizou as expectativas da colonização do sertão brasileiro e da necessidade de modernizar e integrar o Brasil.

Dentre as prioridades do governo Vargas, segundo Fonseca (2012), na construção desse novo projeto nacional, estavam a industrialização, aumento do consumo interno, urbanização dos municípios, melhoria da infraestrutura e melhoria dos índices educacionais. Como estratégias principais visavam-se a inserção do Brasil no mercado mundial, maior produtividade interna e a interiorização do desenvolvimento.

De acordo com Fonseca (2012), Getúlio Vargas liderou a formação do pensamento de construção do Estado moderno brasileiro. Foi nesse período que houve uma importante transição econômica, quando o Brasil passou a ter uma economia agrário- exportadora voltada para fora e outra industrializada e voltada para dentro. Ainda de acordo com Fonseca (2012), a ampliação do crédito agrícola via programas do governo federal e de carteiras do Banco do Brasil; a criação do BNDES, a criação das companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional (1942) e da Petrobrás (1954), são exemplos de uma nova política adotada como sustentação do projeto desenvolvimentista.

O capitalismo brasileiro ganhou grande impulso com a introdução da mão de obra assalariada na economia cafeeira do Oeste Paulista na década de 1880. Para prosseguir com o desenvolvimento do capitalismo, se tornou imperativo integrar o mercado nacional, não mais permitindo a supremacia dos interesses regionais sobre os nacionais, o que vinha ocorrendo durante a Primeira República (1889-1930). A questão que se colocava quando Vargas assumiu o poder no final de 1930 era como integrar o mercado nacional, prioridade para que houvesse maior soberania nacional, além do interesse predominante do desenvolvimento da indústria em detrimento aos demais setores. Emiliana Vargas afirma que

A política centralizadora revelou-se como uma oposição às políticas liberais através da defesa de um nacionalismo econômico. O planejamento estatal foi implantado e passou a direcionar toda e qualquer política econômica e social gestada pelo Estado, ou seja, a política brasileira assumiu um caráter técnico. O Estado brasileiro criou empresas para atender aos setores básicos da economia cuja finalidade estava em garantir um desenvolvimento econômico rápido e uma estabilidade do país frente ao mercado externo. Com o Estado interessado em aumentar e melhorar a indústria nacional, havia a necessidade de estudos sobre os projetos governamentais. Os novos

problemas enfrentados pelo Estado, devido à complexificação das relações urbanas e à divisão social do trabalho, era essencial o planejamento das Políticas Públicas, a fim de dinamizar o sistema político administrativo. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo “revolucionário” implantado no Brasil. Esse órgão tinha como função concretizar o projeto do novo regime que visava a interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Até então, no Brasil, as questões relativas ao mundo do trabalho eram tratadas no âmbito do Ministério da Agricultura. Os discursos de Vargas procuravam vincular o desenvolvimento econômico à superação da miséria e à consolidação da unidade nacional. A defesa era que a unidade nacional só viria através da intervenção do Estado, via uma política integradora (VARGAS, 2007, p. 43).

E o desafio de construção de Goiânia foi a expressão importante do novo projeto de desenvolvimento nacional em curso. Era o alinhamento de interesses locais e estratégicos na permanência de um campo político¹³ no poder, que passava a superar forças anteriormente hegemônicas, que a partir dessa disputa política com o grupo de Vargas, passaram a ser consideradas como forças do atraso e do conservadorismo.

Em Goiás, foi com a ascensão econômica das famílias do sul e sudoeste do Estado, que Pedro Ludovico conseguiu liderar com êxito o desejo de colocar o Estado como partícipe de um projeto nacional. “Em Goiás, políticos e ideólogos vislumbravam a possibilidade de inserir a região nesse projeto de nação” (CHAUL, 2015, p. 182). O conflito de poder político e econômico foram cruciais para dar sentido às decisões de Getúlio Vargas e nomear Pedro Ludovico como interventor do Estado. A República Nova, assim chamada pelos aliados de Vargas, utilizou das disputas locais como ferramenta de formação de um amplo grupo político nacional. Segundo Emiliana Vargas, “Com o fim dos trabalhos

¹³ Bourdieu significa o conceito de campo político: “Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social [...] Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria, lógica que está no princípio dos posicionamentos daqueles que nele estão envolvidos, implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos. O funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento. Esse efeito observável é o resultado de um processo: quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, mais tende a funcionar em conformidade com os interesses inerentes ao campo, mais cresce a separação com relação aos profanos (Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999).

constitucionais, Vargas reorganizou os ministérios contemplando os tenentes mais preteridos e distribuindo as pastas para os estados que o haviam apoiado na constituinte” (VARGAS, 2007, p. 39).

Aliás, essa foi a mesma estratégia utilizada por Pedro Ludovico, que articulou os grupos opositores a Caiado em torno de sua legitimidade intervencionista. A hegemonia política de Ludovico passou pela relação com dissidentes caiadistas e as oligarquias que eram aliadas do poder. Obviamente que não foi só o discurso de um novo tempo que consolidou o poder Ludoviquista, mas também a centralização das decisões e formação de um grupo político aliado. Além da disputa com o grupo hegemônico caiadista, se deu também um impasse no interior do movimento de 30, pois a junta governativa intervencionista foi formada juntamente com o dissidente caiadista Mário D’Alencastro Caiado e o militar aposentado Domingos Neto Velasco.

Como Pedro Ludovico não dispunha de uma base política capaz de dar sustentação ao novo governo, através de intervenções municipais ele passou a compor com grupos oposicionistas locais. Além disso enfrenta outro problema: a disputa pelo comando do Movimento de 30. Com o executivo nas mãos ele vai, pouco a pouco, fechando os espaços de seus correligionários capazes de lhe fazer frente (CAMPOS, 2009, p.13).

Itami Campos lembra que a cidade de Goiás era reduto caiadista e por isso a estratégia da nova capital poderia dissipar o poder político e administrativo para outro grupo político.

Deve-se reconhecer a eficácia da estratégia política de Pedro Ludovico em defender e realizar a mudança da capital. A cidade de Goiás, antiga capital, fechada pela natureza em torno de si [...] favoreceu a formação de grupos políticos fechados (oligarquias) e era o núcleo principal do caiadismo (CAMPOS, 2009, p.13).

Com a formação da junta governativa e empoderamento dos grupos opositores ao clã Caiado, até então a família que detinha a maior influência política e administrativa do Estado, o acirramento da disputa política se ampliou. Nesse cenário, o discurso modernizador se tornou peça chave na disputa, um instrumento simbólico de desconstrução do poder da família Caiado, apresentando suas práticas como atrasadas e impeditivas do desenvolvimento do Estado de Goiás. Chaul (2015) afirma que apesar das tentativas da família

Caiado em limitar as influências econômicas e políticas de outros estados em Goiás, como por exemplo, em oposição à construção da estrada de ferro, seu declínio político esteve intimamente ligado à ascensão ao poder do grupo Vargas a nível nacional, que referendou o poder goiano nas mãos de Pedro Ludovico.

Outra questão é que Caiado mandou em Goiás desde 1912-1913, coincidindo sua dominação política com a implantação dos trilhos da estrada de ferro. Seu declínio político não foi causado pelo desenvolvimento de Goiás, e sim por transformações sociais, políticas e econômicas que encontram expressão no movimento de 1930, época em que ele representa a oposição (CHAUL, 2015, p.168).

Alguns anos depois, com o objetivo de ocupar a Região Centro-Oeste, o Estado Novo estabeleceu uma nova e agressiva postura de colonização encabeçada por Getúlio Vargas que, em discurso na virada do ano de 1937, anunciou pelo rádio, diretamente do Palácio da Guanabara, a instituição da Marcha para Oeste. A princípio a volta para o “hinterland”¹⁴ significava uma busca de expansão econômica e desenvolvimento da nacionalidade. De acordo com aquele momento, significava também proteção do Brasil à salvação nacional.

A corrente desenvolvimentista no interior do grupo político de Vargas defendia a industrialização como decisiva no projeto nacional e teve forte impacto nas políticas desenvolvidas pelo governo de Getúlio Vargas. Pedro Fonseca afirma que:

Além dos precursores já mencionados, pode-se assinalar o período entre a última década do Império e as primeiras da República como bastante rico no que tange à profusão das idéias em defesa da indústria. Muitas vezes estas reivindicavam para si a inserção ao “espírito republicano” e à modernização, em um contexto ideológico que associava o Império ao marasmo, à vida rural, ao atraso e à escravidão (FONSECA, 2004, p.230).

Sendo assim, Goiás passou a ter papel importante na estratégia política do governo de Getúlio Vargas, que durante o Estado Novo, especificamente em 1940, realizou por meio do IBGE um censo que revelou a baixa densidade populacional de grande parte do território brasileiro. Os dados do censo levaram o governo a prever a necessidade de instalação de Colônias Agrícolas em cinco

¹⁴ Termo cunhado no período para cidades do interior e do sertão brasileiro.

regiões do país. Camargo (apud FAUSTO, 1983) avalia que a implantação das Colônias Agrícolas deveria obedecer a critérios que envolviam tendências de fluxos migratórios e aspectos sociais das regiões avaliadas e não somente aspectos econômicos. Segundo Camargo (apud FAUSTO, 1983), em Goiás, dentro da política das fronteiras e da Marcha para Oeste, fundou-se a Colônia Nacional de Ceres.

Nesse período Goiânia já se consolidava como destino de diversas pessoas que buscavam melhores possibilidades de trabalho e renda. A nova cidade que no censo de 1940 já contava com uma população de 48.473 habitantes¹⁵ (já naquele momento superior à antiga capital), passou a receber imigrantes de todo o país, e pela localização central, recebeu diversos congressos e exposições nacionais.

Nos discursos, os moradores da nova cidade orgulhavam-se da modernidade de seus edifícios e belas praças. O maior edifício da capital era a Escola Técnica, construída pelo governo federal, e que, nas comemorações de 1942, sediou a Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística. Em 1942, Goiânia apresentava-se à nação brasileira integrada por uma rede de estradas que conduziam a várias partes do Brasil. A imigração para a nova capital movimentava suas ruas, com pessoas oriundas de várias partes do país. O Estado Novo e os intelectuais alimentadores da “Marcha para o Oeste” rejubilavam-se com o grandioso feito (CASSIANO, 2002, p. 76).

Esse crescimento sempre esteve relacionado às expectativas ligadas ao surgimento da cidade. Expectativas em torno de Goiânia como uma “comunidade imaginada” que se assentava na fraternidade entre as pessoas, no sonho comum, na esperança de uma vida melhor. Um cidade que desde seu início teve forte presença da imprensa, ligando as pessoas através das informações, dando significado comum para os milhares de moradores da cidade, contribuindo para criar uma consciência social coletiva.

Esse mesmo ideal de modernidade e progresso que esteve presente na construção da cidade de Goiânia e transferência da capital, tornou-se um simbolismo tanto para os novos trabalhadores que ali chegavam, como para aqueles idealizadores da nova cidade. Segundo Bourdieu (1998), o poder

¹⁵ Censos Demográficos IBGE 1940/2010. Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais. Informe técnico de outubro de 2013.

simbólico contribui na construção da identidade e até mesmo para fins econômicos e de consolidação de poder político.

[...] são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que podem firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (BOURDIEU, 1998, p. 120).

Havia uma complementação de percepções de parcela população goiana com os novos interesses políticos nacionais em torno do abandono do atraso em face ao desenvolvimento. É possível dizer que essa expectativa foi utilizada como instrumento para construir no imaginário social que a nova capital seria decisiva para um novo momento para Goiás e para o Brasil. A nova capital passou a ser expectativa de conquista de mais empregos, renda, infraestrutura e melhores condições de vida. Palacín e Moraes (2008) citam que Ludovico, em seu relatório de 1933 escreve,

Pondo-nos em contato permanente, diário e intenso com as necessidades de Goiás, estudando-as nas suas fontes, perquirindo, observando, analisando detidamente as causas que têm impossibilitado o desenvolvimento de um estado rico de reservas naturais como este, chegamos à convicção, já agora cimentada por mais de 30 meses de governo e investigações, de que a mudança da capital não é mais um problema na vida de Goiás. É também a chave, o começo da solução de todos os demais problemas. Mudando a sede para um local que reúna os requisitos de cuja ausência absoluta se ressentia a cidade de Goiás, teremos andado meio caminho na direção da grandeza desta maravilhosa unidade central (TEIXEIRA apud PALACÍN; MORAES. 2008, P. 158).

O discurso de um novo tempo foi amplamente difundido, fortalecendo o simbolismo de que eram necessárias novas práticas políticas para colocar Goiás no eixo de desenvolvimento que estava sendo delineado no país com o novo projeto político e econômico de Vargas.

Além dos interesses de Estado no que tange aos caminhos da economia, o governo Vargas fez forte propaganda de que se construía uma nova nação. A disputa era ideológica e fortemente carregada de valores simbólicos que apresentavam que o Brasil não seria mais o mesmo. Seria o rompimento com o atraso e o advento de um novo Brasil, moderno, civilizado, onde se orientava a construção de uma nova identidade nacional à luz do progresso e da modernidade. “Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de

Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso” (CAPELATO, 2003, p.118).

O simbólico foi central na sustentação política do governo Vargas e fermento para o desejo popular, que ansiava melhoria de qualidade de vida. O discurso modernista teve forte impacto, tornando o desenvolvimento, progresso e modernidade como assuntos hegemônicos no pensamento nacional.

Para Bourdier o simbolismo pode ser constituído através de representações, que de forma intencional podem formar na prática a identidade e a percepção de demais pessoas,

[...] a procura dos critérios «objectivos» de identidade «regional» ou «étnica» não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto e o sotaque) são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais* em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores[...]. (BOURDIEU, 1998, p. 112).

Goiânia surge com a concepção do planejamento, de uma cidade organizada para acolher bem as pessoas e garantir uma boa qualidade de vida para sua população, com o discurso de que seria uma cidade moderna no coração do Brasil exemplo de um grande projeto de urbanização, com as características de planejamento urbano da Europa.

A defesa que se fazia os idealizadores e defensores da nova capital era que uma cidade construída em um Estado basicamente agrário estava pronta para ser o exemplo do moderno no Brasil, com influência da arquitetura modernista europeia, símbolo de riqueza e prosperidade. Sobre esse aspecto Paula (2011) afirma que

As imagens dos prédios públicos *Art Déco*, construídos na década de 1930, permanecem até os dias de hoje no centro de Goiânia com uma certa “exaltação” de seus idealizadores, como também lembra o sentimento modernista dos anos 30 na memória goianiense, exaltando o simbolismo modernista da cidade, que faria com que este símbolo – Goiânia- fosse o marco na história de Goiás, dividindo as duas Repúblicas em Goiás. Esta receptividade goianiense, como também esta estimulação do sentimento progressista na cidade pode ser visível

até em reportagens de jornais e revistas contemporâneos, que exaltam esta percepção modernista (PAULA, 2011, p.5-6).

Entretanto, as limitações de uma cidade ainda distante dos grandes centros urbanos do país podem ter levado a idealização a se configurar como contraditória à realidade. O progresso tão propagado não se concretizou na forma e no tempo desejado, apesar de continuar presente nos discursos e afirmações de importantes personalidades do Estado, principalmente da classe política (CAMPOS, 2009).

Chaul (2000) também retrata essa distância entre o discurso da modernidade e a realidade social em Goiânia:

Dessa forma, por intermédio de Goiânia, a região se integrou à nação. O desenvolvimento econômico dos anos 30 deu suporte ao projeto da Marcha para Oeste, idealizado pelos adeptos de Vargas. Nesse período, tendo como ponto culminante o Estado, as representações da decadência e atraso foram definitivamente substituídas pelas da modernidade, trazendo embutida a idéia de que o almejado progresso de Goiás tinha sido atingido. Na realidade, o Estado continuava longe da representação alardeada. Os contrastes permaneceram – Goiânia sustentava a imagem de modernidade, mas continuou sendo, por muitos anos, a capital do sertão, a fronteira do Cerrado (CHAUL, 2000, p. 124).

Importante destacar também as inúmeras complexidades administrativas presentes nesse período. Apesar da centralização de poder cada vez mais consolidada nas mãos de Pedro Ludovico, a historiografia nos remete a uma completa desorganização dos órgãos públicos e em relação com a população, gerada, inclusive, pela falta de apoio da oposição na transferência de órgãos públicos e pelas inconveniências que a própria distância territorial propiciou. Apesar da construção da estrada de ferro ter possibilitado um maior contato comercial com os estados de Minas Gerais e São Paulo e ter contribuído para a urbanização de municípios próximos a ferrovia, ainda assim os primeiros anos foram de amplas dificuldades para se estabelecer a nova capital com todas as suas prerrogativas políticas, administrativas e econômicas.

Naturalmente, os primeiros anos não foram fáceis. Dificuldades políticas, distância dos principais centros de decisão do país, escassez de recursos, falta de materiais, mão-de-obra e tecnologia deram o tempero a saga dos goianos de transferir sua capital (GONÇALVES, 2003, p.28).

Portanto, Goiânia foi gestada em meio a esse processo de efetivação de um projeto nacionalista, que lhe possibilitou ser signatária de um simbolismo do novo. Tornou-se instrumento de manutenção e consolidação de um grupo político no poder, e por isso foi construída sob o amparo direto do Estado.

Importante ressaltar que outros interesses estiveram presentes na fundação da nova capital. O projeto nacional desenvolvimentista liderado por Vargas tinha como égide central a expansão do capitalismo. A inserção de novos centros de produção no interior do Brasil foi fundamental para expansão do comércio e da produtividade. Apesar da ampliação do consumo no interior do Brasil ser visto como arriscada por conta da baixa densidade populacional se comparada com o litoral, principalmente com a região sudeste, foi vista como necessária para busca de novos mercados. Vargas afirma que

Os industriais foram se aproximando do poder federal, pois no início tinham boicotado a legislação trabalhista. Vargas tinha como meta principal superar o atraso e transformar o Brasil em um país desenvolvido do ponto de vista econômico, sendo uma das justificativas para o golpe a necessidade de produzir mudanças capazes de colocar o país em um patamar de progresso material [...] Com a década de 1930, intensificou-se no Brasil o desenvolvimento de relações capitalistas que foram paulatinamente alterando as bases do Estado Oligárquico e patrimonial. Um novo cenário foi sendo desenhado no país: ocorreu um crescente processo de industrialização e urbanização; o mercado interno desenvolveu-se expandindo o sistema econômico; ocorreram mudanças nos órgãos governamentais e na esfera política. O governo Vargas caracterizou-se como sendo um Estado Nacionalista que passou a intervir e a reformular as relações econômicas de mercado, tanto no âmbito nacional quanto nas relações estabelecidas no plano econômico internacional (VARGAS, 2007, p. 40-41).

O desenvolvimento do capitalismo no interior do Brasil esteve relacionado à construção de Goiânia e na ascensão do grupo de Pedro Ludovico ao poder local, pois esse grupo teve grande apoio de famílias que vislumbravam novas possibilidades de consolidação de seus negócios. Segundo Adão Francisco de Oliveira,

Goiânia surgiu a partir de uma demanda de ordem política e econômica, tendo se inserido num movimento que, em âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do Estado, principalmente as regiões Sul e Sudoeste, e no âmbito nacional, buscava adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2005, p. 127).

Além de que a própria construção da cidade gerava oportunidades para milhares de pessoas, que vinham para trabalhar, ou para oferecer serviços ao Estado, indutor da construção. Aliás, foi durante a construção de Goiânia que a concentração de grandes glebas ganhou contornos que estão presentes ainda na atualidade, mesmo já passados mais de oitenta anos. Famílias se tornaram proprietárias de enormes terrenos e detentoras de poder político e econômico, que de forma hereditária ainda permanecem na capital, como exemplo, grandes propriedades de famílias que estiveram na fundação da capital como os Buenos e Coimbras. (MOYSÉS, 2004)

Mesmo com a presença forte do Estado o planejamento e definição do espaço urbano da cidade, a presença da indústria da construção civil e a necessidade de ocupação do espaço possibilitaram, na época, a compra e venda de terrenos oferecidos pelo próprio Estado. Famílias prestadoras de serviço e até mesmo pessoas que ocupavam funções públicas no governo tiveram amplas facilidades para adquirir propriedades na cidade. A exemplo, Jerônimo Coimbra Bueno, proprietário de uma empresa de consultoria urbanística na década de 1930 que, posteriormente, se tornou governador do Estado e proprietário de diversos espaços no município.

O engenheiro Armando de Godoy foi contratado como consultor técnico da Construtora Coimbra Bueno para dar continuidade à urbanização da cidade, em 1936. Sua contratação atendeu a múltiplos interesses [...] Por outro lado, sua contratação foi ao encontro dos interesses da própria firma Coimbra Bueno [...] que lucraria diretamente em contar no seu quadro técnico com tão eminente profissional (GONÇALVES, 2003, p.36).

Ao analisar o processo de formação urbana é possível perceber que a cidade, Goiânia, se constituiu como um espaço de divisão do trabalho, do consumo e, territorialmente, foi sendo definida a partir das diferenças econômicas e sociais.

Além de que o desenvolvimento do capitalismo não permitiu uma continuidade natural da urbanização planejada, pois os interesses econômicos passaram a sobrepujar interesses públicos e começaram a delinear as decisões do poder político. A especulação imobiliária, a ampliação de loteamentos e os adensamentos não previstos originalmente, iniciaram um processo de desconfiguração da cidade. Se em um primeiro momento o Estado foi fiador da

formação do espaço urbano, com apoio dos setores privados, em um período subsequente esses setores passaram a ter influência direta nessas decisões.

Contudo, essa lógica de ação do Estado (sociedade política de dimensões federal, regional-estadual e municipal) foi característica de um momento específico na história do “desenvolvimentismo” do Brasil, tendo prevalecido principalmente nas cidades planejadas. No caso de Goiânia, essa diretriz de política econômica já não era mais viável no período subsequente a 1950 (OLIVEIRA, 2005, p.133).

O sociólogo Adão Francisco de Oliveira em diálogo com o arquiteto Sérgio Moraes, no artigo *A reprodução do Espaço Urbano em Goiânia: uma cidade para o capital* (2004), apresenta que Goiânia, ao longo de sua história, passou por quatro fases marcantes de expansão urbana. A primeira de 1933-1950, com o Estado como indutor das decisões e o poder privado como coadjuvante; a segunda de 1950-1964, com forte influência dos proprietários de terra no parcelamento urbano e uso do solo; a terceira de 1964-1975, denominada por “fase de concentração de lugares no espaço”, quando se concentrou políticas de urbanização em bairros específicos; e a última de 1975 em diante, como “expansão urbana”, ampliando as políticas urbanas e de amplo desregramento no uso do solo com forte apelo imobiliário.

Essa última fase, segundo Oliveira (2004), é também caracterizada pela concentração de renda e aumento das desigualdades. Ainda de acordo com esse autor, Goiânia é fruto do processo histórico de uma cidade voltada para os interesses capitalistas. Diversas famílias que vieram para trabalhar na construção da cidade foram marginalizadas num processo permanente de periferização. Os bairros mais próximos do centro foram ocupados por aqueles que possuíam capacidade de consumir e ter acesso ao que a cidade produzia, enquanto os mais pobres foram sendo empurrados para setores mais distantes. Esse fenômeno contradiz o sentido que foi publicizado como central na fundação de Goiânia e a inserção do moderno no centro oeste do país, que seria a ampliação de oportunidades para mais e mais brasileiros.

Interessante observar que apesar de Goiânia ter passado por profundas transformações ao longo de seus 84 anos, ainda se apresenta como capital planejada no coração do Brasil. O discurso da modernidade ainda se faz presente em diversos aspectos da cidade, mantendo a imagem de cidade

acolhedora e garantidora de qualidade de vida para sua população, como veremos a seguir.

1.2 - A REINVENÇÃO PERMANENTE DA “MODERNIDADE” COMO ESTRATÉGIA DE PODER

O discurso de modernidade esteve presente em várias disputas políticas em Goiás. Sua utilização se deu em diversos momentos como forma de demarcar a distinção entre grupos políticos ou desmerecer o grupo hegemônico e dominante, associando-o à imagem do atraso. Por outro lado, é possível observar, a partir da documentação estudada, que esse mesmo discurso também se tornou, em determinados momentos, instrumento para defender a continuidade e manutenção do grupo político que estava no poder.

Como já apontado nesse estudo, com a Revolução de 1930 no Brasil, a modernidade passou a fazer parte de um discurso nacional desenvolvimentista contra as oligarquias agrárias que se opuseram ao governo Vargas, que teve repercussão e utilização por parte de seus aliados regionais e locais. Em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira utilizou o discurso de modernidade como estratégia política no enfrentamento ao caiadismo¹⁶.

Pedro Ludovico sempre se colocou como adversário do caiadismo e propulsor de uma nova política para o Estado. A partir da consolidação de sua hegemonia política por longos anos, seu discurso de defesa de uma nova forma de relação de poder, que fosse mais democrática e buscasse um maior desenvolvimento do Estado passou a ser referenciada, mesmo em períodos sucessores ao seu governo.

Pouca gente tinha coragem de combater o Caiadismo. A maior parte do povo estava insatisfeita, mas só alguns pequenos grupos na velha Goiás, em Rio Verde, em Inhumas, punham as mangas de fora. Não vou citar nomes porque cairia fatalmente em omissão de muitos que foram bravos. Pode ser que, no correr dessas Memórias, fale em alguns. A eleição era um escárnio, uma brincadeira. Colocavam-se nos postos onde se realizava os sufrágios, um Tenente da polícia e dois soldados. Ao entrar, o eleitor recebia de um dos mesários um envelope

¹⁶ O grupo político dominante em Goiás anterior ao Movimento de 30, era constituído pela família Caiado, proprietária de diversas terras e que tinha seu principal reduto na cidade Goiás, que era capital do Estado antes da fundação de Goiânia.

fechado, que continha seu voto e o colocava na urna. Muitas vezes nem a esse trabalho se davam. Chamavam umas três ou mais pessoas, inclusive os transeuntes que assinavam os nomes dos eleitores, para “feito legal”. Era o regime escandaloso das atas falsas. Aliás, isso acontecia no Brasil inteiro. Não somente isso que me indignava, sobretudo a falta de garantias que sofriam os que não se conformavam com este estado de coisas, as perseguições de que eram vítimas (TEIXEIRA, 1973, p. 27).

Em sua autobiografia, Ludovico se coloca como exemplo de um novo jeito de fazer política, denunciando as fraudes eleitorais e o grupo caiadista como praticante de perseguições aos seus opositores. Ludovico claramente desmerece, desconstrói o grupo dominante anterior ao seu como forma de se apresentar como um político moderno que trazia uma novo jeito de lidar com o poder. Além disso se apresenta como um político corajoso ao enfrentar o caiadismo, pois nem todos tinham a audácia de fazer esse enfrentamento.

A imagem de Ludovico como um político que trouxe renovação de práticas políticas para Goiás e buscou o desenvolvimento econômico e social do Estado foi se tornando consolidada ao longo dos anos, sempre ligada à uma figura corajosa que conseguiu ter êxito na administração pública, tendo como marco a mudança da capital.

Quando buscamos a história recente de alguns governos do Estado de Goiás, percebemos o quanto a construção e cristalização da imagem de Pedro Ludovico não somente como fundador de Goiânia, mas também como um “herói da modernidade” que tirou Goiás do atraso, ainda se encontram presentes e aprisionam parte da classe política.

O legado discursivo de Pedro Ludovico foi disputado durante décadas em Goiás por lideranças políticas, como os governadores Íris Rezende¹⁷ (1982 - 1986) e Marconi Perillo¹⁸ (1998 – 2006, 2010 -).

¹⁷ Íris Rezende de Machado nasceu em Cristianópolis (GO) em 22 de dezembro de 1933. Mudou-se para Goiânia em 1949, com 16 anos e iniciou sua participação política no movimento estudantil secundarista. Atual prefeito de Goiânia, Íris é o político vivo em Goiás com maior número e diversidade de mandatos eletivos. Foi vereador (1958-1961), deputado estadual (1962-1964), prefeito (1965- 1969, 2005-2008), governador (1983-1986, 1991 – 1994), ministro da agricultura (1987 – 1989), ministro da justiça (1997-1998) e (senador (1995-2002).

¹⁸ Marconi Ferreira Perillo Junior nasceu em 07 de março de 1963 na capital Goiânia/GO. Iniciou sua trajetória política no PMDB jovem, tendo sua primeira vitória eleitoral em 1990 para o cargo de deputado estadual. Foi deputado federal em 1994, em 1995 filiou-se ao PSDB partido pelo qual foi eleito governador em 1998, reeleito em 2002, eleito senador em 2006, governador novamente em 2010 e reeleito em 2014.

Íris Rezende foi considerado por jornalistas, parte da classe política e membros de seu partido como o sucessor de Ludovico, sendo escolhido por este em 1979 para disputar o governo de Goiás em 1982, como bem nos lembra Cileide Alves Cunha:

A escolha de Pedro Ludovico pela candidatura de Íris Rezende a governador, em vez de indicar seu próprio filho que fora deposto pelos militares em uma intervenção violenta em novembro de 1964, tinha um significado político, mas que não recebeu destaque no jornal (CUNHA, 2009, p.3).

Entretanto, após anos de disputa e forte hegemonia do PMDB no poder do governo do Estado, em 1998, Marconi Perillo trouxe o mesmo discurso do tempo novo utilizado por Pedro Ludovico no embate com os caiadistas nas décadas de 1920 e 1930, evocando o progresso e a modernidade como tema central do seu programa político. Foi com esse discurso que Perillo conseguiu derrotar o PMDB e alçar o posto mais alto da política no Estado de Goiás. Para compreender um pouco dessa releitura de conteúdo do discurso político e sua apropriação por líderes políticos, torna-se necessário relembrar como o próprio Ludovico enxergou a disputa política em seu momento de conquista do poder. Em sua autobiografia *Memórias* afirma,

O povo brasileiro, inclusive o goiano, vinha de uma luta memorável, sem similar no registro da vida nacional. Goiás, como nenhuma outra unidade federativa, sentiu o peso de uma situação despótica e oligárquica, que tudo fez para sobrepujar as condições de insegurança em que se via envolvido o país. A pleora do mandonismo, o prazer sádico pela violência, os sentimentos de irresponsabilidade dominavam tanto na mentalidade dos situacionistas, que a insegurança se apresentava a todos e sob todos os aspectos. Insegurança na via comercial, industrial e máxima na vida política. O comércio e a indústria não podiam se desenvolver em virtude da falta de garantias que se lhes defrontava, sujeitos aos botes de qualquer aventureiro á postas lhe aparecesse, quando sempre amparado pelas boas graças dos poderosos. Os habitantes do *hinterland* se viam ainda mais ao alcance das acometidas dos mastins que infestavam o situacionismo (TEIXEIRA, 1973, p. 51).

Embora Ludovico tenha tido êxito constante nas disputas e dominado a cena política durante décadas, é possível afirmar que Goiás não usufruiu do crescimento e do desenvolvimento tão propagado. Apesar de ter acompanhado um fenômeno nacional de urbanização, Goiás ainda se mantém

fundamentalmente com uma economia agroindustrial e pecuária, onde apesar de seu crescimento nos últimos anos, ocupa lugar mediano na economia nacional.

O *boom* da industrialização se concentrou nos grandes centros do sul e sudeste do país e os estados do Centro Oeste permaneceram décadas estagnados se comparados economicamente com as economias de outros Estados. Campos (2009) ao avaliar o discurso de que o movimento de 1930 traria grandes transformações para Goiás afirma: “Todavia, a análise do quadro das transformações trazidas pelo Movimento de Trinta nas várias regiões – Goiás, especialmente – não constata essas transformações” (CAMPOS, 2009, p.11)

Chaul (1997) comenta que esse mesmo entendimento também norteou os estudos feitos por alguns pesquisadores que afirmam constatar que o movimento de 30 contribuiu para que Goiás pudesse experimentar um crescimento elevado se comparado ao período anterior, mas muito tímido se confrontado aos níveis econômicos de outros Estado brasileiros. A historiadora Maria Cristina Machado, ao explicar que as transformações ocorridas no Brasil, lideradas pelo getulismo, não eliminaram as desigualdades regionais, afirma “A modernização do país não superou o atraso de Goiás”. (MACHADO, p. 42, 1990)

No aspecto da infraestrutura e serviços públicos também, tendo grande concentração de demandas atendidas em Goiânia, há uma certa fragilidade na infraestrutura em todo Estado. Mesmo com separação e criação do Estado do Tocantins, ainda hoje vemos uma profunda desigualdade regional, tendo o sul, sudoeste e centro do Estado mais ricos e norte e nordeste bastante pobres, com maiores dificuldades de produção e índices educacionais de desenvolvimento humanos mais baixos que de outras regiões.

Porém, desde a consolidação da capital de 1930 a 1942 com o batismo cultural e nos períodos subsequentes, é perceptível o discurso da modernidade e do progresso continuarem a ser evocados pelos políticos como forma de se apresentarem como novidade política e na defesa do desenvolvimentismo.

Íris Rezende utiliza esse discurso no período de redemocratização do país. Na disputa ao governo estadual em 1982, Rezende que teve seu mandato cassado ainda prefeito no ano de 1969, se fez detentor do legado de Pedro Ludovico e bradou o progresso e o desenvolvimento em oposição aos anos de chumbo experimentados na ditadura civil-militar. Como estratégia vitoriosa,

buscou marcar nos governos militares a imagem do atraso, se apresentando como predestinado e capaz de posicionar Goiás no centro econômico do país. Íris Rezende (MDB) ganha a eleição derrotando Otávio Lage (PDS), candidato apoiado pelas forças políticas em Goiás que sustentaram os governos do período do regime civil-militar.

Em discurso de posse de governador, reproduzido pelo jornal *O Popular*, em 16 de março de 1983, Íris Rezende salienta alguns dos elementos de defesa do progresso e da modernidade,

Caminhamos um pouco no caminho da liberalização, mesmo em meio a uma crise econômica e social de tal magnitude que a todos nós impõe reflexões sobre o destino da Pátria comum. A história exige de nós que, nesta hora quase trágica da nacionalidade, sejamos capazes de colocar os interesses da Pátria acima dos nossos desejos e ambições pessoais. Para salvar o Brasil, devemos ter a grandeza de aceitar o diálogo, o debate franco e leal de idéias e propostas, como caminho único para reencontrar a senda do progresso, redefinir modelos econômicos, políticos e sociais [...] Acima de tudo, mais importante até que o diálogo interpartidário, coloca-se a questão de desobstruir os canais de participação popular [...] O mutirão permanente a que convoco nesta hora todos os goianos representa o apelo à solidariedade, à responsabilidade e à participação. A solidariedade do mutirão rural, quando os braços fortes do sertanejo se aliam para superar as dificuldades do vizinho; a responsabilidade do cidadão pela construção da cidade; a participação de todos dentro de seus limites e possibilidades na tarefa de reerguer nosso Estado e repor os negócios públicos no caminho do bem-comum [...] Mas o governo do PMDB conseguirá provar que é possível fazer, com as migalhas que restam aos Estados, dentro do sistema tributário concentrador que ainda vigora, um Governo sério, honesto e profícuo. Convoco o povo goiano à jornada comum (...). Sou governador do povo, de todo o povo. Mas sou igualmente governador do PMDB. Porque foi o partido que me elegeu, pelo esforço inesgotável de todos os seus membros, eu lhe devo gratidão. Mas por essa mesma razão, é ao meu partido que eu dirijo a mais vigorosa convocação: vamos trabalhar juntos, com os olhos voltados para o futuro, sem ódios, vinditas e rancores, coração aberto ao povo, para que possamos provar que o eleitor acertou, ao despejar em nós o vendaval de votos que pretende abrir as portas ao progresso social (...). Ao povo, a renovação da promessa. Goiás vai mudar, realizando a esperança de tempos melhores, porque o povo goiano quis assim (O POPULAR, 1983, p. 3).

Em entrevista¹⁹ no ano de 2011, Rezende rememora o projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, além de firmar os

¹⁹ REZENDE, Íris. Goiânia, 2011. In: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/17740/Iris-Rezende-antigo-PSD-era-consequente-J%C3%A1-o-de-Kassab.htm>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

partidos os quais participou, primeiro PSD depois MDB, como sucessores desse legado,

O PSD se firmou em princípio como um partido defensor da democracia, do desenvolvimento. Era o partido criado com apoio do ex-presidente Getúlio Vargas, que também havia criado o PTB. Getúlio fez muito por Goiás com a Marcha para o Oeste, incentivando o Estado com a Colônia Agrícola de Ceres e a Construção de Goiânia, tendo o Dr. Pedro Ludovico como governador. O PSD, portanto, é criado em 1945, tendo à frente o presidente que seria eleito em 1946, o General Eurico Gaspar Dutra. Em Goiás, o partido disputou com Juca Ludovico, perdendo para Coimbra Bueno, da UDN. O PSD era um partido consequente, equilibrado, preocupado com o desenvolvimento. E, por consequência, o MDB em Goiás constitui-se numa continuidade do PSD. A ditadura se udeenizou e coube ao PSD e, depois, ao MDB o papel de oposição (REZENDE, 2011).

Cunha (2009) explica que com a morte de Pedro Ludovico em 1979, em meio uma disputa interna em seu grupo político, Íris Rezende sai vencedor e consolida-se como principal liderança e sucessor de Ludovico:

Íris tomou a linha de frente do grupo antes abrigado sob o guarda-chuva do PSD depois da morte de Pedro Ludovico, como de alguma forma este previra ao apoiar a candidatura de Íris a governador. Íris assumiu o bastão, repetindo práticas políticas e partidárias tradicionais – aos moldes do antecessor –, e adotando um discurso de reforma das estruturas do Estado e de redemocratização do país (CUNHA, 2009, p.23).

A autora afirma ainda o caráter populista e carismático de Íris, que em meio a um processo de transição no país, soube utilizar do legado de Ludovico para ascender ao poder central do Estado de Goiás.

Íris ascendeu à condição de líder principal de seu grupo, falando em nome do povo, dos trabalhadores, do Estado e do partido. Um homem, portanto, poderoso, chegando ao “cúmulo do mistério do ministério”, que é “quando o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele”. Íris Rezende foi esse porta-voz do PMDB, estruturado e organizado à imagem de seu líder. Íris personifica o PMDB como Pedro Ludovico personificou o PSD (CUNHA, 2009, p.23).

E sua pesquisa Cunha (2009) afirma,

Iris já tinha nessa época um bom capital político (as eleições recordes, a administração na prefeitura, sua representação mítica junto ao eleitorado). Na convivência com Pedro, ele especializou-se na tarefa de liderar um partido e de manter 268 Mauro Borges era oficial das

Forças Armadas, onde passou para a reserva quando governador com a patente de coronel do Exército. Cf. Teixeira, 2002, p. 127–137. 183 controle sobre ele. Olhando retrospectivamente para sua administração na prefeitura de Goiânia, Iris admite que se inspirou nas atitudes de três políticos: no “atrevimento político” de Juscelino Kubitschek; na “atitude de inovar e de mudar, de ter coragem para tomar atitude”, de Mauro Borges, e na “lealdade às pessoas, aos amigos, ao partido e na honestidade” de Pedro Ludovico. Com Ludovico, ele diz que aprendeu a “respeitar e valorizar os líderes (CUNHA, 2009, p.183).

Depois dos governos do PMDB entre 1982 a 1998, tendo Íris Rezende como sua figura mais proeminente, tivemos em Goiás uma derrota surpreendente²⁰ deste grupo hegemônico. Na sucessão da eleição para governador em outubro de 1998, alça ao cargo o jovem deputado federal Marconi Perillo (PSDB), no momento com 35 anos.

Com a vitória sobre Íris Rezende na disputa ao governo do Estado, Perillo busca apropriar-se do legado de Pedro Ludovico e utilizá-lo em diversos momentos de seus quatro mandatos de governador. A utilização da imagem de Ludovico e a tentativa de trazer para si o legado político e simbólico como sucessor e detentor do legado acontece de várias formas, seja na denominação de prédios públicos da capital, como é o caso do Centro Administrativo do governo de Goiás na Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, comumente chamada de Praça Cívica, seja na evocação de sua trajetória em discursos em contato com a imprensa e ou com público em geral. Perillo, no discurso de sua posse mais recente, proferido no dia 02 de janeiro de 2015, rememorou o passado para enaltecer a “modernidade” do estado de Goiás, retomando as mesmas palavras, antes proferidas por Ludovico

No passado, alguns movimentos foram decisivos para a formação de nossa sociedade e para assegurar a consolidação de nosso Estado como um dos mais pulsantes e desenvolvidos do Brasil. Os bandeirantes vieram de fora para buscar a integração do nosso território a um projeto nacional; a Marcha para o Oeste, implementada pelo presidente Getúlio Vargas, tendo como principal artífice em Goiás o estadista Pedro Ludovico Teixeira, resultou na construção de Goiânia, servindo para alargar os horizontes dos goianos e se constituindo no grande embrião para a viabilização de um outro movimento, desta feita liderado pelo presidente Juscelino Kubitschek, resultando na construção de Brasília. Esses movimentos transformaram **Goiás num gigante de modernidade e eficiência,**

²⁰ A eleição de 1998 foi marcada por uma virada eleitoral de Marconi Perillo (PSDB) sobre Íris Rezende (PMDB). Maior parte dos institutos de pesquisa, como Serpes e IBOPE, apontavam que Rezende (PMDB) seria vencedor, inclusive em pesquisas de boca de urna.

aliado às tradições, à hospitalidade à simplicidade e à simpatia características dos goianos (PERILLO, 2015, grifos nossos).

Outro aspecto de relevante análise é a leitura de que mesmo com a vitória eleitoral, nos processos sucessórios o discurso desenvolvimentista é também trazido à baila, com a tônica de que o progresso precisa ser contínuo. A retórica de continuidade pode ser notada tanto nas sucessões dos governos do PMDB (1988,1994), quanto nas sucessões do PSDB (2002, 2006, 2010 e 2014) no estado de Goiás. A expressão do “novo” é reinventada como forma de *marketing* político, presente nas propagandas televisivas, rádios e materiais impressos. A necessidade de rejuvenescimento dos quadros políticos permanece como preocupação constante dos marqueteiros eleitorais e partidos políticos, mesmo que de fato os quadros não se renovem.

Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico e o único de seus quatro filhos a ingressar na carreira política, durante alguns anos também utilizou do legado político do pai para dar sustentação a sua atuação política. Eleito governador de Goiás em 1962, retomou em seu discurso os “grandes feitos” do pai, em especial, a construção de Goiânia como marco de progresso do Estado. Deposto em 1964, numa confusa relação com o governo civil-militar²¹, Borges manteve, mesmo a própria família tendo governado o Estado por mais de 20 anos, o discurso de que tinha sido a grande novidade política nas eleições de 1960. Em sua autobiografia, *Tempos idos e vividos*, relata como aconteceu o processo de sua candidatura ao governo do Estado, retoma a figura do pai e exalta-se a si mesmo:

Após o término do meu mandato parlamentar procurei meu pai; como chefe político respeitado de reconhecida liderança em todo o Estado, presidente do Partido Social Democrático (PSD). Ele era a pessoa

²¹ Apesar de Mauro Borges ter seu mandato cassado pela ditadura civil-militar no ano de 1964, quando era governador, em matéria do Jornal Opção da edição 2056, do dia 29 de novembro de 2014, o jornalista Euler de França Belém afirma: “Mas é fato que, depois de ter apoiado a posse de João Goulart, em 1961, Mauro Borges passou a se opor ao presidente, se aliou aos militares e apoiou o golpe de 1964, que deve ser considerado civil-militar. Como não deixou o governo, em abril de 64, e nem ameaçou renunciar depois, antes conquistando um habeas corpus para tentar manter-se no poder, é plausível, como sublinha Dela Côte, que Mauro Borges queria continuar, apesar do regime militar”. Num outro trecho reforça, “O apoio ao golpe não diminui a estatura de Mauro Borges como político e gestor. Ele ficará na história como o administrador que, no estilo de Getúlio Vargas, trabalhou para organizar o Estado, para criar mecanismos públicos de incentivo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento. Era um político excepcional, mas, de fato, apoiou o golpe de 64 e só “contestou” os militares depois de afastado.”

certa para orientar e avaliar minhas pretensões políticas [...] respondeu-me, com sua experiência, que eu possuía todas as condições para essa disputa, que não havia ninguém melhor do que eu, pois ele conhecia de perto minha formação e que eu podia contar com seu apoio em tudo que fosse necessário para viabilizar minha vitória eleitoral. (...) Sem “promessismo” eleitoreiro, sentia que a comunidade gostava da minha franqueza e confiava em mim. Esse esquema de envolvimento e trabalho despertou confiança e motivo a população. Por todos os municípios que andei, procurava ouvir e dialogar mais do que adotar posturas retóricas de populismo demagógico. Sentia que o povo queria algo diferente. Eu propunha uma verdadeira revolução na máquina administrativa do Estado. Fui eleito com uma grande votação (BORGES, 2002, p. 179).

No mesmo texto, Borges (2002) cita seu próprio discurso de posse como governador proferido na Assembleia Legislativa no ano de 1960, para acentuar a característica inovadora que propunha para administrar o Estado, se colocando como um político de novas práticas que garantiria o desenvolvimento de Goiás.

Devemos nos esforçar por aperfeiçoar os nossos hábitos e processos políticos, dando nobres e sadios exemplos ao resto do Brasil. [...] Não se pode mais vencer a eleição à custa de enxurradas de empregos e liberalidades com a coisa pública, como se tem usado frequentemente no Brasil. Temos de evoluir, passar dessa política individualista para a política verdadeiramente democrática de atender às necessidades primárias das grandes massas do povo, que vivem uma vida obscura e vegetativa (BORGES, 2002, p. 182).

A memória de Mauro Borges também é bastante utilizada para consolidar a relação com o legado de Ludovico. O seu nome e trajetória política são constantemente lembrados e valorizados por diversos políticos no Estado. Viadutos, praças e discursos celebram sua ação política como transformadora e ímpar na história de Goiás.

Em contrapartida, a historiografia local tem demonstrado que apesar do seu governo ter sido administrativamente bem planejado, pouco mudou a realidade política, econômica e social da população de Goiás. Pesquisas apresentam, inclusive, que o dinamismo administrativo liderado por Mauro Borges entrou em rota de conflito com setores da elite agropecuária do Estado, até mesmo sua própria base política.

Assim, Mauro Borges, porque foi eleito com o apoio dessa força e, principalmente, porque era filho de Pedro Ludovico Teixeira, ao tentar implantar uma administração planejada e estabelecer relações políticas de tipo racional, entraria fatalmente em choque com os

representantes mais tradicionais daquele partido (RABELO, 2009, p.51).

Entretanto, o simbolismo Ludoviquista continuou se perpetuando em diversas esferas no Estado, e tem sustentação também nos meios de comunicação, se ramificando em diversas formas de apresentação à sociedade. Recentemente as Organizações Jaime Câmara (OJC)²², propriedade de tradicional família vinda do Rio Grande do Norte e que se estabeleceu em Goiânia desde sua fundação, lançou uma revista voltada para o público feminino chamada Ludovica. Proprietária do principal conglomerado de comunicações do Estado, a OJC anuncia a revista como voltada para a mulher moderna, claramente trazendo um reforço do simbolismo carregado pelo Ludoviquismo.

A representação construída e reconstruída de Pedro Ludovico pode ser entendida como uma estratégia notadamente utilizada para “renovar” grupos tradicionais no Estado, que há décadas permanecem no poder, isso em diferentes momentos e por distintas lideranças e grupos políticos.

A modernidade como elemento discursivo e a expressão discursiva do progresso, somadas ao discurso de renovação política e de mudança, são perceptíveis até os dias de hoje, não só em Goiás, mas em grande parte do mundo. Henri Lefebvre em sua obra *Introdução à Modernidade*, aponta a modernidade como elemento discursivo em sustentação à ideologia do modernismo:

O modernismo consiste, pois, em fenômenos da consciência, em imagens e projeções em si, em exaltações feitas de muitas ilusões e de um pouco de perspicácia. O modernismo é um fato sociológico e ideológico [...]. A modernidade difere do modernismo como um conceito em via de formulação, difere dos fenômenos sociais como uma reflexão diante dos fatos (LEFEBVRE-1969:4 apud CHAUL, 1997 p. 156).

Esse discurso é evocado também em momentos de conflitos e defesa dos interesses capitalistas. No caso do Parque Oeste Industrial, a imprensa colocou

²² A organização de comunicação Jaime Câmara foi fundada pelos irmãos Joaquim Câmara Filho, Jaime Câmara e Vicente Rebouças Câmara no ano de 1937 com o nome J. Câmara & Irmãos. Atualmente tem em sua composição de meios de comunicação impressos o Jornal O Popular, Jornal do Tocantins e o Jornal Daqui Goiás, televisivos a TV Anhanguera, difusão radiofônica as rádios CBN Anhanguera FM, CBN Tocantins FM, Executiva Goiânia FM, Executiva Brasília FM e Daqui AM e também impressa a Revista Ludovica.

em xeque o progresso de Goiânia ao retratar a ocupação daquele espaço como um atraso para a cidade. O discurso de que o cumprimento da lei e o estabelecimento da ordem são fundamentais para o progresso foi difundido para que a ocupação fosse criminalizada, mesmo ferindo o direito constitucional à moradia. A modernidade foi retomada como discurso de estabilidade, apaziguador.

Retomando a narrativa sobre um período mais recente e como Marconi Perillo, governador à época da desocupação policial do Parque Oeste Industrial, aproximou-se do legado Ludoviquista, lembra-se a costura política e estratégia eleitoral feita por Marconi para chegar ao poder.

A disputa ao governo estadual em 1998, apesar da sustentação da candidatura de Marconi Perillo (PSDB) e das chapas de deputados estaduais e federais, serem de partidos e lideranças oriundas da base de sustentação da ditadura civil-militar, *o marketing político* da sua campanha utilizou o mote “Tempo Novo”, vinculando ao seu concorrente, o PMDB, a imagem de um partido de práticas atrasadas e autoritárias. Rubens Figueiredo (2000, p. 21), estudioso contemporâneo de estratégia eleitoral define que “o marketing político efetua troca e relacionamentos com o propósito de criar valor para um certo candidato e satisfazer as necessidades e desejo do eleitorado”. Ele afirma ainda que,

o marketing político, é um conjunto de técnicas e procedimentos cujo objetivo é avaliar, através de pesquisas qualitativas e quantitativas os humores do eleitorado para, a partir daí, encontrar o melhor caminho para que o candidato atinja a maior votação possível (FIGUEIREDO, 2000, p. 23).

A propaganda política de Marconi se comprometia com o eleitor que num provável governo exercido pelo candidato seria de grande desenvolvimento para o estado de Goiás, porque estabeleceria uma relação democrática com a sociedade e com os movimentos sociais, inserindo Goiás como mais uma referência no cenário político-econômico nacional, para além do eixo sul sudeste.



Fonte: O Popular. Goiânia, 16 de setembro de 1998.

A imagem acima demonstra que o discurso de Marconi Perillo se baseava na defesa de que era necessária uma mudança a frente do governo do Estado. A metáfora “É hora de virar o disco”, deixa clara a estratégia da campanha em atacar os 16 anos do PMDB à frente do governo e propor renovação.

As palavras “mudança” e “renovação” sempre estiveram presentes nos discursos, materiais impressos e na principal peça publicitária da campanha protagonizada pelo ator Pedro Bismarck²³, que interpretando o personagem caipira Nerso da Capitinga, criticava o PMDB com o discurso de que era hora da “panela velha” ser superada pelo “Tempo Novo” em Goiás.



Fonte: O Popular. Goiânia, 30 de setembro de 1998.

²³ Ademilson Pedro Cruz, conhecido como Pedro Bismarck nasceu em 25 de novembro de 1961, é um humorista brasileiro de reconhecimento nacional. O seu principal personagem é Nerso da Capitinga, o mesmo utilizado pela campanha de Marconi Perillo na campanha eleitoral de 1998.

No recorte acima fica evidente que a utilização de Nerso da Capitinga deu resultado positivo para campanha de Perillo, levando o PMDB solicitar à justiça a retirada de veiculação do programa eleitoral com o comediante. Solicitação negada pela Justiça Eleitoral de Goiás.

Em matéria veiculada pela Revista *Isto é* em outubro de 1998, a estratégia de confrontar o novo com o velho da campanha de Marconi Perillo também aparece de forma elogiosa, já sinalizando sua possível vitória eleitoral no segundo turno.



Perillo, no palanque: apoio de conservadores e discurso contra a estratégia de Iris para beneficiar a família

“Como uma pessoa que não sabe o que quer da vida pode querer administrar o Estado?”

Iris Rezende

A panela e o caldeirão

Perillo usou sua juventude e aglutinou forças para abalar a tradição de Iris

ISABELA ABDALA

Em quase quatro meses de campanha, o candidato do PSDB ao governo de Goiás, Marconi Perillo, já perdeu 11 quilos. O emagrecimento súbito é o resultado de um pesado corpo a corpo que o levou nesta reta final do segundo turno a uma média de dez cidades por dia. Enquanto seu principal adversário, o ex-ministro Iris Rezende (PMDB), o desafiava a participar de debates na capital quase todos os dias, Perillo fugiu da raia e foi à luta em outra arena. Com apenas 35 anos, esbanjou energia e fez uma campanha frenética em Goiás. Sua candidatura é fruto da teimosia. Ninguém acreditava em Perillo, nem mesmo os correligionários, mas ele decidiu enfrentar o “imbatível” Iris depois que Ricardo Balestra (PPB) e a deputada eleita Lúcia Vânia (PSDB) correram da disputa. Iris tem explorado o estilo jovial de Perillo para insinuar semelhanças entre o

tucano e o ex-presidente Fernando Collor. “Goiás não pode correr esse risco”, diz o programa do peemedebista ao comparar os dois.

Com índices que chegavam a 60% das intenções de voto nas primeiras pesquisas, o ex-ministro da Justiça reconheceu que havia se acomodado. O sucesso da campanha de Perillo se deve ao humorista Pedro Bismark, que encarna o esquema de poder de Iris de “panela”, Perillo explorou o fato de que, sendo eleito, Iris abriria uma vaga no Senado para o suplente Ottoniel Machado, que é seu irmão. Da mesma forma, o senador eleito Maguito Vilela (PMDB) faria parte do seu governo e abriria uma segunda vaga no Senado, desta vez para a mulher do candidato, Iris. Para se contrapor à “panela”, a equipe de Iris criou a imagem do “caldeirão” do Perillo, criticando a ampla aliança formada pelo candidato tucano para o segundo turno. São políticos conservadores, como o líder da UDR, Ronaldo Caiado, um grupo de ex-governadores, como Henrique Santillo, Ary Valadão, Otávio Lage, além do deputado Pedrinho Abraão (PTB), acusado de cobrar propina para a liberação de verbas do Orçamento.

Iris usou na sua campanha ainda o fato de Perillo ter iniciado três cursos superiores e não ter concluído nenhum deles. “Como uma pessoa que nem sabe o que quer da vida pode querer governar um Estado?”, critica Iris. Perillo contra-ataca e diz que o seu adversário não consegue terminar seus mandatos. “Iris é despreparado e arrogante, truculento e medíocre. É um coronel atrasado.”



Goiás	
Marconi Perillo (PSDB)	49,5%
Iris Rezende (PMDB)	41,1%
Indecisos	7,6%
Branco/nulos	1,8%
Margem de erro 3,2%	

ISTO É 15/10/98

O Tempo Novo, mote da campanha vitoriosa de Marconi Perillo em 1998, ainda na atualidade, mesmo passados 19 anos, é utilizado pelo seu grupo político e base de sustentação aliada. E foi utilizado em diversas disputas municipais por correligionários de sua base política e partidos aliados.

A reinvenção permanente da modernidade e do progresso tornou-se marca das disputas políticas em Goiás e coincide com a natureza fundante da

cidade. Entretanto nos cabe refletir se a modernidade e progresso se efetivaram de fato no desenvolvimento de Goiânia e quais características assumiram ao longo dos anos, sobretudo se não há contradição prática no cotidiano da cidade.

CAPÍTULO 2 – O CONFLITO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL

Um dos dilemas no estudo sobre conflitos urbanos, talvez seja criar uma narrativa histórica pautada na imparcialidade para recriar os fatos que compõem esse processo pretérito, por exemplo, ao estudar a narrativa jornalística da ocupação e desocupação do terreno no Parque Oeste Industrial.

Compreender os acontecimentos em suas variadas nuances e fazer emergir opiniões distintas das fontes pesquisadas, sabendo que algumas dessas fontes partem de princípios e interesses de determinados setores da sociedade, são variáveis que devem deixar o pesquisador atento aos discursos e representações construídas.

As reportagens jornalísticas, os relatórios e imagens da época sobre a desocupação do Parque Oeste Industrial retratam o desespero das famílias ocupantes, a luta pela moradia e seu aspecto legal e legítimo, o papel do poder público na mediação desse conflito, as decisões judiciais. Vários foram os aspectos que nos possibilitam olhar e perceber o Parque Oeste Industrial como um acontecimento concreto, temporal, histórico.

Para além das notícias veiculadas no jornal O Popular, duas fontes são fundamentais para perscrutar o conflito, a saber, o relatório do Ministério Público Federal (2006) e o relatório da Cerrado Advocacia Jurídica Popular (2006). São documentos que relatam com detalhes o dia a dia da ocupação e a forma violenta de como se deu a desocupação do Parque Oeste Industrial.

Na época, apesar do clamor e defesa de movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil organizada, como centrais sindicais, entidades estudantis, escritórios de advocacia, entidades ligadas à moradia e aos direitos humanos e políticos do Estado, para que a ocupação se revertesse em garantia do direito à moradia, o conflito terminou de forma a garantir o direito à propriedade privada.

Nesse capítulo busca-se demonstrar como o conflito ocorrido no Parque Oeste Industrial em Goiânia pode ser objeto de estudo e contribuir para o debate sobre a função social da propriedade urbana no Brasil, e como os interesses públicos e privados agem no desenvolvimento e expansão das cidades no país.

Apresenta a história da ocupação e desocupação desse bairro, sublinhando alguns episódios ocorridos nesse trágico conflito social, relacionando esse momento que a cidade viveu com o discurso de progresso e modernidade, tão propalado pelas elites governantes do Estado de Goiás.

A pesquisa empreendida permitiu perceber que o estudo sobre tal conflito está relacionado com a forma como o capitalismo se adequa e se apropria da vida e do desenvolvimento de uma cidade, no caso, Goiânia. Os direitos adquiridos passam a ser questionados e até mesmo anulados na prática social, com a força e vitalidade dos interesses hegemônicos de setores economicamente privilegiados.

A disposição espacial das pessoas na cidade obedece à determinação de classe, de maneira que os lugares ordenam-se representando na forma e no conteúdo a situação socioeconômica dos grupos que os ocupam. Esse fator completa a gama de situações que podem resultar em conflitos sociais na produção material (OLIVEIRA, 2005, p. 131).

Para melhor compreender esse acontecimento, torna-se importante ressaltar que o loteamento do Parque Oeste Industrial, localizado na região Sudoeste da Capital, foi aprovado pelo decreto n° 25 de junho de 1957, região que se tornou a área com o maior aumento populacional na última década do século XX. Segundo dados do relatório técnico do Plano Diretor de Goiânia de 2007, sua população em 1991 era de 18.676 habitantes, alcançando o número de 57.638 habitantes em 2000.

A região Sudoeste de Goiânia, no início do século XXI, apesar do grande adensamento urbano ainda apresentava enormes espaços vazios. Contava com um intenso comércio de peças para caminhões e caracterizava-se por não merecer muita atenção da prefeitura com relação a infraestrutura.

No entanto, os espaços vazios resultantes da especulação imobiliária começaram a existir na capital nos anos de 1950 e deixaram uma herança de problemas, como o ocorrido no Parque Oeste Industrial. Silva (2000, p. 130) observa que “a cidade cresceu em direção a propriedades que tinham seus interesses defendidos no processo de expansão urbana muito mais do que para atender qualquer tipo de planejamento”. A falta de planejamento, a forte imigração para a capital goiana com a conseqüente falta de moradias foi o estopim para a ocupação de uma área desse bairro. Em meados de 2004

centenas de famílias iniciaram ali um processo de ocupação de um enorme terreno em Goiânia de aproximadamente 1,3 milhões de metros quadrados (cerca de 28 alqueires).

Durante quase um ano, especificamente entre maio de 2004 e fevereiro de 2005, movimentos sociais, lideranças políticas e setores das universidades locais passaram a questionar sobre qual seria a função social daquele espaço e como poderia ser melhor utilizado para contribuir num projeto de qualificação e crescimento urbano da cidade de Goiânia.

Nesse período, milhares de famílias despossuídas se deslocaram para aquele local, se fixaram, construíram barracos e organizaram suas vidas com a esperança de terem uma moradia própria. Esperança sustentada na crença de que o poder público agiria em defesa do interesse público.

Não foi o que se deu. Na disputa político-jurídica prevaleceu os interesses dos proprietários legais do referido terreno, naturalmente que respaldados pela interpretação jurídica da Constituição no que tange o direito à propriedade privada. Buscou-se nesse estudo compreender como forças políticas e econômicas agiram para que o interesse privado obtivesse seu interesse prevalecido, atendendo a lógica do poder imobiliário na ampliação de seus negócios e impossibilitando que o caso gerasse uma "jurisprudência" social, que pudesse colocar em contradição a concepção de desenvolvimento da cidade no viés capitalista.

Nesse complexo e conflituoso embate, como já dito anteriormente, diversos setores da cidade se mobilizaram, mas o desfecho foi trágico. Em 16 de fevereiro de 2005 ocorreu a desocupação do bairro respaldada pela decisão judicial, quando mais de 4 mil famílias, cerca de 14 mil pessoas, foram retiradas a força do local pela Polícia Militar.

Nesse sentido, esse estudo, partindo do pressuposto de que o direito à cidade e à moradia devem ser prioritários para o desenvolvimento dos municípios brasileiros, retoma, nesse capítulo, o conflito do Parque Oeste Industrial levando em consideração aspectos pouco evidenciados na época, relacionando os interesses privados e públicos na ocupação da cidade. A análise das fontes permitiu ter evidências da forma que o poder público agiu em meio a conflitos fundiários, onde o interesse popular se chocou com o interesse do capital e da propriedade privada, prevaleceu uma ação a defender os interesses

privados. A ação das forças de segurança pública foi executada para garantir o direito do setor imobiliário, que durante todo o processo pressionou o poder público e a justiça para que houvesse a reintegração de posse de forma imediata.

2.1 – O ROTEIRO TRÁGICO DA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

A ocupação, chamada de “Sonho Real” pelos moradores, iniciou-se, segundo o relatório do Ministério Público Federal, em meados de maio de 2004, em um terreno de propriedade privada de mais ou menos 1 milhão e 300 mil metros quadrados (28 alqueires).

Na reportagem abaixo, publicada pelo jornal O Popular, apresenta-se brevemente um perfil dos proprietários da área e deixa explícita a relação política da família proprietária com políticos detentores de mandato. A reportagem afirma que Sebastião Aguiar, proprietário primário do terreno, foi pioneiro da cidade e deixou a área como herança após falecimento em acidente aéreo ocorrido com pessoas que eram lideranças políticas do PMDB, em 1981. Partido este tradicional na política goiana e que em 1981, ano do falecimento de Aguiar, se preparava para disputar as eleições do ano seguinte, o qual saiu vitorioso com a eleição de Íris Rezende ao governo do Estado. Vale ressaltar que durante os acontecimentos no Parque Oeste Industrial, em 2004, o PMDB disputava a prefeitura de Goiânia novamente com sua principal liderança política, Íris Rezende, que viria a ganhar a eleição e se tornar prefeito de Goiânia a partir de janeiro de 2005.

'Sigilo até o último momento'

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Marciano Basílio de Queiroz, observou que o sucesso da operação de desocupação depende de fatores como a forma de ocupação do terreno por parte da PM. "Por isso, precisamos manter sigilo até o último momento", explicou. "A desocupação pode ocorrer amanhã (hoje), quarta-feira ou quinta-feira."

A Polícia Militar deve utilizar na operação tanto munição química - balas de borracha, bombas de efeito moral - quanto real. Segundo o comandante da PM, a prisão de líderes dos posseiros com mandados de prisão expedidos pela Justiça também é uma questão de horas.

Quem são os donos da área

CARLA BORGES

Os principais donos da área ocupada desde maio do ano passado no Parque Oeste Industrial são a dona de casa Anália Severina Ferreira, de 81 anos, e seus três filhos, Antônio Severino de Aguiar, Dalva Severina de Aguiar e Neuza Severina de Aguiar. A área era originalmente um sítio comprado pelo marido de Anália, Sebastião Júlio de Aguiar, que morreu em um acidente de avião em 30 de outubro de 1981, em plena campanha, quando era candidato a deputado federal pelo PMDB. Pioneiro de Goiânia, empresário, dono das Casas Aguiar, na Rua 4, no Centro, Sebastião de Aguiar era amigo do então candidato a governador pelo PMDB, Iris Rezende Machado.

Em 1957, a família Aguiar aprovou na Prefeitura de Goiânia o

loteamento Parque Oeste Industrial e iniciou a comercialização dos lotes. Eles se mudaram para o local no início dos anos 60, onde permaneceram até o ano passado. "Dona Anália se viu obrigada a deixar o local onde morou por quase 45 anos por causa da invasão", conta um dos advogados da família, Semy Hungria. Segundo ele, a proprietária e os filhos tomaram a decisão de se mudar depois que a casa dela foi roubada. O imóvel fica no meio da área ocupada.

O avião de Sebastião Aguiar explodiu em Bom Jesus de Goiás. Além dele, estavam no avião o deputado Manoel da Costa Lima, líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa, o suplente de deputado Edmundo Rocha, o assessor de Iris Rezende José Raimundo de Oliveira e o piloto do avião, José Moraes Rosa.



Sebastião de Aguiar: morte trágica em 1981

Fonte: O Popular. Goiânia, janeiro de 2005.

Em meio à ocupação do terreno em 2004, com a proximidade das eleições municipais, algumas lideranças políticas e candidatos à prefeitura e à câmara de vereadores de Goiânia, prometeram que parte dos lotes seria regularizada, promessa essa que se espalhou, gerando uma romaria de pessoas sem moradia própria para aquela localidade. Estima-se, segundo relatório da Cerrado Advocacia e Assessoria Jurídica Popular²⁴, que somados os gastos de todos os moradores na ocupação pode-se ter chegado a cerca de 10 milhões de reais nas construções.

Entretanto, o dono da área ocupada entrou na justiça com pedido de reintegração de posse. No dia 20 de maio de 2004, foi proferida pelo Juiz Substituto, Dr. Nickerson Pires Ferreira, a primeira liminar que determinou a reintegração de posse, seguida de uma reiteração também pelo mesmo juiz no dia 04 de junho²⁵. No dia 09 de setembro de 2004²⁶ foi expedida uma decisão

²⁴ A Cerrado Advocacia e Assessoria Jurídica Popular é um escritório de advocacia que surgiu em 2004 com a perspectiva de advogar em causas populares. Defendeu frente a justiça as famílias retiradas da ocupação do Parque Oeste Industrial e no relatório publicado no início de 2006 defendeu a desapropriação do terreno para fins de moradia popular e apontou que durante a desocupação houve violação dos direitos humanos.

²⁵ CERRADO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR. **Relatório Sonho Real**. Goiânia, Fevereiro de 2006. <<http://brasil.indymedia.org/media/2006/02/345383.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

²⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República de Goiás. Caso Parque Oeste Industrial. Goiânia, 10 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.prgo.mpf.gov.br/imprensa/not345-1.pdf>. Acesso em 31/07/2016.

pelo juizado estadual da 10ª vara cível da capital determinando que a área fosse devolvida ao dono no prazo de vinte dias. Porém, o impasse se manteve durante meses, e com a proximidade das eleições a desocupação à força por parte da polícia militar foi sendo adiada e a esperança dos moradores crescendo, porque, por diversas vezes, políticos em exercício de mandatos e candidatos àquele pleito próximo, assumiram o compromisso de regularizar o loteamento²⁷. Naturalmente a organização dos moradores foi aumentando, criaram comissões de diálogos com segmentos políticos para que pudessem consolidar a promessa de fixação das moradias naquele local.

No dia 12 de novembro de 2004 o governador Marconi Perillo em reunião com cerca de 300 moradores se comprometeu em buscar uma alternativa que não levasse à uma desocupação violenta. A fala do governador foi amplamente noticiada pela imprensa na época²⁸, o que tranquilizou os ocupantes do “Sonho Real”.

Segundo o relatório da Cerrado Advocacia e Assessoria Jurídica Popular, Américo Rodrigues, um dos líderes da ocupação, analisou a reunião como muito produtiva e afirmou que a mesma deixou as famílias muito felizes. Como podemos perceber, para aquelas pessoas, ficou evidente o entendimento que o governo iria contribuir no processo de desapropriação do terreno.

No dia 12 de novembro, o Governador Marconi Perillo se reuniu com cerca de 300 a 350 pessoas, moradores do Parque Oeste Industrial. Tivemos uma conversa agradável com o nosso Governador. Ali estavam presentes Parlamentares – Capitão Wayne, também o Deputado Sandes Júnior, Presidente da Câmara, Chiquinho e outros – , juntamente com o Governador Marconi Perillo. E foi-nos transmitida uma palavra que alegrou muito o coração daquelas famílias, que estavam ali há vários meses: como já disse, que ele não cumpriria liminar; que, se algum soldado entrasse lá, ou algum comandante, seria demitido. Saímos muito felizes dali radiantes e contentes. E a construção aumentou ainda mais (RELATORIO CERRADO ADV JURIDICA, 2006, p. 2).

Nesse mesmo relatório constam depoimentos que reafirmam e corroboram esse entendimento, como é o caso do representante da Igreja

²⁷ Em depoimento prestado na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, também registrado no relatório "Sonho Real" do Cerrado Advocacia e Assessoria Jurídica Popular, Américo Rodrigues, uma liderança dos ocupantes, afirmou que em diversas reuniões com vereadores, deputados e mandatários do Executivo, o loteamento para moradia popular foi prometido.

²⁸Jornal Diário da Manhã de 13 de novembro de 2004.

Católica, Frei Marcos Sassateli, que também acompanhou a reunião em que foram feitas as promessas de desapropriação e de garantia de que não haveria ação violenta da polícia:

Falou para mim, pessoalmente, e na coletiva que já estava decidida. Só haveria ainda um diálogo com o advogado da família para tentar mais um acordo. Caso não tivesse acordo, estava decidida. Declarou isto publicamente, ao lado do Prefeito: estava decidida a desapropriação e o Governo do Estado iria arcar com 50%; a prefeitura com 25%; e os outros restantes de 25% o povo que iria pagar. Era uma proposta. Declarou isso à imprensa, publicamente. E, depois, voltou atrás. Voltou atrás por quê? Será que esse grupinho de especuladores forçou o Governador a voltar atrás? Por que voltou atrás? Eu me pergunto. Um governador tem que ser um homem de palavra. É o mínimo que se exige de um governador (SASSATELI apud RELATORIO CERRADO ADV JURIDICA, 2006, p. 3).

Abaixo segue a notícia de reunião com a Agência de Habitação de Goiás, que publicamente afirma ter sido firmado um compromisso do governo estadual e municipal,



Fonte: O Popular. Goiânia, novembro de 2004.

Ao analisar esse processo de negociação fica evidente que as promessas políticas estimularam de forma direta ou indireta a ampliação das moradias. Como afirma o depoimento da Procuradora Geral de Justiça de Goiás, à época, Laura Maria Ferreira Bueno²⁹,

Nós estávamos em ano eleitoral, a ocupação aconteceu em maio, a eleição era em outubro, a liminar saiu em setembro, percebemos que houve uma morosidade no cumprimento até da decisão judicial ou mesmo no sentido de antes da decisão judicial buscar-se uma solução efetiva para aquele problema. Isso, na minha opinião, aconteceu porque era ano eleitoral [...] Esses políticos teriam ido lá ou teriam feito reuniões com eles e dito que podiam ficar no local, que aquilo seria

²⁹ Exposição oral apresentada à 20ª Reunião da CPMI da Terra, realizada em 03.03.2005.

solucionado e, hoje, na minha opinião, eu debito esse comportamento ao ano eleitoral. Percebemos também, na seqüência dos depoimentos, que a cada ida de um político até lá, o barraquinho aumentava, primeiro era lona, ia um político, construíam de alvenaria um cômodo, depois construíam dois cômodos de alvenaria. Esse aspecto da atuação política, nós também estamos investigando. Tudo isso está no procedimento. E estamos colhendo essas informações porque poderemos chegar à conclusão – ainda não posso afirmar, porque ainda não concluímos a investigação – que houve a prática de crime eleitoral, houve a prática de atos de improbidade administrativa (BUENO apud RELATORIO CERRADO ADV JURIDICA, 2006, p. 4).

As promessas do Governador de Goiás, Marconi Perillo, e de autoridades públicas como o candidato à prefeito na época, deputado Sandes Júnior, o ex-Prefeito Pedro Wilson e o vencedor das eleições em Goiânia naquele pleito, Íris Rezende ao assegurarem que os moradores poderiam construir suas casas uma vez que a liminar não seria cumprida, estimularam o crescimento da ocupação e reforçou a ideia de que os ocupantes teriam a área loteada e regularizada.

A exploração política do sonho da casa própria dessa população, em alguns casos fornecendo inclusive materiais de construção, conforme relato de várias testemunhas e mesmo de autoridades envolvidas, como no caso do depoimento supramencionado, traduz atos de improbidade administrativa e prática de crimes eleitorais (RELATORIO CERRADO ADV JURIDICA, 2006, p. 4).

Porém, após a eleição a situação foi se alterando, pois o proprietário do terreno e setores empresariais em geral e imobiliários, em particular, se mobilizaram política e juridicamente para que a reintegração de posse pudesse ser cumprida.

Várias entidades e organizações patronais, principalmente do setor da construção civil, publicaram no dia 28 de janeiro de 2005 uma nota de repúdio à ocupação³⁰, exigindo do poder público medidas para que a lei fosse cumprida, a reintegração de posse e expulsão dos ocupantes do terreno. Segue trecho da carta publicada no Jornal *O Popular*,

A ação ilegal dos invasores...no Parque Oeste Industrial...e os sucessivos adiamentos para a retirada, criaram uma desordem judicial, política e institucional [...] Tal situação coloca em risco a segurança e o bem estar de todo o povo goiano [...] Se a solução for a desapropriação da área, os cidadãos de bem, cumpridores de suas obrigações como contribuintes e cidadãos, acabarão por arcar com este “presente” para os invasores. E dessa forma, estaríamos todos

³⁰ Jornal O Popular de 28 de janeiro de 2005.

condenados a viver numa terra-de-ninguém [...] Com o passar dos meses, foi criado em Goiânia um núcleo paralelo ao Poder do Estado, Município e da Justiça (O POPULAR, 2006, p. 7).

A Justiça teve papel fundamental em todo o processo de discussão sobre a desocupação da área, pois enquanto a classe política propagava um discurso de mediação, várias medidas judiciais pressionavam pela reintegração de posse imediata do terreno. O próprio Ministério Público Estadual entrou com Ação de Improbidade Administrativa contra o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Jônathas Silva, pelo não cumprimento de decisão judicial. Ação que demonstrou forte apelo da Justiça no caso, influenciando diretamente na retirada das famílias, como demonstrado na reportagem intitulada *Juiz cobra força policial para tirar invasores*, de janeiro de 2005.

Em ofício à SSP, juiz reitera que reintegração de posse no Parque Oeste Industrial deve ser cumprida até 2ª. O juiz plantonista da 10ª Vara Cível de Goiânia, Sérgio Divino Carvalho, encaminhou ontem ofício ao Secretário de Segurança Pública, Jônathas Silva, requisitando que o órgão forneça aos oficiais de justiça todo o aparato policial e estratégico para o efetivo cumprimento do mandato de reintegração de posse na área ocupada pelos invasores no Parque Oeste Industrial sob pena de irresponsabilidade (O POPULAR, 2005, p.4).

A situação foi se agravando, centenas de famílias que não receberam nenhuma decisão do poder público se preparavam para defender suas casas e pertences. A Justiça pressionava pela reintegração de posse e o poder público argumentava que em breve teria uma alternativa para o problema, entretanto, nada fez efetivamente para negociar uma saída pacífica das famílias do local disputado.

Enquanto isso a população que ocupou o terreno foi se organizando e tomando decisões de como agiria em relação às propostas do governo e sobre uma possível intervenção policial para retirar as famílias do local, dado que também consta no Relatório do Ministério Público Federal,

No dia 31 de janeiro de 2005, as autoridades da segurança pública e órgãos estaduais e municipais, e os representantes dos posseiros, fizeram várias reuniões visando uma solução pacífica para o problema. Porém, o acordo proposto não se apresentou favorável às famílias, e segundo concluíram, a situação só se resolveria com a desapropriação da área. Diante disso, os posseiros manifestaram que resistiriam a qualquer ação de despejo (RELATÓRIO DO MPF, 2006, p. 3).

Em 06 de fevereiro de 2005 iniciou-se a "Operação Inquietação", que durante dez dias aterrorizou os moradores, com ameaças diárias, disparo de tiros e bombas, sempre no período noturno e nas primeiras horas do dia. Durante a "Operação Inquietação", também houve corte do fornecimento de água e energia, tornando um caos o dia a dia dos moradores do "Sonho Real".

Segundo relatos de pessoas que participaram da ocupação, como constam no relatório do Ministério Público Federal (2006) e no relatório da Cerrado Advocacia Jurídica Popular (2006), a Polícia Militar preparou um esquema de guerra, com centenas de policiais armados e dezenas de viaturas, sem sequer avisar os moradores que a desocupação poderia ocorrer.³¹ Aliás, apesar da imprensa noticiar a possibilidade da desocupação acontecer, de acordo com os moradores, eles não receberam nenhum comunicado que a ação aconteceria.

O relatório da Cerrado Advocacia Jurídica Popular (2006) assinala que

A Operação Inquietação consistia em fazer cerco ao terreno com viaturas policiais, impedir a entrada e saída de pessoas do local, cortar o fornecimento de energia à ocupação, manter sirenes ligadas durante a noite, atirar bombas de gás de pimenta e gás lacrimogêneo e de efeito moral e tiros de intimidação, balas de borracha e vários disparos também de projéteis letais (CERRADO ADVOCACIA JURÍDICA POPULAR, 2006, p. 8).

Depoimentos registrados nos dois relatórios citados apresentaram denúncias graves à atuação da Polícia Militar, a exemplo, o relato do depoente Américo Rodrigues à Cerrado Advocacia Jurídica Popular:

Como ocorreu a Operação Inquietação? Ela durou aproximadamente dez dias lá dentro. De zero hora até às cinco horas, seis horas da manhã, a Polícia se aproximava com cerca de 10 a 20 viaturas alternadas e começava a ligar as sirenes. No primeiro dia, foi só sirene e houve uma correria muito grande. Várias crianças se machucaram. Os pais ficaram desesperados e houve uma correria muito grande dentro da ocupação, uma vez que pensavam que a polícia já estava invadindo a área. No segundo dia, a mesma coisa. No terceiro dia, começaram a soltar foguetes e rojões e a população ficou muito amedrontada [...] No quinto dia em diante, já começaram a jogar bombas de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Houve disparo de balas de borracha e de projéteis verdadeiros, tendo havido o registro de uma ocorrência na Corregedoria da Polícia Militar por parte dos

³¹ CERRADO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR. **Relatório Sonho Real**. Goiânia, Fevereiro de 2006. <<http://brasil.indymedia.org/media/2006/02/345383.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

representantes que tiveram a casa perfurada à bala... [A Operação Inquietação durou] cerca de dez dias. Durante todas as noites, e cada noite com mais intensidade (RODRIGUES apud CERRADO ADVOCACIA JURÍDICA POPULAR, 2006, p. 8).

Um dia antes da “Operação Triunfo”, em 15 de fevereiro de 2005, o jornal O Popular publica informações da própria Polícia Militar de como seria a ação de reintegração de posse, com a matéria intitulada “*Está pronto esquema do despejo*”, informando todo o aparato mobilizado para realizar a desocupação. A mobilização contaria com cerca de 14 órgãos dos governos estadual e municipal, entre eles, Secretaria Municipal e Estadual de Saúde, Comurg, Agehab, Comob, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Celg, Saneago, SMT, Polícia Científica e Agetop.

No dia 16 de fevereiro realizou-se, de fato, a "Operação Triunfo" que, segundo relatos das lideranças que negociavam a permanência da ocupação, não houve qualquer aviso ou diálogo por parte do Governo do Estado e da Polícia Militar. Foi uma ação extremamente violenta, e o resultado, além da derrubada de todas as casas sem qualquer possibilidade dos moradores retirarem seus móveis e pertences, foram duas mortes, uma pessoa ficou paraplégica, dezenas de feridos e quase 800 pessoas presas. A desocupação retirou 14 mil pessoas num período de apenas 2 horas³².

De acordo com o Ministério Público Federal, vários foram os depoimentos ao Ministério Público Estadual que relataram a ação violenta da Polícia Militar. Em ambos os relatórios afirma-se que apesar do desfecho trágico, a ação truculenta da Polícia poderia ter levado a consequências piores, e apresentam com detalhes os depoimentos que levaram à identificação dos policiais responsáveis pelas mortes durante a desocupação.

A testemunha CLÁUDIO DE SOUZA LIMA identificou o autor do disparo como sendo um policial detentor de duas (02) estrelas no uniforme, indicativo de ser um Oficial Militar (motivo forte que justificou o prosseguimento das diligências por parte de uma Subcomissão, criada para levantamento de provas para pedido de deslocamento de competência para justiça federal).

Com efeito, investigações realizadas pela Polícia Civil lograram identificar o autor da execução sumária (homicídio qualificado) como sendo o Capitão da PM, ALESSANDRI DA ROCHA ALMEIDA, sendo que sob seu comando, policiais militares também atentaram contra a

³² Jornal Diário da Manhã, de 17 de fevereiro de 2005, noticiou a Operação Triunfo.

vida de JOZELINO PEREIRA ALVES, DIVINO CARLOS PIRES E EDGAR LUIZ PEREIRA (RELATÓRIO DO MPF, 2006, p.7).

Depoimentos e relatos denunciaram o abuso de poder e ação violenta por parte da Polícia Militar. Torturas, tiros, agressões físicas e psicológicas aparecem com detalhes em situações de profunda vulnerabilidade dos moradores. Na peça acusatória do Ministério Público Estadual, que buscou responsabilizar os policiais militares que participaram de forma violenta da ação, citada no relatório do Ministério Público Federal, apresenta-se a narrativa de pessoas que foram agredidas com disparos de tiros:

Um dos tiros desferidos pela tropa comandada pelo o indiciado Alessandri acertou a perna esquerda da vítima Cláudio de Souza Lima, conhecida por Lobó [...] A vítima José Edênio, quando tentou fugir das bombas lançadas pelos policiais militares que se achavam sob o comando do indiciado Wilmar, recebeu um tiro na região lombar esquerda. A vítima foi orientada por outros ocupantes a buscar socorro em uma das unidades de resgate que havia no local. A vítima foi socorrida e levada para o HUGO, onde se submeteu a intervenção cirúrgica, ficando evidenciado que ela correu o risco de perder a vida, pois foram lesionados vasos sanguíneos e alças intestinais (Laudo às fls. 829/837) (RELATÓRIO DO MPF, 2006, p. 9).

Na peça também aparecem relatos que detalham torturas e agressões físicas como o que consta na página 10 do relatório do Ministério Público Federal:

A vítima Sebastião Divino de Melo, no momento da desocupação, estava no interior de sua residência, quando lá chegaram três policiais do grupamento de choque. Ao abordarem a vítima, os policiais militares subordinados ao comando do indiciado José Divino Cabral, a algemaram e a jogaram ao solo. A esposa da vítima Sebastião, que estava grávida, tentou intervir, porém foi também derrubada. Com a vítima caída, os policiais, no intuito de lhe aplicarem castigo, pisaram em suas costas diversas vezes. Depois, levaram a vítima para o 7º BPM. Em consequência da tortura sofrida, a vítima Sebastião permaneceu por 28 dias em uma cadeira de rodas (Relatório Médico a fls. 1500) (RELATÓRIO DO MPF, 2006, p.10).

O caso se tornou notícia de repercussão nacional, pelo tamanho do esquema armado pela Polícia Militar e pela violência empreendida para retirar as famílias e derrubar suas moradias.

Além dos jornais locais, impressos de repercussão em todo o Brasil como jornal O Globo, com a matéria *Morte também na cidade*, noticiaram a ação policial e suas trágicas consequências.

Em ação da Polícia Militar para desocupar uma área invadida por sem-teto em Goiânia resultou na morte de dois moradores atingidos por bala de fogo e deixou pelo menos 29 feridos, sendo 11 policiais e 18 sem-teto. Na operação a PM utilizou cerca de 2500 homens, e chegou a prender cerca de 500 sem-teto que foram levados ao quartel para identificação (O GLOBO, 2005).

Mesmo com o resultado trágico, no dia seguinte foi publicado no jornal *O Popular*, uma nota de aprovação dos empresários locais do setor imobiliário, do agronegócio, da câmara de lojistas e dos empresários em geral, num total de 12 entidades, às operações Inquietação e Triunfo, promovidas pela polícia militar. O apoio se deu também no meio político, visto que 34 dos 41 deputados estaduais (número da bancada governista à época na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás), entregaram uma moção de apoio à ação da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Diante dessa situação desoladora, marcada por extrema violência e desrespeito, os movimentos sociais contrários à desocupação tal como estava sendo feita, denunciaram em manifestações em espaços públicos, documentários e pelas redes sociais e blogs na internet que a desocupação, na verdade, atendia interesses econômicos, que por isso a pressão da Justiça e o cumprimento efetivo do poder público aconteceram. O próprio advogado da família proprietária do terreno, Semy Hungria, afirmou no *O Popular* (20 de fevereiro, p. 5) existir ligação da família com as grandes imobiliárias. Segundo esse advogado, os proprietários teriam planos em conjunto com as empreiteiras para a construção de um condomínio destinado à classe média. Empreendimento que se concretizou anos depois com a venda dos terrenos e efetivação de condomínios verticais.

2.2 – FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA E O CONFLITO ENTRE INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE PRIVADO

O estudo sobre as cidades tem sido atualmente aprofundado ao longo das décadas, em especial, como objeto de pesquisas de vertente cultural, mas também sob análise da questão econômica e do desenvolvimento do capitalismo. A divisão social e territorial do trabalho, dos locais de moradias, de

acesso à infraestrutura, passa pelos interesses dos grupos econômicos. As formas de exclusão social, marginalização da pobreza e segregação espacial também são temas de longas e importantes pesquisas.³³

De acordo com Oliveira e Barreira (2011, p. 75), “As cidades contemporâneas, mais que em qualquer outro momento da história, se constituíram no espaço essencial para a existência do sistema capitalista”. Os autores reforçam a perspectiva de que as cidades estão sob ação do capital na sua permanente estruturação, produzindo desigualdades e proporcionando a emergência de disputas políticas em torno de direitos e cidadania.

Outro aspecto também analisado em alguns estudos, como o de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2005), é o que relaciona os direitos humanos e o papel dos movimentos sociais no desenvolvimento das cidades. A urbanização é entendida por esse estudioso como uma necessidade para crescimento do capitalismo, que impacta de forma decisiva na relação campo – cidade e na organização social, fazendo surgir também vozes de setores populares que buscam defender e garantir direitos constitucionais, e setores que discutem os impactos gerais da urbanização como a questão ambiental. Nesse sentido, percebe-se conflitos de interesses público e privado. De um lado grupos e segmentos que, movidos por necessidades imediatas ou estratégicas de defesa de um modelo de sociedade sustentável e com justiça social, reivindicam que o poder público aja de acordo com os interesses públicos, buscando também intervenção na legislação para que essa sustente esses interesses. Do outro lado grupos econômicos, imobiliárias, construtoras, bancos, seguradoras, empresas de segurança privada, indústrias, entre outros, exigindo maior liberdade e flexibilização nas legislações para o crescimento de seus negócios.

³³ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade e Cidadania: Inclusão Urbana e Justiça Social. IN: MOYSÉS, Aristides (Org.). **Cidade, Segregação Urbana e planejamento**. Goiânia. UCG, 2005. P. 45 – 63.

OLIVEIRA, Adão Francisco. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. IN: MOYSÉS, Aristides (Org.). **Cidade, Segregação Urbana e planejamento**. Goiânia. UCG, 2005. p. 127 – 156.

BRESCIANI, M. S. M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, M. C. de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1992.

Com a complexificação do espaço urbano, a preocupação com a segurança também se torna central nas cidades. No Brasil o fenômeno dos condomínios fechados e *shoppings centers* exemplificam uma nova lógica social, onde a vida privada é sinônimo de boa convivência e garantia de segurança. A partir da década de 1980 percebe-se o esvaziamento de políticas urbanas voltadas para o fortalecimento/estruturação do espaço público, impulsionando a concentração de atividades residenciais, comerciais e de lazer nesses novos ambientes privados. Condizente com os interesses das famílias ricas e de classe média alta, que impulsionam o avanço do setor imobiliário no desenvolvimento urbano, as vontades particulares caminham em meio a uma sociedade individualista e caótica, que busca a realização de vontades exclusivas e o distanciamento dos problemas sociais.

O pensamento dessa alta sociedade é de que as desigualdades devem ser tratadas exclusivamente pelo poder público, que aliás, primeiramente deve garantir direitos para aqueles que podem pagar por melhor infraestrutura. O conflito entre o público e o privado, tem na organização do espaço urbano seu maior exemplo, seja na elaboração dos planos diretores municipais, ou na definição de loteamentos, definições sobre reservas ambientais, malhas viárias, obras públicas, redes de circulação de produtos, entre outras questões que impactam na vida urbana. Para o desenvolvimento capitalista a definição do planejamento urbano é decisiva.

Jaenisch (2010) em seu artigo *Entre cercas, muros e alarmes: sobre o medo da violência urbana e a criação de espaços segregados na cidade*, analisa o medo na cidade que a insegurança vem gerando ao longo das décadas. Para o autor, o aumento da criminalidade, aliado ao intenso sensacionalismo midiático, produz uma transformação significativa na relação dos indivíduos com os espaços públicos da cidade.

Discurso que reifica o medo da violência e coloca a fuga para os condomínios não apenas como uma opção do indivíduo por determinada tipologia residencial, mas como uma necessidade coletiva para se proteger do caos urbano (JAENISCH, 2010, p. 3).

Jaenisch (2010) afirma que há um movimento de fuga somado com a busca de um modelo de vida sofisticado, longe dos conflitos sociais e ambientes degenerados. O espaço público é relegado às classes populares, vinculado ao

imaginário social como locais violentos e de pobreza. As altas classes criam e reproduzem um estilo de vida fortemente ligado ao modelo de moradia.

Segundo Teresa Caldeira (2000),

Anúncios imobiliários constituem uma boa fonte sobre os estilos de vida e os valores das pessoas cujos desejos eles elaboram e ajudam a moldar [...] mostra como as classes altas constroem seu lugar na sociedade e a sua visão do tipo de residência onde "a vida seria possível para elas (CALDEIRA, 2000, p.264).

Entretanto, como fica a ampla maioria da população, trabalhadores que sustentam a produção e o desenvolvimento econômico mas que pouco participam das decisões políticas da cidade, muito menos naquelas que tangem sobre o planejamento urbano? Para além do direito à moradia e um local de fácil acesso à infraestrutura básica, qual o direito dessas pessoas ao entretenimento, políticas de cultura, esporte e lazer?

Para Harvey (2014) o direito à cidade é um direito coletivo, que deve garantir às pessoas exercitarem seu papel de cidadão, contribuir na significação da cidade e na tomada de decisões sobre o processo de urbanização.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo (HARVEY, 2014, p. 28).

Em sua obra *Cidades Rebeldes*, Harvey (2014) historiciza o processo de urbanização, também o significando como uma necessidade do capitalismo. A forma como as cidades se constituíram muito tiveram a ver com a produção e comercialização dos produtos, tanto do ponto de vista geográfico-territorial quanto social. Em pleno século XXI, percebe-se que o poder do capital ainda é determinante no desenvolvimento urbano, sendo questionados quais os compromissos com as questões de justiça social, e como têm acontecidos graves problemas nas cidades.

Podemos concluir que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de

destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade (HARVEY, 2014, p. 59).

A hegemonia de valores e de poder são reflexos da hegemonia econômica, que nas cidades contemporâneas se consubstanciam na segregação e criminalização da pobreza, explicitadas na divisão espacial. Dessa forma, tem-se as cidades cada vez mais divididas entre pobres e ricos, produzindo novos ambientes sociais que destituem o primário sentido do espaço público, ressignificando-o como local degenerado e não merecedor de atenção das políticas e investimentos públicos. Os centros antigos das grandes cidades são claros exemplos desse modelo de cidade vigente.

Ubiratan Francisco de Oliveira e Celene Cunha Barreira afirmam que:

As cidades contemporâneas, assim como as antigas, ainda continuam sendo o local do controle hegemônico que conservam a divisão da sociedade em classes sociais, mas transforma suas práticas e métodos do controle social [...] Produto e subprodutos do liberalismo contemporâneo, de um capitalismo avassalador de almas que conserva a submissão tão forte quanto à feudal (OLIVEIRA e BARREIRA, 2000, p.81).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, chamada popularmente de Constituição Cidadã, em seu artigo 182 define que as propriedades urbanas devem cumprir função social, em adequação ao plano diretor municipal vigente, tendo sempre em vista a garantia do bem-estar da população. No artigo 5º essa concepção também é expressa, garantindo o direito à propriedade, mas observando sua finalidade em cumprir função social.

No ano de 2001 foi sancionada a Lei Federal 10.257, denominada de Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo normas e diretrizes com a finalidade de garantir o direito à cidade e o interesse público e social na ocupação e desenvolvimento das cidades.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, ART. 1º).

Pela primeira vez no país, a utilização e ocupação do espaço público foi legislada de forma mais abrangente, especificando melhor como deve se dar o planejamento urbano em consonância com qualidade de vida e bem-estar da população.

Enfim, o Estatuto reafirma a propriedade privada/individual, impõe alguns limites à especulação, induz o reconhecimento da cidade como produção coletiva, cria novos instrumentos jurídicos e participativos que permitem ao poder público tomar providências para que as propriedades cumpram sua função social em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos (RODRIGUES, 2004, p. 13).

Destaca-se a forte e ampla participação da sociedade civil organizada na elaboração do Estatuto da Cidade, que conseguiu imprimir no interior da lei a necessidade da expansão urbana ocorrer de forma planejada e atenta aos interesses sociais.

Entre alguns dos aspectos relevantes dessa nova lei está a possibilidade do poder público desapropriar determinada área particular que não esteja sendo utilizada no cumprimento de utilidade pública e no direito à moradia. Legislação também expressa no Código Civil de 2002, no art. 1.228, parágrafo 3º, “O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente”.

O Estatuto da Cidade veio reforçar uma defesa já manifestada por diversos setores que debatiam a reforma urbana no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, quando defendiam maior clareza e reponsabilidade social dos poderes constituídos nas decisões sobre a organização das cidades. Um aspecto relevante que o Estatuto propõe é a garantia do direito à moradia e a melhor utilização do solo urbano, buscando possibilitar políticas públicas e de infraestrutura para toda a população.

Entretanto, ao analisar o conflito gerado pela ocupação situada no Parque Oeste Industrial, é possível perceber que na prática, apesar da legislação vigente, havia uma disputa para a real efetivação da função social da propriedade urbana.

O terreno no Parque Oeste Industrial não era utilizado desde sua aprovação legal em 1957, e mesmo assim sua destinação não se deu para a ocupação definitiva para milhares de famílias desprovidas de moradia própria e

a garantia legal foi dada à família proprietária do terreno. Apesar da ampla mobilização e do apelo social para que a área fosse desapropriada e repassada para as famílias ocupadas, a decisão final da justiça foi desfavorável a esse pleito.

No estudo sobre o desenvolvimento da cidade de Goiânia, Aristides Moysés afirma o caráter especulativo que a cidade toma a partir dos anos de 1950. A idealização da cidade planejada é desconstruída a partir dos interesses especulativos de famílias e empresas detentoras de grandes áreas no município.

A segunda fase, de 1950 a 1964, denominada de fase de ampliação de espaço, é o período em que os proprietários procederam ao parcelamento de suas glebas de terras. MORAES lembra que a esses proprietários foi permitida a estocagem de terras extensivas no entorno de Goiânia, beneficiando-se do capital investido na primeira fase e da conivência do Estado e da população, que participou ativamente do processo. É o início do crescimento desordenado da cidade, quando o Estado perde o controle da expansão urbana para iniciativa privada (MOYSÉS, 2004, p.109).

É importante ressaltar que o parcelamento urbano aprovado em 1957, que deu origem ao Parque Oeste Industrial, é proveniente desse processo especulativo que orienta a política urbana da cidade nesse período, ação que levou a uma desorganização urbana, gerando áreas que não se enquadram na função social definida pela legislação brasileira atual. A especulação imobiliária gerou vazios urbanos que cumpriram uma necessidade de valorização econômica para algumas famílias detentoras de propriedades, que resultou no afastamento das famílias pobres dos bairros mais próximos do centro da cidade e nas dificuldades em garantir infraestrutura urbana em bairros ocupados por essas famílias pobres.

Goiânia passou a conviver com diversas invasões protagonizadas por uma população despossuída e sem acesso aos loteamentos vendidos e aos caros aluguéis cobrados em bairros mais nobres da cidade. Ou seja, a ocupação do Parque Oeste Industrial não foi uma novidade na história da cidade, visto que diversos bairros já haviam nascidos da luta pelo direito à moradia, reconfigurando o espaço urbano da cidade.

O fenômeno das “invasões”, estendido num contexto de sobrevivência e de busca de soluções para a questão da moradia, aparece, num

primeiro momento, em função dos altos aluguéis proibitivos ao poder aquisitivo dos trabalhadores. Além disso, pode-se dizer que, com o passar do tempo, passam a ocupar espaços privilegiados na malha urbana, acabando por se constituírem numa forma alternativa de os moradores se manterem próximos do mercado de trabalho e de alguns equipamentos urbanos, como energia elétrica, transporte, pavimentação, etc (MOYSÉS, 2004, p.235).

Como justificativa para esse processo de agravamento das “invasões”, o autor apresenta o aumento das desigualdades sociais, amplo fluxo migratório, dificuldades econômicas e legislativas de aquisição de moradia própria, fruto de uma opção elitista no desenvolvimento urbano. As contradições do capitalismo se afloram no quesito ocupação do espaço urbano, clarificando territorialmente as divergências ocasionadas pelas relações de trabalho produzidas na cidade.

Essa situação, que obriga um número crescente de trabalhadores a resolver seus problemas pela ocupação de áreas desocupadas e abandonadas nas periferias da cidade, é fruto de opções políticas e econômicas produzidas e reproduzidas por um sistema em que o acesso à moradia dá-se de modo altamente diferenciado, segundo a lógica das relações de produção. Dessa forma, a solução do problema da moradia ganha contornos diferenciados conforme os estratos que, de maneira desigual, participam da vida social (MOYSÉS, 2004, p. 235).

Para Adão Francisco de Oliveira (2005, p. 131) o desenvolvimento das cidades está intrinsecamente ligado aos interesses econômicos, ocasionando que “a disposição espacial das pessoas na cidade obedece à determinação de classes, de maneira que os lugares ordenam-se representando na forma e no conteúdo a situação socioeconômica dos grupos que os ocupam”.

Ao analisar o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia e as contradições entre público e privado na expansão urbana do município, o autor afirma que,

Esses agentes, interessados na acumulação de capital que se poderia extrair com a renda da terra, uma vez que passaram a influenciar diretamente as ações do Estado, criaram mecanismos legais para o uso de “classe” da terra, ou seja, para submeter o uso social da terra aos seus interesses de classe (OLIVEIRA, 2005, p.134).

A história da ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial, o desenvolvimento de Goiânia e os conflitos existentes nesse processo, pode nos

dar pistas sobre contexto atual da modernidade tão propagada ao longo dos anos desde a fundação da cidade.

Nesse aspecto é possível afirmar ser plausível uma das hipóteses norteadora de nossa pesquisa, qual seja, a relação permanente entre interesse público e privado esteve presente na construção e no desenvolvimento de Goiânia e até os dias atuais.

No estudo sobre a ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial em Goiânia, pode-se dizer que esta cidade, que foi planejada como modelo de cidade moderna no coração do Brasil, atualmente se encontra como um importante espaço de modelamento do pensamento e das necessidades do poder capitalista. Constatação que se clarifica com as políticas urbanas desenvolvidas, o modelo de crescimento adotado e as decisões tomadas pelo poder público em casos de disputa social, como foi o caso do Parque Oeste Industrial. Portanto podemos afirmar de que o conflito do Parque Oeste Industrial é uma contradição da modernidade tão propagada em Goiás.

CAPÍTULO 3 – IMPRENSA E REPRESENTAÇÃO: MECANISMOS DE FORMAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Há tempos as mídias têm tido importante papel na formação cultural da população brasileira. Novelas, futebol, filmes nacionais ou estrangeiros, programas de auditório, desenhos animados e jornais de notícia, fazem parte, por exemplo, da programação tradicional da televisão no país. Quase todas as pessoas nascidas e criadas no Brasil já assistiram programas com esses formatos, contribuindo na constituição de uma rede de pessoas que fazem parte de uma mesma cultura de informação.

A imprensa escrita também é parte de nossa cultura. Desde o século XIX está presente no cotidiano dos brasileiros, tendo sido partícipe em momentos importantes na história do país, ajudando a derrubar ou mesmo sustentar governos, como foi no caso de Getúlio Vargas em 1954 e da ditadura civil militar de 1964-1985.

As mídias também se tornaram um importante instrumento para diálogo e interpretação do passado, pois o registro de diversos momentos, acontecimentos, podem ser resgatados pela imprensa. Para além da simples leitura de fatos já ocorridos, através da mídia podemos ter pistas sobre diversos aspectos da vida social de determinado período histórico.

A Nova História Política tem se ocupado com novos objetos e abordagens, sendo que o papel da mídia na influência da sociedade e sua relação com o poder político está no rol dessas novas possibilidades.

O livro organizado por Rémond (2003) sobre o ressurgimento da história política, *Por Uma Nova História Política*, reúne vários artigos que abordam importantes aspectos teóricos para este estudo, e preconiza novas formas de interpelar estes assuntos. Nesta obra está contido o artigo de Jean – Jacques Becker, *A opinião pública*, que situa a forma como os acontecimentos influem na opinião pública, e como a opinião pública age sobre os acontecimentos, dentre outros aspectos.

Outro colaborador presente na coletânea de Rémond (2003) que apresenta uma contribuição direta para a pesquisa é Jean-Noël Jeanneney que

trata da relação da mídia com história política. Este autor afirma, dentre outras coisas, que é importante pesquisar sobre o financiamento da imprensa que muitas vezes é alimentada por grupos econômicos e autoridades públicas. Jean-Noel Jeanneney (2003) afirma que o estudo da mídia é característica da Nova História Política, podendo relaciona-lo à cultura de determinada sociedade e aos interesses políticos vigentes. O historiador afirma que há muito a ser explorado em relação aos setores de comunicação em sua longa história de forte influência nas sociedades. Citando duas novas abordagens possíveis sobre o tema o autor afirma “A primeira consiste em estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga. Todas as migalhas que pudermos arrancar do mistério das finanças da imprensa são preciosas”. (JEANNENEY, 2003, p. 219). Ele segue,

A segunda abordagem corresponde a uma visão mais fisiológica das coisas: consiste em ver, em casos precisos, como funcionam as influências – nascimento, vida e morte de programas, nomeação e afastamento dos diretores, e também incidentes diversos que fazem a máquina ranger e revelar a sua engrenagem (JEANNENEY, 2003, p. 220).

A historiadora Marialva Barbosa, em *Imprensa Poder e Público* (1996), apresenta-nos conceitos como temporalidade, espacialidade, conjuntura e grupos sociais, que ajudam a nortear esse estudo, visto que analisa as relações entre os meios de comunicação e história e apresenta um quadro da influência da imprensa na vida brasileira nos últimos 200 anos. Barbosa (1996), apresenta uma compreensão em torno das relações do jornalismo com o poder. A autora trabalha com a inserção da produção de uma história da imprensa dentro do campo da História Cultural.

Com a ampla cobertura jornalística da vida cotidiana, sobre seus diversos aspectos, a imprensa tem cumprido papel fundamental em reproduzir informação e formar valores e costumes na sociedade contemporânea.

Na desocupação do Parque Oeste Industrial (2005) o jornal *O Popular* teve protagonismo nas notícias veiculadas, os acontecimentos tornaram-se parte do editorial ao longo do processo de ocupação e desocupação das famílias, e que está parcialmente arquivado.

O historiador e filósofo Paul Ricouer, em seu livro *A memória, a história e o esquecimento* (2012), traz para o debate a discussão sobre como a memória pode ser manipulada a partir dos detentores do poder. O livro, segundo o próprio autor, “busca responder duas questões principais: De *que* há lembrança? E de *quem* é a memória?” (RICOUER, 2012, p.23) O autor analisa como a ideologia hegemônica utiliza-se das diversas estruturas para manipular a memória de uma sociedade, buscando atender diversos interesses que minimizem a capacidade crítica e de enfrentamento que algum grupo social possa ter. Afirma que "De fato, o que a ideologia busca legitimar é a autoridade da ordem e o poder - ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados" (RICOUER, 2012, p. 96).

Para fundamentar sua opinião, o historiador remete ao sociólogo Max Weber e sua conceituação de autoridade e legitimação, propondo que a ordem é legitimada e o poder justificado. Ricouer (2012) afirma que toda forma de poder necessita de legitimidade para que possa exercer autoridade frente aos governados: "Por sinal, é assim que se define autoridade, como poder legítimo de fazer obedecer. Segundo Weber a Herrschaft consiste essencialmente numa relação de comandar e obedecer" (RICOUER, 2012, p.96).

Ricouer (2012) faz a relação entre autoridade e legitimação para fundamentar sua tese de que essas duas expressões do poder são fundamentais para se operar uma ideologia que tenha ressonância na sociedade. Essa ideologia busca manter uma imagem e defesa positiva por parte da população acerca das ações do governo. Para ele, esse convencimento é possível através da ideologização da memória, que através de uma estratégia narrativa pode-se constituir uma memória coletiva:

É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração (RICOUER, 2012, p. 98).

Segundo Ricouer:

é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não

se limita somente à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação (RICOUER, 2012, p.98).

Trazendo para o tema em questão e analisando as fontes pesquisadas, pode-se suscitar que houve, na época, um processo seletivo de narrativa jornalística sobre a ocupação e desocupação do Parque Oeste industrial. A informação transmitida pelo jornal *O Popular*, tinha estreita opinião com a que o governo do Estado apresentava, tendo um forte diálogo com a sociedade por se tratar de um órgão de comunicação de massas.

Neste capítulo busca-se entender se imprensa atuou para construir uma memória coletiva em relação ao caso do Parque Oeste Industrial, consolidando uma imagem positiva do governador e de seu governo, e das ações de desocupação do Parque Oeste Industrial, mesmo que estas tenham sido extremamente violentas.

Portanto o estudo buscou dar voz a setores que de certa forma foram sufocados no processo de disputa de versões sobre o conflito do Parque Oeste Industrial. Mais do que isso, busca-se apontar que a partir de interesses políticos e econômicos a imprensa goiana, em especial o jornal *O Popular*, utilizou de sua força comunicativa no Estado para representar as notícias sobre o conflito a partir da ótica de interesses do capital.

Compreender o papel da imprensa no mundo contemporâneo, as relações estabelecidas entre esse setor e setores da política e da justiça e quais interesses regem o seu funcionamento, podem balizar uma melhor leitura sobre a sociedade atual e o quanto esta encontra-se exposta às conveniências de um pequena, porém poderosa, parcela da sociedade. Pequena parcela esta que pode influenciar diretamente ou indiretamente na formação do pensamento, além de definir o que fica e o que vai na história e na memória social.

3.1 – O PAPEL DA IMPRENSA NA CONTEMPORANEIDADE

Noam Chomsky³⁴ importante estudioso do papel da mídia no mundo

³⁴ Noam Chomsky é linguista e filósofo estadunidense. Professor de linguística no Massachusetts Institute Technology (MIT), já escreveu mais de 30 livros, publicados em diversos países do mundo.

contemporâneo, tem afirmado em seus escritos que a imprensa tem ocupado lugar central na disputa política e na formação da memória coletiva da sociedade atual. Para o autor, a mídia tem tido intensa atuação na formatação da democracia em que vivemos, ocupando espaço decisivo no controle de informações.

Considerando o papel que a mídia ocupa na política contemporânea, somos obrigados a perguntar: em que tipo de mundo e de sociedade queremos viver e, sobretudo, em que espécie de democracia estamos pensando quando desejamos que essa sociedade seja democrática? (CHOMSKY, 2013, p.9).

Pesquisador sobre a forma como a mídia contribui na disputa política da sociedade norte americana e de que maneiras a imprensa estabelece forte relação com o poder político, Chomsky (2013) considera que a força da mídia pode levar a importantes consequências. No livro *Mídia: propaganda política e manipulação*, afirma:

A propaganda política patrocinada pelo Estado, quando apoiada pelas classes instruídas e quando não existe espaço para contestá-las, pode ter consequências importantes. Foi uma lição aprendida por Hitler e por muitos outros e que tem sido adotada até os dias de hoje (CHOMSKY, 2013, p.13).

No Brasil a imprensa televisiva, escrita e radiofônica são as principais formas de informação da população. Apesar de um grande crescimento da utilização das mídias sociais pela internet, ainda é pela televisão que grande parte da população busca algum tipo de informação. Sem contar a extensa grade de programação que também contribui na formação do pensamento social brasileiro. Segundo os dados da *Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira*, divulgada em janeiro de 2017 pela Secretaria de Comunicação Social do governo federal, 77% dos entrevistados afirmaram que assistem televisão todos os dias e um em cada três disseram ler jornais.

Essa pesquisa demonstra a força com que a grande mídia se comunica com a população brasileira. Entretanto, os questionamentos sobre a notícia veiculada e de que forma ela chega à população ainda se restringe a poucos segmentos da sociedade e muitas informações sobre a estrutura da grande mídia no Brasil ainda é restrita a pequena parcela da sociedade.

Segundo a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o monopólio midiático no Brasil parece "pouco modificado, 30 anos após a ditadura militar (1964-1985)". A ONG denuncia, em relatório apresentado em outubro de 2017, que

No segmento de televisão, mais de 70% da audiência nacional é concentrada em quatro grandes redes e somente uma rede, a Globo, detém mais da metade da audiência entre esses quatro maiores. Como não há restrições à propriedade cruzada -- com exceção do segmento de TV paga -- os líderes de mercado dominam múltiplos segmentos. Por exemplo, grandes redes nacionais de TV aberta pertencem a grupos que também controlam emissoras de rádio, portais de internet, revistas e jornais impressos (RSF, 2017).

No Brasil, cerca de 10 famílias controlam uma rede de 90% do sistema de comunicação, conglomerados de grande presença no sul e sudeste do país, mas também com forte presença no nordeste. Segundo o relatório apresentado, quatro redes de televisão têm 70% da audiência nacional e a televisão ainda é o principal meio de comunicação de massa no Brasil. Mais de 70% do público nacional é compartilhado entre quatro grandes redes (Globo, SBT, Record e Band). Neste grupo, a Rede Globo representa mais de metade da audiência (equivalente a 36,9% do total). O segundo colocado, o SBT, tem 14,9% da audiência total e o terceiro, Record, 14,7%.

As famílias proprietárias dos grandes meios de comunicação se articulam economicamente com outros grandes empreendimentos, como bancos, construção civil, áreas de transporte, logística, siderurgia, mineração, energia, entre outros, formando poderosos grupos econômicos.

As imagens³⁵ a seguir exemplificam um pouco desse quadro no Brasil:

³⁵ RSF, 31 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.



O quadro acima apresenta de forma sucinta a forte presença do Grupo Globo na sociedade brasileira, indicando a amplitude de meios de comunicação que esse grupo controla, desde revistas nacionais a sistemas de radiodifusão. Aponta também a imensa rede de expectadores, leitores e ouvintes que recebem notícias e informações a partir desse conglomerado da comunicação. Ressalta-se que segundo a revista *Exame* (2017), três membros proprietários do Grupo Globo, José Roberto Marinho, Roberto Irineu Marinho e João Roberto Marinho, estão entre as dez pessoas mais ricas do país, com cada um acumulando cerca de 3,8 bilhões de reais em patrimônio.



O Grupo Sílvio Santos, como observa-se na imagem, além proprietário do segundo maior grupo televisivo do país, o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), articula uma grande rede de hotéis e empreendimentos imobiliários.



O Grupo Record foi fundado por Edir Macedo, líder da igreja Universal do Reino de Deus, igreja esta que atualmente se encontra presente em mais de 80 países, segundo o antropólogo Ari Pedro Oro (2004). O Grupo disputa a segunda colocação da audiência televisiva no país, ampliando nos últimos anos a sua produção de novelas e filmes.



O Grupo Bandeirantes é um dos mais antigos do país, sendo propriedade da tradicional família paulista Saad. Além da presença pelas filiais de TV em todos o país, ampliou nos últimos anos seus sistemas de radiodifusão e participação em canais específicos de notícia.



O Grupo Folha é propriedade da família Frias e possui o jornal impresso de maior circulação no país: Folha de São Paulo. Pela imagem pode-se observar a rede de comunicação e negócios imobiliários que o Grupo controla.



Dos grandes grupos nacionais o Grupo RBS é o único fora do eixo São Paulo – Rio de Janeiro, e consolidou seu poder no Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto possui a segunda rádio mais ouvida do país e o quinto portal de notícias mais acessado pela internet.

Outro dado que Repórteres sem Fronteiras e a ONG INTERVOZES trazem é a umbilical relação entre a política e a imprensa no país.

32 deputados federais e oito senadores controlam meios de comunicação, ainda que não sejam seus proprietários formais. Um exemplo é Vittorio Medioli, ex-deputado federal e agora prefeito de Betim, no estado de Minas Gerais. Sua esposa e sua filha gerenciam os negócios de mídia do Grupo Editorial Sempre Editora, que publica dois dos maiores jornais de circulação do Brasil (Super Notícias e O Tempo), além de três outros jornais, um portal de internet, um canal de webTV e uma estação de rádio FM (RSF, 2017).

Parte das bancadas na Câmara e Senado Federal abrangem meios de comunicação como propriedade familiar. Membros de outras famílias proprietárias, como os Câmara, Faria e Mesquita, também ocupam cargos importantes nos veículos desses grupos. A família Macedo, que controla o grupo Record e a Igreja Universal do Reino de Deus, também fundou um partido político, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), que conta com um ministro no governo federal, um senador, 24 deputados federais, 37 deputados estaduais, 106 prefeitos e cerca de 1.600 vereadores.³⁶

Em Estados do Nordeste famílias tradicionais da política detêm o poder de boa parte dos meios de comunicação, como é o caso da família Sarney no Maranhão que são proprietários da subsidiária da Rede Globo e dos Magalhães na Bahia que também são proprietários da subsidiária da Rede Globo.³⁷

Outro aspecto de importante análise se dá pela relação econômica entre poder público e os meios de comunicação. As verbas publicitárias distribuídas pelos governos nas esferas municipal, estadual e federal, representam importante parte das receitas, principalmente dos meios impressos.

Em Goiás, o Governo do Estado se configura entre os maiores anunciantes das Organizações Jaime Câmara (OJC), proprietária, como já dito no primeiro capítulo desta pesquisa, do jornal escrito de maior circulação do

³⁶ PRB. 2018. Disponível em: <www.prb10.com.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

³⁷ FOLHA DE SÃO PAULO, 06 de agosto de 2001.

Estado, duas rádios e da filial da Rede Globo, denominada TV Anhanguera. Só entre os anos de 2011 a 2014 foram mais de 480 milhões de reais repassados da administração estadual para a OJC, segundo dados da própria Agência de Comunicação do Governo do Estado, atual Agência Brasil Central e do Tribunal de Contas do Estado³⁸. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás publicou relatório no início de 2017 onde apresenta que só em 2016 mais de 148 milhões de reais foram gastos pelo governo em publicidade e propaganda³⁹. Durante anos as organizações Jaime Câmara, em evento anual, premiaram o governo do Estado como maior anunciante de seu conglomerado.⁴⁰

Nesse cenário de forte relação econômica entre poder público e grande mídia é possível afirmar que a veiculação das notícias passam por um certo diálogo entre esses setores, ficando o poder político com importante influência naquilo que é reproduzido pelos jornais.

Estudos têm apontado para o poder de influência que a mídia exerce na sociedade brasileira, segundo a historiadora Ana Maria Mauad, ao longo dos últimos 200 anos, a imprensa foi fundamental para a elaboração da esfera pública de opinião no Brasil. Ao longo do século XX, passou a dividir tal função com outros meios de comunicação, que contribuem significativamente para a formulação daquilo que hoje podemos chamar de cultura da mídia. Nesse espaço se reformularam as práticas e representações sociais e se definiram as estratégias dos diferentes sujeitos históricos.

Para a professora doutora em linguística Mariani (2007), a mídia organiza as informações e, a partir de seus interesses, leva notícias para a população buscando dar significado para essas mesmas informações. A autora afirma não ver neutralidade no discurso e na atuação da imprensa,

A imprensa narra, descreve e recobre a fragmentação e a dispersão cotidianas em sessões – cidade, país, mundo, ciência, política, lazer, esportes, cinema, etc. – realizando um espécie de catalogação do real,

³⁸ TCE. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – Disponível em: <www.tce.go.gov.br>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

³⁹ TCE – Relatório das contas do governador exercício de 2016 - parecer prévio <https://tccenet.tce.go.gov.br/Downloads/Arquivos/001967/RELAT%C3%93RIO%20CONTAS%202016.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

⁴⁰ ORGANIZAÇÕES JAIME CÂMARA – Portal Prêmio Jaime Câmara. Disponível em: <<http://www.premiojaimecamara.com.br/premiojc-go-web/vencedores>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

deixando real palatável e simbolicamente disciplinado [...] Na imprensa, então, narrativas, entrevistas e descrições de acontecimentos, sob a ilusão de uma linguagem neutra, tornam visíveis as muitas experiências sociais e, ao mesmo tempo, direcionam modos de compreender e significar essas experiências (MARIANI, 2007, p.199).

O especialista em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Francisco Fernandes Ladeira (2015)⁴¹, diverge da opinião que a mídia tem a capacidade de manipular diretamente as pessoas. Para o pesquisador é reducionista dizer que a absorção do que é veiculado se dá de forma imediata pelo receptor da informação. Ele afirma que isso depende do grau de instrução de população e em que nível de crítica as pessoas recebem o que é reproduzido. Porém ele reconhece que há grande poder de influência da mídia em nossa sociedade, mesmo porque a disputa de interesses econômicos e culturais rege a grade de programação dos meios de comunicação:

Em uma sociedade capitalista como a nossa o conteúdo presente nos grandes meios de comunicação condiz aos interesses das classes dominantes. Sendo assim, a maior parte das mensagens transmitidas é ideologizada pelas elites. Mensagens estas que serão mais bem sucedidas à medida que o cidadão comum não se dê conta de seu caráter ideológico [...] Não há como negar que a mídia ocupa um papel importante na sociedade contemporânea. Entretanto, no Brasil, os grandes veículos de comunicação estão concentrados nas mãos de apenas onze famílias que, embora não tenham o mesmo poder e influência de outras épocas, ainda decidem que tipo de informação a maioria dos brasileiros deve receber e quais não devem, por não terem relevância jornalística ou por não atraírem o interesse do público consumidor (LADEIRA, 2015).

Portanto, podemos afirmar que a cobertura jornalística empreendida pelo jornal *O Popular* em Goiás em relação ao conflito do Parque Oeste Industrial, se realizou atendendo interesses políticos e econômicos, reproduzindo notícias que contribuíram para formular a percepção da sociedade goiana em face aos acontecimentos. Essa construção se dá em diversas formas pelo jornal, até mesmo abrindo espaço para opiniões de cidadãos comuns serem publicizadas reforçando a linha editorial do jornal,

⁴¹ LADEIRA, Francisco Fernandes. 14 de abril de 2015. **A mídia realmente tem o poder de manipular as pessoas?** IN:<<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-midia-realmente-tem-o-poder-de-manipular-as-pessoas/>> Observatório da Imprensa. ISSN 1519-7670 - Ano 19 - nº 972. 2018. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

Preocupação generalizada. Com relação ao desfecho da invasão do Parque Oeste Industrial, receio que a anarquia e o desrespeito às leis vençam o estado democrático de direito. Essa preocupação, tenho certeza, é também de milhares de goianienses. Se isso acontecer, o que não é impossível, já que se ouve comentários oficiosos sobre uma solução para o caso a partir da desapropriação da área, estará configurado um precedente perigosíssimo, a partir do qual qualquer cidadão que se vir necessitado de algo, poderá simplesmente ocupar ou se apropriar do que necessita sem observação das leis. Esperamos, tanto da Justiça como dos órgãos oficiais competentes, a retirada dos invasores, como forma de preservar as instituições e o respeito às leis. RAIMUNDO SOARES DE SOUSA FILHO. Setor Oeste – Goiânia (O POPULAR, 2005, CARTA DOS LEITORES).

Em uma carta dos leitores, observa-se a defesa da propriedade privada como argumento para que a desocupação ocorresse, defesa também empreendida pelos setores imobiliários da cidade,

Desrespeito à propriedade. Lamentavelmente, os governos estadual e municipal estão tentando manter a invasão do Parque Oeste Industrial, em Goiânia. Uma vergonha. Isso vai abrir um precedente de consequências imprevisíveis, pois se desapropriarem aquela área para beneficiar os invasores outros fatos semelhantes vão ocorrer. Já foi constatado que aqueles que se dizem necessitados, na verdade não o são. Até quando os cidadãos de bem terão de conviver com a bagunça e o desrespeito à propriedade? EDUARDO CHACON MIRANDA NAVAS. Setor Aeroporto – Goiânia. (O POPULAR, 2005, CARTA DOS LEITORES).

Ao analisar matérias do jornal, comparando-as com outros documentos que nos trazem informações sobre o caso do Parque Oeste Industrial, é perceptível um discurso de marginalização e culpabilização das famílias ocupantes pelos acontecimentos conflituosos. Além dos termos “invasores”, “oportunistas”, “posseiros”, “ocupação irregular”, o jornal buscou dar ênfase a possíveis problemas causados pela ocupação, como é o caso do trecho da reportagem do dia 23 de novembro de 2004,

A Polícia Civil de Goiás vai instaurar inquérito para investigar a denúncia de venda de lotes na invasão do Parque Oeste Industrial, ocupada por famílias sem-teto em maio deste ano. A investigação será feita a pedido do Ministério Público estadual. Em reportagem exclusiva publicada no domingo, O POPULAR mostrou a tentativa de negociação para compra de dois lotes no local, num total de 400 metros quadrados, por R\$ 10 mil. O promotor de justiça da área de Urbanismo, Maurício Nardini, requisitou do jornal cópia da fita cassete em que está gravado o diálogo por telefone com um dos posseiros que ocupam a área e também com uma pessoa que se identifica como um dos líderes da invasão. Na gravação, o jornal tenta fechar o negócio, iniciado um dia

antes, para compra de duas áreas na primeira etapa da ocupação. O terreno invadido engloba três áreas. “As denúncias são graves. “Se confirmadas, estas pessoas podem ser processadas por estelionato, porque vender coisa alheia é crime”, explica Maurício Nardini. Os proprietários do imóvel, que devem cerca de R\$ 1,7 milhão em impostos ao Município, formalizaram na semana passada uma proposta pela qual parte da área seria dada em pagamento da dívida (O POPULAR, 2004).

Em contrapartida, na época, esses mesmos jornais pouco noticiaram a pressão exercida do capital imobiliário em relação ao judiciário e como este argumentava sua decisão em favor da reintegração de posse do terreno.

Todavia pode-se perceber que em determinados momentos, mesmo de uma forma mais indireta, o jornal ajudou a pressionar o poder público para que a desocupação ocorresse, cabendo inclusive críticas à classe política.

Exploração da desgraça. O episódio do Parque Oeste Industrial mostra claramente que os políticos não podem continuar explorando a desgraça alheia em troca de promoção pessoal. No passado, os governos fizeram um chamamento nacional pelos meios de comunicação, proclamando que em Goiás se fazia mil casas por dia. Além disso, os governantes doavam lotes urbanizados, cestas básicas, energia, leite e pão. Tudo aqui era de graça. Hoje, o resultado das pesquisas sobre invasões revelam que a grande maioria dos invasores não tem vínculo com Goiânia. Por conta da maldita imunidade, os políticos cometem crimes e não são responsabilizados. Repetem a mesma história do perueiro e o caos do transporte coletivo. O Ministério Público precisa tirar a máscara desses políticos que prometem o impossível, explorando a ingenuidade das pessoas. Vejam só a arrogância dos invasores, que não aceitavam outra área. Além de invadir, ainda exigem local nobre. Suas lágrimas não me comovem. Ademar Gomes de Oliveira. Setor Centro-Oeste – Goiânia (O POPULAR, 2005, CARTA DOS LEITORES).

Entretanto, ao final do processo de desocupação a narrativa jornalística afirma que a lei foi cumprida, restabelecendo assim a ordem social. A memória disputada pela mídia local criminalizou a ocupação e durante todo o conflito de interesses pressionou pela reintegração de posse em defesa dos proprietários. Percebe-se que a desqualificação do movimento de ocupação se deu durante meses, numa clara caracterização pejorativa das famílias que se fixaram no local.

O conceito de memória coletiva foi apresentado de forma mais sistemática

a partir dos escritos do sociólogo Maurice Halbwachs⁴² ainda no início do século XX. No livro *A Memória Coletiva*, Halbwachs (2012) indica sobre a construção da memória de uma sociedade a partir da vivência de momentos marcantes para um conjunto de cidadãos. Essa concepção sobre a memória foi determinante para uma reorientação historiográfica na pesquisa e na metodologia, criando novos campos de estudo nas ciências humanas. Para ele, havia uma dimensão social na memória, na medida em que as lembranças individuais poderiam ser compartilhadas por um grupo de indivíduos.

Halbwachs (2012) aprofunda o conceito de memória coletiva quando afirma que os grupos sociais poderiam, inclusive, determinar o que seria lembrado e como seria lembrado, afirmações estas, que interessam ao objeto do presente estudo, pois podemos relacionar com a forma que o jornal *O Popular* influenciou na formação da memória coletiva da sociedade goianiense do período pesquisado.

Jaques Le Goff, um dos principais estudiosos sobre memória, ofereceu diversos estudos sobre o conceito, analisando questões tanto de aspectos da psicologia, quanto do caráter histórico e social. Le Goff (1990) afirma que a memória está no alicerce da própria história, e que esta pode ser tanto individual como coletiva, sendo construída através de lembranças no campo social, econômico ou em fatos que tiveram fortes consequências para determinada sociedade. Afirma que a memória exprime a diferenciação entre passado e presente, até mesmo no esquecimento, algo que pode ser desencadeado por grupos interessados na ocultação do passado.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante nas lutas sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.368).

Outro estudioso sobre memória é Pierre Nora⁴³ (1993), que nos traz uma importante característica da memória que Halbwachs também suscita, que

⁴² Sociólogo francês da escola durkheimiana, foi um dos principais estudiosos e escritores sobre a questão da memória coletiva, contribuindo para várias áreas das ciências humanas.

⁴³ Historiador francês contemporâneo ligado à Nova História, é autor de várias obras sobre memória, identidade e ofício do historiador.

coaduna com a proposta do presente trabalho: a memória como algo mutável, um campo de criação, com possibilidade de ser reatualizada, reconstruída e ressignificada. Aliás, o presente estudo busca reconstruir a memória em relação ao conflito do Parque Oeste Industrial,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações suscetíveis, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p.9).

Michael Pollack⁴⁴ é outro importante pensador que apresenta estudos sobre a memória coletiva. Ele afirma que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 200). Em outra obra de Pollack (1989), *Memória, Esquecimento e Silêncio*, encontra-se observações que ligam a memória à coesão dos grupos, e sublinha a necessidade de dar voz aos grupos subalternos, ideias que contribuem para melhor compreender o objeto do estudo realizado.

O conceito de memória coletiva foi profundamente absorvido pela historiografia, sendo que diversos historiadores contemporâneos continuam a utilizá-lo e problematizá-lo, relacionando a memória a diversas questões da sociedade, inclusive ao tema do poder e da política. Michael Pollak, por exemplo, suscita um possível conflito entre a memória oficial, construída a partir do discurso oficial de setores dominantes, e a memória subterrânea, em referência às classes populares. Esta é uma vertente de relação entre memória e história bastante discutida, aprofundando como a memória pode ser formatada ou manipulada a partir de interesses na disputa ou manutenção do poder.

Essa conceituação de memória coletiva se relaciona com o estudo realizado, pois a construção das notícias pelo jornal *O Popular*, compreendendo o seu papel e influência na sociedade goianiense, contribuiu na formação de uma memória oficial, apagando outras versões sobre o conflito, silenciando possíveis críticas ao processo de desocupação do Parque Oeste Industrial. Portanto o

⁴⁴ Michel Pollak, historiador austríaco falecido em 1982, deu grande contribuição acerca do debate sobre História e Memória. Sua obra mais conhecida é *Memória, Esquecimento e Silêncio* de 1989.

estudo busca dar voz aos chamados grupos subalternos e fazer emergir uma outra memória sobre o caso do Parque Oeste Industrial.

A representação construída pelo jornal *O Popular* e que cotidianamente era apresentada à população goianiense, classificava os ocupantes como marginais, foras da lei e baderneiros, sendo expressas nas variadas estruturas do jornal, como veremos mais adiante a partir das fontes pesquisadas.

3.2 – O CONFLITO NAS PÁGINAS DO JORNAL O POPULAR: REPRESENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO

O ressurgimento da história política e cultural valorizou a relevância da imprensa escrita, que passou a ser encarada como um documento, na perspectiva que formula expressões e discursos. Estas veiculações expressam pontos de vista que constituem representações que merecem por parte dos historiadores atenção para a apreensão de seus significados.

A posição do jornal *O Popular* explicita-se quando a publicação do editorial intitulado *O Dia Seguinte* um dia após a desocupação, onde se faz a defesa da ação da PM e utiliza a democracia como argumento para que o uso da violência fosse utilizado. Segue trecho,

Quanto ao problema social implícito, que é a existência de famílias em busca de moradia, nada mais justo do que terem elas a expectativa de que a sua justa demanda seja o mais rapidamente possível atendida. É preciso distinguir bem, separar o joio do trigo, a reivindicação habitacional dessas famílias e a incorreta e até criminosa intromissão de atravessadores e oportunistas, insufladores da violência e da negação da lei e da ordem. O episódio do Parque Oeste Industrial deve valer pelo menos como advertência, a fim de que não se repitam os erros que esticaram a duração desse drama que os goianienses acompanharam temendo uma tragédia. Que se reflita bem sobre isso neste dia seguinte à desocupação da área ocupada pelos posseiros (O POPULAR, 2005, EDITORIAL).

O editorial em estudo pode ser analisado como um importante instrumento de construção da representação social, seja no que é compreendido como democracia, ordem e até mesmo lei.

A representação social, segundo Ângela Arruda (2002), no artigo *Teorias das Representações Sociais e Teorias de Gênero*, se dá também no aspecto

simbólico, através da consciência e do imaginário. A relação subjetiva entre sujeito e sociedade vai construindo representações sociais que se naturalizam na percepção de todo um corpo social. Porém, são inegáveis o papel e a força da grande imprensa na constituição de valores e representações, pois a expressão massiva de determinada concepção contribui efetivamente na construção hegemônica de opiniões comuns na sociedade.

De acordo com Jodelet (2002, p.22), "as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Ora, o conhecimento elaborado e compartilhado na sociedade contemporânea tem ampla participação da grande mídia, os interesses e desejos do grupo social que ela representa são cotidianamente construídos pela possibilidade da comunicação de massa. Jodelet (2002) também afirma que a produção das representações se dá através da cultura em seu sentido mais amplo como a comunicação, a linguagem, a influência institucional, educacional e ideológica.

O conceito de representação que se utiliza neste estudo é atribuído ao historiador Roger Chartier (1990). De acordo com este autor as representações são classificações e divisões que sistematizam a assimilação do mundo social como estratos de visão do real. Desta maneira, continua Chartier (1990), parte-se de um objeto ausente que é substituído por uma imagem material, que por sua vez irá reconstituir uma memória.

O trabalho discute, entre outras coisas, discutir as representações que o jornal *O Popular* elaborou do ocorrido no episódio do Parque Oeste Industrial. Neste sentido utiliza-se a obra de Chartier (1990) que afirma que considerando as representações como formas de sentir, agir e pensar é possível transformá-la em instrumento de submissão e respeito. O pensador francês avalia que deve – se nos jornais “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16 -17)

O primeiro indício de representação construída acerca da ocupação do Parque Oeste Industrial se dá em relação à forma de tratamento dado às famílias ocupantes. Nas diversas matérias jornalísticas apresentam adjetivos

desmerecedores como “invasores”, “oportunistas”, “posseiros”, entre outros, para caracterizar as famílias como “foras da lei”.

Em artigo publicado no O Popular no dia 18 de fevereiro de 2005, o delegado de Polícia Norton Luiz Ferreira assim se posiciona e justifica a ocupação do Parque Oeste Industrial:

A história de Goiânia ganhou mais um capítulo com invasão do Parque Oeste Industrial. Uma história finalizada com a necessária utilização da força policial, motivada pela falta de bom senso de lideranças invasoras, imbuídas de propósitos duvidosos. Outros obstáculos criados não permitiram que o Poder Público alcançasse seus planos para uma saída pacífica, negociada e sem traumas para as famílias. Eles, os invasores, preferiam dar crédito aos discursos incendiários e de propósitos eleitoreiros de alguns políticos e à valentia de criminosos ali infiltrados insuflando os invasores a resistirem. A invasão do Parque Oeste Industrial não deixou de ser um problema social, mesmo se transformando num caso de polícia. Mas o quadro que ali se consolidou não deixou outra saída para que a ordem fosse restabelecida com o cumprimento da liminar de reintegração de posse. De um lado, uma invasão onde famílias carentes se misturavam a aproveitadores e pessoas com dívidas com a justiça. De outro, a justiça mandando fazer justiça para assegurar o direito de propriedade e, numa outra ponta, o Estado com a obrigação de cumprir a ordem judicial, mas querendo fazer justiça social (FERREIRA apud O POPULAR, 2005).

Pode-se observar que o jornal O Popular abre espaço para opiniões que corroboram a defesa da ação da Polícia Militar, mais uma vez utilizando a democracia e o cumprimento da ordem judicial como argumentos para justificar a reintegração de posse. Não aparece nessas opiniões nenhuma crítica mais aguda sobre a violência empreendida pela Polícia, tampouco alguma análise sobre a função social daquela propriedade urbana que ficou décadas servindo à especulação imobiliária.

Em diversos momentos o jornal apresentou matérias que estereotipou os ocupantes da área e os colocou como responsáveis por alguma possível dificuldade para que a desocupação ocorresse, como a publicada no dia 05 de outubro de 2004:

Casas, lotes, quadras e ruas. A invasão de quatro áreas particulares no Parque Oeste Industrial, na saída para Guapó, deixou de ser um acampamento de barracos de lona preta e assumiu características de bairro, até com nome definido pelos sem-teto: Setor Sonho Real. A estrutura no local deve dificultar qualquer iniciativa de desocupação, como reconhece a Polícia Militar (PM). Os advogados dos proprietários das áreas informaram que o prazo de 20 dias para a desocupação, que atende à determinação judicial, terminou ontem. A PM já planeja a retirada das famílias e aguarda apenas o comunicado da Justiça (O POPULAR, 2004).

Em edição mais próxima à desocupação policial, no dia 02 de fevereiro de 2005, a reportagem afirma,

Os invasores prepararam uma verdadeira **operação de guerra (grifos nossos)** para resistir ao despejo. Eles cavaram fossos, instalaram cercas de arame, colocaram pneus nas entradas da invasão e improvisaram armas artesanais, como pedaços de paus pontiagudos e coquetéis molotov. No acesso principal, pela Rua das Magnólias – como os posseiros chamam a via aberta na terra –, estava concentrado o grupo maior de pessoas (O POPULAR, 2005).

É perceptível a tentativa de apresentar as famílias ocupantes como preparadas para fazer o enfrentamento à Polícia Militar. Noticia-se que os moradores preparavam uma operação de guerra, claramente apresentando um perfil bélico dos ocupantes, levando como informação para a população goiana que ali se encontravam pessoas agressivas e dispostas a irem às últimas consequências.

Em relação à desocupação no Parque Oeste Industrial, o alinhamento do jornal *O Popular* com o judiciário e o Governo do Estado é explícito. Nas matérias analisadas, o que se vê é uma defesa contundente do cumprimento da lei, afirmada não somente nas matérias, mas em quase 100% das cartas aos leitores, espaço que passa pelo crivo da redação do jornal.

Lotes invadidos. Quem se apropria de bens alheios é chamado de gatuno, larápio, rato, etc. e vai preso tão logo a polícia descubra seu paradeiro. No Parque Oeste Industrial, entretanto, há uma tentativa de roubo do direito à propriedade de 3 mil lotes, em plena capital do Estado. O que as pessoas comuns, como eu, querem saber é se tudo vai ficar do jeito que está, com os autores do crime tendo direito até de conceder entrevistas à imprensa. Nunes de Oliveira. Setor Coimbra – Goiânia (O POPULAR, 2005, CARTA DOS LEITORES).

Mesmo que em algumas notícias se faça ponderações sobre a situação dessas famílias e a necessidade de diálogo para se chegar a uma solução, impera na opinião do jornal, inclusive nos editoriais, a defesa de que a lei estava acima de qualquer interesse ali colocado. Porém, é fato que o cumprimento da lei, nesse caso, interessava aos donos do terreno, que mesmo sem pagar impostos por vários anos⁴⁵, e mesmo com a terra sem cumprir qualquer função

⁴⁵ CERRADO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR. **Relatório Sonho Real.** Goiânia, Fevereiro de 2006. <<http://brasil.indymedia.org/media/2006/02/345383.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

social, tinham mais força política e econômica para influenciar na decisão da justiça e do governo.

Foi em *O Popular* que o Fórum Empresarial divulgou seu repúdio às famílias do “Sonho Real” e exigiu do governo do estado a reintegração imediata da posse do terreno. Várias entidades e organizações patronais, principalmente do setor da construção civil, publicaram no dia 28 de janeiro de 2005 uma nota, exigindo do poder público medidas para que a lei fosse cumprida, ou seja, a reintegração de posse e expulsão dos ocupantes do terreno. Segue trecho da nota:

A população goiana observa com apreensão o movimento de invasão de lotes urbanos. A ação ilegal dos em três áreas privadas no Parque Oeste Industrial, região sudoeste de Goiânia, e os sucessivos adiamentos para retirada dos invasores, criaram uma desordem judicial, política e institucional, ignorando as normas da nossa atual Carta Magna que instituíram um “Estado Democrático de Direito” (O POPULAR, 2005).

Dessa forma, essas publicações nos permitem observar como a sustentação discursiva da imprensa contribuiu para dar legitimidade às ações do governo e garantir uma boa aceitação das políticas implementadas. A análise dessa documentação permite ainda fazer uma relação sobre como o governo e o jornal *O Popular* se alinharam na defesa de determinados assuntos políticos e econômicos, buscando garantir uma supremacia das informações.

Nesse sentido, é possível afirmar que o exercício do poder em Goiás, da forma como se deu, pelas relações que estabeleceu e pela estrutura política e administrativa organizada, foi determinante para influenciar a opinião pública e fundamentalmente destilar elementos que pudessem contribuir para construção de uma memória coletiva favorável aos interesses do governo com relação ao evento de desocupação do Parque Oeste Industrial.

Durante as visitas ao Centro de Documentação do jornal *O Popular*, e em contato com as matérias produzidas sobre a desocupação do Parque Oeste Industrial, pode-se observar que, desde o início do ocorrido, foi construído um discurso que adjetivava a ocupação como uma prática que feria a lei e a ordem estabelecida; afinal era narrada como uma invasão à propriedade particular.

Os termos utilizados pelo jornal, e pelos leitores através das cartas, atribuem aos moradores do “Sonho Real” uma prática ilícita, pois pelo que era

noticiado, eles estavam ferindo gravemente a lei e a ordem ao “invadir”, ocupar e construir em um terreno que tinha um proprietário legal. Entretanto, em nenhum momento se faz alguma ponderação sob o ponto de vista da função social que aquele terreno deveria cumprir, nem mesmo sobre qual deveria ser o papel do governo do Estado na mediação do conflito. Aliás, sobre a postura do governo do Estado, as notícias se deram quando houve alguma ação positiva, como por exemplo, quando o governador se reuniu com os moradores e prometeu a legalização do loteamento para moradia popular, e com mais ênfase quando teve a ação da PM coordenada pela secretaria de segurança pública, também com destaque de uma negociação acertada, como já dito nesse trabalho anteriormente.

Entretanto, o mérito da desocupação - como ela deveria ser feita - e o tratamento que deveria ser dado às famílias, sempre foram questões que se apresentaram com certa neutralidade por parte de *O Popular*, que deixava à cargo das cartas dos leitores, uma crítica mais incisiva sobre a ocupação e uma defesa explícita sobre a efetivação da reintegração de posse, mesmo que para isso fosse necessário a utilização da força.

Segue algumas das cartas publicadas no jornal, onde apresentam uma opinião depreciativa da ocupação.

Coisas absurdas. Para mim, a invasão do Parque Oeste Industrial é um absurdo, pois não tem cabimento doar lotes para quem não precisa. Pelo que se sabe, muitos dos que estão lá têm casa própria. As autoridades precisam olhar essas questões. É preciso, isso sim, que a polícia instaure inquéritos contra quem invade terrenos particulares. Wesley Vecente. Goiânia – GO (CARTA DOS LEITORES, O POPULAR, 2005).

Mesmo com o resultado trágico, no dia seguinte da desocupação foi publicado no jornal *O Popular*, uma nota de aprovação dos empresários locais do setor imobiliário, do agronegócio, da câmara de lojistas e dos empresários em geral, num total de 12 entidades, às operações Inquietação e Triunfo, promovidas pela Polícia Militar. Destaca-se na nota intitulada *Parque Oeste Industrial: ordem restabelecida é o compromisso do país com a democracia e com a lei*, o seguinte trecho,

Depois de nove longos meses de angustiante espera da sociedade goiana, finalmente fez-se a justiça, prevaleceu o bom senso e sobreviveu o Estado Democrático de Direito [...] a sociedade goiana respira aliviada com a retirada dos invasores, pois agora tem a certeza de que o Estado garante a lei (O POPULAR, 2006).

Segue a nota completa publicada no dia seguinte à desocupação:

PARQUE OESTE INDUSTRIAL: ORDEM RESTABELECIDA É O COMPROMISSO DO PAÍS COM A DEMOCRACIA E O RESPEITO À LEI

Depois de nove longos meses de angustiante espera da sociedade goiana, finalmente fez-se a justiça, prevaleceu o bom senso e sobreviveu o estado democrático de direito. Ao cumprir o mandado de reintegração de posse da área do Parque Oeste Industrial, a Secretaria de Segurança Pública e Justiça devolve ao povo goiano a certeza de que em Goiás a lei prevalece ao anarquismo e o vandalismo não prospera. É profundamente lamentável que a aplicação da justiça tenha resultado em duas mortes, mas deve-se creditar a tragédia aos falsos líderes dos invasores que venderam ilusões e aos políticos irresponsáveis que estimularam o confronto.

Vale ressaltar que todos os esforços foram feitos na busca de soluções pacíficas para o impasse. Nenhuma proposta foi aceita pelos supostos líderes dos invasores que sugeriram a construção de barricadas no lugar de buscar uma saída sem sangue. A resposta dos invasores era o radicalismo e a intransigência, estabelecendo na área invadida uma república independente onde imperavam o vandalismo e o desrespeito às instituições democráticas. Esgotadas as tentativas de acordo, não cabia ao Estado outra medida que não fosse o cumprimento da determinação judicial de desocupação.

O povo goiano é testemunha do esforço do secretário Jônathas Silva na busca de uma saída para a crise que não o uso da força, embora a questão fosse muito mais um problema de política do que de polícia. É preciso louvar a sua atitude, que jamais deixou de cumprir ordem judicial de reintegração de posse em outras invasões rurais e urbanas, num claro sinal de que em Goiás prevalece a letra da lei.

Merece elogio a ação da Polícia Militar, sob o comando firme e resolutivo do coronel Marciano Basílio de Queiroz, que mostrou o seu alto grau de profissionalismo ao desocupar uma enorme área com cerca de 4 mil famílias em menos de três horas. É importante frisar que a operação ocorreu à luz do dia, sob os olhos atentos da imprensa, que fez inclusive imagens aéreas da movimentação da força policial. Nossa PM usou a força necessária que a ocasião requeria. As circunstâncias em que ocorreram as duas mortes já estão sendo apuradas.

A sociedade goiana respira aliviada com a retirada dos invasores, pois agora tem a certeza de que o Estado garante a lei. Para o cidadão comum fica a certeza de que o produto de seu esforço pessoal está garantido pelo olho clínico da justiça e o braço forte do Estado. Aos aventureiros que afrontaram os poderes constituídos fica a lição de que em Goiás as instituições são fortes e preparadas para repelir atos irresponsáveis.

Uma parcela considerável dos invasores é formada por gente de bem e que buscava apenas realizar o sonho da casa própria. Esses devem merecer do município, do Estado e do Governo Federal, em especial, a atenção no sentido de poderem se habilitar em programas habitacionais, cujos recursos encontram-se nos cofres da União. Usados como massa de manobra por falsos profetas, sofrem agora com a falta de abrigo de um lar. O problema da falta de habitação não é novo, mas agora, mais do que nunca precisa de ser elevado ao grau de prioridade. Aos estelionatários que invadiram a área apenas atrás do lucro fácil, cabe a ação enérgica de nossas autoridades para que a justiça não seja de novo afrontada. Para os segnatários desta nota e de toda sociedade goiana, fica a sensação de que a justiça tarda, mas não falta.

POPULAR
17/02/2005

Fonte: O Popular. Goiânia, 17 de fevereiro de 2005.

O apoio se deu também no meio político, onde foi entregue por 34 dos 41 deputados estaduais (número da bancada governista à época na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás), uma moção de apoio à ação da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

O jornal também aprovou a ação da Polícia Militar, destacando em seu editorial a necessidade do cumprimento da lei e restabelecimento da ordem.

Sob todos os aspectos em que for examinado este episódio que deixou toda a comunidade goianiense apreensiva e angustiada, só pode ser muito lamentado o atraso de providências e iniciativas que levassem à solução do gravíssimo problema da invasão do Parque Oeste Industrial [...] seria injusto negar que a operação policial de desocupação da

área, montada para o cumprimento de ordem judicial, não tenha sido tecnicamente correta e conduzida com as necessárias precauções [...] Quanto ao problema social implícito, que é a existência de famílias em busca de moradia, nada mais justo do que terem elas a expectativa de que a sua justa demanda seja o mais rapidamente possível atendida. É preciso distinguir bem, separar o joio do trigo, a reivindicação habitacional dessas famílias e a incorreta e até criminosa intromissão de atravessadores e oportunistas, insufladores da violência e da negação da lei e da ordem (O POPULAR, 2005, EDITORIAL).

E também no dia seguinte à desocupação o jornal O Popular, publicou matéria intitulada *Polícia Militar tem balanço positivo da operação*, onde as jornalistas Carla de Oliveira e Patrícia Drummond fazem um retrato positivo da operação a partir da entrevista com o comandante da PM em Goiás à época coronel Marciano Basílio de Queiroz,

Menos de três horas após o início da desocupação da invasão do Parque Oeste Industrial, a Polícia Militar considerava positivo o resultado da operação denominada Triunfo. Para o comandante da PM em Goiás, coronel Marciano Basílio de Queiroz, apesar do registro de duas mortes e de mais de uma dezena de feridos, não havia o que lamentar na ação da polícia, que “cumpriu uma missão planejada, acompanhada por toda a sociedade e que se arrastava havia nove meses”. Ele garantiu que a PM não utilizou munição letal na operação, apenas armas químicas. Conforme o comandante, as mortes, que foram provocadas por ferimentos a bala, serão investigadas. Segundo relatou, a invasão foi ocupada pela PM, que logo depois iniciou uma varredura nas casas em busca de bombas, artefatos e armas. De acordo com o comandante, a operação não previa nenhuma morte, mas não havia como garantir que não ocorreria risco numa operação como a de ontem (O POPULAR, 2005).

A gravidade do problema continuou exposta nos dias seguintes, quando centenas de famílias não tinham um lugar seguro para reconstruir suas vidas. Essas pessoas foram levadas para dois ginásios da cidade sem qualquer estrutura para receber aquela grande quantidade de pessoas. Relata-se casos de transmissão de doenças nos abrigos montados, pela falta de higiene nos locais. As famílias denunciavam a falta de preparo dos ginásios e descaso do poder público⁴⁶. Algo que também foi noticiado pelo O Popular, como na matéria

⁴⁶ CERRADO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR. **Relatório Sonho Real**. Goiânia, Fevereiro de 2006. <<http://brasil.indymedia.org/media/2006/02/345383.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

intitulada *A dor dos dias seguintes*, onde apresenta as dificuldades enfrentadas pelas famílias para reorganizarem sua vida social.

O caso rendeu diversas manifestações favoráveis e contrárias na sociedade goianiense, além de documentários e artigos até hoje lembrados e ainda rememorados por algumas pessoas.

O estudo sobre o conflito do Parque Oeste Industrial possibilitou trazer uma outra memória sobre o episódio, que contradita o discurso e as opiniões apresentadas pelo jornal *O Popular* durante o período de ocupação e desocupação do terreno. Além disso permite-se afirmar que a imprensa na atualidade age em consonância dos interesses de grandes grupos econômicos, sendo seus principais proprietários membros da elite econômica local e/ou nacional.

A representação construída cotidianamente pela imprensa exerce imperiosa influência na formação cultural da população brasileira, e cabe aos historiadores utilizar de uma análise crítica da imprensa como ferramenta de desvelamento e reconstituição da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou a compatibilidade do objeto de pesquisa com os interesses históricos da academia brasileira na atualidade. Sobretudo a pesquisa se tornou pertinente com o reflorescimento da História Política, que dado a sua amplitude abarca uma grande gama de setores. Estas possibilidades aumentam com a perspectiva de novas vertentes metodológicas aplicadas as fontes jornalísticas, dialogando com a perspectiva da História Cultural, que possibilita novas abordagens sobre a sociedade contemporânea.

Os autores consultados chamaram atenção para o fato de que nos periódicos estão presentes perspectivas de mundo e representações definidas da sociedade. Neste sentido observam que ao pesquisarmos estas representações nos deparamos com a manipulação que determinados setores da sociedade impõe às classes subalternas. Esta verificação foi possível neste trabalho comparando os acontecimentos do Parque Oeste Industrial com a representação que os meios de comunicação deram ao caso, permeados pelos jogos de interesse que foram urdidos pelos setores de um determinado grupo social. A pesquisa constatou que apesar dos teóricos apontarem a existência de forte influência da imprensa na consolidação da opinião pública, no Brasil ainda existem poucos trabalhos que comprovam esta prática. Neste estudo atentou-se para a manutenção de um rigor e o cuidado em abordar a notícia considerando o contexto em que foi produzida, aspecto metodológico muito importante lembrado por inúmeros autores.

Os estudos demonstraram que no que tange aos problemas gerados pela expansão urbana desordenada, a pesquisa tem se revelado pertinente, pois a explosão demográfica em Goiânia é uma realidade e tem gerado inúmeros problemas. Os fatos ocorridos no Parque Oeste Industrial ainda representam uma cicatriz na construção histórica da cidade, e merecem novas considerações e questionamentos. Os autores elencados nos lembraram que desenvolvimento da cidade está relacionado diretamente a interesses econômicos determinando a forma como as diversas classes sociais se distribuem no espaço urbano.

Durante o estudo foi possível pesquisar autores que afirmam que o desenvolvimento das cidades está intrinsecamente ligado aos interesses econômicos, ocasionando que a disposição espacial das pessoas na cidade

obedece à uma disputa de interesses, de maneira que os lugares ordenam-se representando na forma e no conteúdo a situação socioeconômica dos grupos que os ocupam.

Observou-se a existência de indícios que apontam para uma tentativa de esquecimento dos fatos, por serem tão dolorosos para parcela dos goianienses e principalmente pela malfadada atuação das autoridades no episódio.

O trabalho revelou uma dissonância entre o discurso de progresso urdido pela tessitura de modernidade que sempre foi relacionado a construção da capital goiana e o desfecho da questão da ocupação irregular do terreno no Parque Oeste Industrial. Neste sentido foi verificado que a reinvenção da modernidade esteve presente como instrumento do debate político e sustentação do poder ao longo da história de Goiânia. O termo modernidade que nesta pesquisa mereceu uma devida relevância, embasada em diversos autores inclusive da época da construção de Goiânia, mostrou-se distante da realidade atual da cidade. A capital goiana que foi construída na década de 1930 e gerou uma expectativa de modernidade e dentro de um contexto de integração nacional da chamada “Marcha para o Oeste”, se introduziu num processo global de fortalecimento das práticas e valores capitalistas, passando a ter forte influência dos setores ligados à economia no seu desenvolvimento.

O conflito do Parque Oeste Industrial configurou a disputa pelo direito à moradia num contexto de grande especulação imobiliária e negligência das autoridades com relação a demandas de crescimento desordenado da população nas áreas urbanas. Considerando que o fluxo migratório para Goiânia tem sido um dos maiores do Brasil nas últimas décadas o que acarreta inúmeros problemas habitacionais, dentre outros.

Nos problemas que envolveram o Parque Oeste Industrial o jornal *O Popular* teve papel principal nas notícias veiculadas, sendo que o conflito fez parte do editorial durante boa parte de suas edições que estão parcialmente arquivadas.

Foi possível observar que as representações veiculadas no jornal *O Popular* para os fatos da ocupação e desocupação do terreno seguiram a lógica de favorecimento do capital, dado o valor material que o terreno em questão atingiu. O noticiário ostentou uma visão que maculou os ocupantes como desordeiros e criadores de problemas, e caracterizou a ação policial como

promotora da ordem e da justiça e posicionou a operação desta força como natural para a garantia da estabilidade e da democracia. As representações da imprensa indicaram que a ação empregada pelo aparato policial foi compatível com a reação dos populares que ocupavam o terreno, porém não admitiram o fracasso das negociações que antecederam o ocorrido. Os dados pesquisados demonstram um forte vínculo financeiro entre a imprensa e esferas do governo estadual, o que certamente influencia na não veiculação de informações negativas na atuação da administração do poder executivo. E atendendo a observação dos autores que os governos financiam a imprensa verificamos que enormes somas foram pagas pelo governo goiano para subsidiar os periódicos locais.

Considerando o importante papel da mídia no mundo contemporâneo, particularmente na disputa política e na formação da memória coletiva, a atuação do Jornal *O Popular* foi decisiva na organização do que ficou registrado na coletividade goiana. O jornal por meio de seu noticiário, editorial e edição da opinião de seus leitores emitiu um favorecimento aos proprietários do terreno ocupado defendendo uma postura que naturalizou a violenta desocupação como sendo algo necessário e legítimo. E com essas constatadas relações de poder, é possível afirmar que o jornal procurou construir uma imagem positiva do governo e das ações de desocupação, mesmo que estas foram exageradamente violentas.

Avaliando positivamente a confirmação de algumas hipóteses levantadas ao longo desse estudo, acredito que esta abre possibilidades para estudos futuros, ampliando leituras sobre a História de Goiás e do Brasil. Além disso pode fortalecer as possibilidades de abordagens da História Política e História Cultural, como alternativas de melhor interpretação de nosso passado e mais apurada compreensão da sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. Raízes Culturais. In: **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo. 2ª ed. Trad. Catarina Mira. Lisboa: Edições 70. 2005. p. 15- 64.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. Niterói, tese de doutorado em História, UFF, 1996.

_____. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa**: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 45 – 91.

_____. Meios de Comunicação e História: Um universo de Possíveis. In: GOULART RIBEIRO, Ana Paula e ALVES FERREIRA, Lucia Maria (Orgs.). **Mídia e Memória**: A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Amanda. **Art déco**: depoimentos e imagens. Goiânia: RF, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **A vida líquida**. Rio de Janeiro. Zahar, 2009.

BENJAMIM, Walter. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BLUMENBERG, Hans. **Naufração com espectador**. Trad. Manuel Loureiro. Lisboa: Veja, 1995.

BORGES, Mauro. **Tempos idos e vividos**: minhas experiências. Goiânia. Ed.do autor. 2002.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Portugal: Difel, 1998.

BRESCIANI, M. S. M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, M. C. de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1992.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Enclaves Fortificados: Erguendo Muros e criando uma nova ordem privada. IN: **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo. Editora 34/Edusp. 2000.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base". In FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política (1930-1964)**. 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1983, t. III, vol. 3, pp. 121-224 e 156-157.

CAMPOS, Itami. A política tradicional: 1930 a 1960. IN: **Goiás**: Sociedade e Estado. SOUZA, Dalva Borges (org.). 2 ed. Goiânia. Cânone. 2009. p. 11 – 48.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v2, p. 107-143.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. "História e Análise de Textos". In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste**: Um itinerário para O Estado Novo (1937 – 1945). 2002. 97 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

CERRADO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR. **Relatório Sonho Real**. Goiânia, Fevereiro de 2006. Disponível em <<http://brasil.indymedia.org/media/2006/02/345383.doc>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia. UFG, 1997.

_____. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. 2 ed. Goiânia. UFG, 1999.

_____. Marchas para o Oeste. In: **Relações cidade-campo**: fronteiras. SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. Goiânia. UFG. 2000. p. 113 – 128.

_____. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 4 ed. Goiânia. UFG, 2015. CHOMSKY, Noam. **Mídia**: Propaganda Política e Manipulação. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CODIGO CIVIL BRASILEIRO. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília – 2002.

CUNHA, Cileide Alves. Aval do passado: **Íris Rezende - Memória e Política (1958- 1982)**. Goiânia. 2009 [manuscrito]. Disponível em: http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_CUNHA__Cileide_Alves.pdf. Acesso em: 27/05/2015.

DIÁRIO DA MANHÃ. In: **Arquivo Diário da Manhã**. Goiânia, 2004/2005.

ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal**: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. Cadernos de Estudo. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n. 13, 1995. p. 19 -29.

ESTATUTO DA CIDADE. Brasil. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**: economia e cultura (1930-1964). tomo 3, vol.4. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995. (Col. História da Civilização Brasileira).

FIGUEIREDO, R. (Org.). **Marketing Político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adnauer. 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 2017.

FONSECA, Pedro Cezar D. (Org.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **GÊNESE E PRECURSORES DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

GALEANO, Eduardo. A desmemória. In: **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: Editora L&PM, 1989, p. 115.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Diretor de Goiânia: Relatório Técnico**. Goiânia, Goiás, 2007.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Goiânia: CEGRAF/UFG. 2003.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da Modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1991.p.1

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

JAENISCH, Samuel Thomas. **Entre cercas, muros e alarmes: sobre o medo da violência urbana e a criação de espaços segregados na cidade**. In: GPIT. Porto Alegre. 2010.

JEANNENEY, Jean - Noël. A Mídia. In: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 212- 225.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

LADEIRA, Francisco Fernandes. **A mídia realmente tem o poder de manipular as pessoas?**. IN: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em->

questao/a-midia-realmente-tem-o-poder-de-manipular-as-pessoas/.>

Observatório da Imprensa. ISSN 1519-7670 - Ano 19 - nº 972. 2018. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 4. apud CHAUL, 1997, p 156.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico**: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia. UFG. 1990.

MARX, Karl (1986), **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, Vol. I, tomo I. Os economistas.

MARX. Karl, ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Col. Leitura.p.14

MARIANI, Bethania. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: GOULART RIBEIRO, Ana Paula e ALVES FERREIRA, Lucia Maria (ORGs). **Mídia e Memória**: A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MAUAD, Ana Maria. Apresentação. In: GOULART RIBEIRO, Ana Paula e ALVES FERREIRA, Lucia Maria (ORGs). **Mídia e Memória**: A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.P. 199 – 218.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República de Goiás. **Caso Parque Oeste Industrial**. Goiânia, 10 de abril de 2006. Disponível em:

<<http://www.prgo.mpf.gov.br/imprensa/not345-1.pdf>>. Acesso em 31 de Julho de 2016.

MOYSES, Aristides. **Goiânia**: metrópole não planejada. Goiânia. UCG. 2004.

MOYSES, Aristides. Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia: Estado, mercado imobiliário e dinâmica sócio espacial. IN: MOYSÉS, Aristides (Org.). **Cidade, Segregação Urbana e planejamento**. Goiânia. UCG, 2005. P. 173 – 204.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, nº 10, Dezembro, 1993.

O GLOBO. In: **CEDOC O Popular**. Goiânia, 2005.

OLIVEIRA, Adão Francisco. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. IN: MOYSÉS, Aristides (Org.). **Cidade, Segregação Urbana e planejamento**. Goiânia. UCG, 2005. p. 127 – 156.

OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de e BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes. Cidades Contemporâneas: "Lócus" do Capitalismo Pós-Moderno. In: **Caminhos da Geografia**. Uberlândia. v. 12, nº 38. Jun/2011. p. 75 - 83.

O POPULAR. In: **CEDOC O Popular**. Goiânia, 2004/2005.

ORGANIZAÇÕES JAIME CÂMARA – Portal Prêmio Jaime Câmara. Disponível em: <<http://www.premiojaimecamara.com.br/premiojc-go-web/vencedores>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

ORO, Ari Pedro. A presença religiosa brasileira no exterior: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. In: **Estudos Avançados**. Vol.18 no.52 São Paulo. Sept./Dec. 2004.

PALACIN, Luis e MORAES, Maria Augusta de SantAnna. **História de Goiás**. Goiânia, UCG. 2008.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Org. Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAULA, Thiarlles Elias de. A construção narrativa e da memória em Goiânia nas décadas de 1930-40. IN: **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG**. 2011.

PERILLO, Marconi. **Discurso na posse de governador**. Goiânia. 2015. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/politica/confira-na-%C3%ADntegra-discursos-de-dilma-e-marconi-durante-cerim%C3%B4nias-de-posses-1.748562>>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10. 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRB. 2018. Disponível em: <www.prb10.com.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

RABELO, Francisco Chagas. Mobilização social e tradicionalismo político (Governo Mauro Borges, 1961 – 1964). IN: **Goiás: Sociedade e Estado**. SOUZA, Dalva Borges (org.). 2 ed. Goiânia. Cênone. 2009. p. 49 – 84.

REIS, João Paulo. **Modernização do capitalismo brasileiro**. São Paulo: José Olympio, 1988.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Íris. Goiânia, 2011. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/17740/Iris-Rezende-antigo-PSD-era-consequente-J%C3%A1-o-de-Kassab.htm>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

REVISTA EXAME. Disponível em: <exame.abril.com.br/negocios/os-43-mais-ricos-do-brasil-em-2017-pela-lista-da-forbes/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2018.

REVISTA ISTOÉ, São Paulo. 1998.

RSF, 2017. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade e Cidadania: Inclusão Urbana e Justiça Social. IN: MOYSÉS, Aristides (Org.). **Cidade, Segregação Urbana e planejamento**. Goiânia. UCG, 2005. P. 45 – 63.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. IN: **Cadernos metrópole**, N. 12, pp. 9-25, 2º sem. São Paulo. UNICAMP. 2004.

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento. **Invasão Parque Oeste Industrial**: recortes de Jornais. Divisão de Biblioteca e Documentação. Goiânia, 2005.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. História dos bairros de Goiânia. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relações cidade – campo**: Fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000. p. 129 – 153.

TCE. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – Disponível em: <www.tce.go.gov.br>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

TCE – Relatório das contas do governador exercício de 2016 - parecer prévio <https://tccenet.tce.go.gov.br/Downloads/Arquivos/001967/RELAT%C3%93RIO%20CONTAS%202016.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Goiânia: Cultura Goiana. 1973.

VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940**. Florianópolis. Manuscrito Dissertação de Mestrado. UFSC. 2007. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89631/262173.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 12ª ed. Trad. M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1997.p.7